



**Bianca Novaes de Mello**

## **As Teorias da Linguagem em Lacan**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Ana Maria Rudge

Rio de Janeiro, fevereiro de 2010



**Bianca Novaes de Mello**

## **As Teorias da Linguagem em Lacan**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Ana Maria Rudge**  
**Orientadora**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Ana Beatriz Freire**  
UFRJ

**Prof. Francisco Moacir de Melo Catunda Martins**  
Universidade de Brasília - UNB

**Prof. Roberto Pires Calazans Matos**  
UFSJ/MG

**Prof<sup>a</sup>. Anna Carolina Lo Bianco Clementino**  
UFRJ

**Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade**  
Coordenador Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

**Bianca Novaes de Mello**

Graduou-se em Psicologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2002. Em 2004 obteve o título de Mestre em Teoria Psicanalítica na mesma instituição.

Ficha Catalográfica

Mello, Bianca Novaes de

As teorias da linguagem em Lacan / Bianca Novaes de Mello ; orientadora: Ana Maria Rudge. – 2010.

193 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise. 3. linguagem. 4. Estruturalismo. 5. Teoria dos atos de fala. 6. Pulsão. I. Rudge, Ana Maria. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

A Ana Maria Rudge, pelo incentivo e parceria na realização do trabalho e pelo carinho dedicado na orientação.

Aos colegas do grupo de pesquisa da Puc-Rio, pela frequente troca de ideias.

Aos amigos, Daniela Zanotti, Eduardo Rotstein, Fernando Ribeiro, Jeniffer Belo, Ricardo Cabral e Rosane Lustoza, pela companhia em leituras e discussões.

À amizade sincera de Ludmilla Cavalcanti, Livia Rocha, Frank Alarcón e Daniel Caetano.

A Mauricio Lessa, pelas poucas palavras.

A minha família, pela compreensão.

Ao CNPq e a Puc-Rio pelo auxílio na execução do trabalho.

Às secretárias do departamento de Psicologia Clínica, Marcelina e Vera, pela agilidade e eficiência.

## Resumo

Novaes, Bianca; Rudge, Ana Maria (Orientadora). **Teorias da Linguagem em Lacan**. Rio de Janeiro, 2010, 193p. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese tem como tema a ênfase dada por Lacan à linguagem na experiência psicanalítica, em diferentes momentos de seu ensino. A partir da oposição entre modelos de linguagem que reduzem seu objeto às leis internas ao sistema da língua, e modelos que abarcam a posição dos falantes e o contexto discursivo, buscamos verificar qual concepção de linguagem Lacan usa quando teoriza sobre a linguagem na experiência analítica. A fim de demarcar a especificidade do campo psicanalítico, cotejamos a noção de linguagem em Lacan com o modelo estruturalista e com a filosofia pragmática da linguagem.

## Palavras-chave

Psicanálise; linguagem; estruturalismo; teoria dos atos de fala; pulsão.

## **Abstract**

Novaes, Bianca; Rudge, Ana Maria (Advisor). **Lacan's Theories of Language**. Rio de Janeiro, 2010, 193p. Doctorate thesis. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis has as its theme the emphasis given by Lacan to the language in the psychoanalytic experience, during different moments of his teaching. From the opposition between language models that reduce their object to the internal laws of the language system and models that embrace the position of the speakers and the discursive context, we seek to determine which is the conception of language Lacan uses when theorizing on language in the psychoanalytic experience. In order to demarcate the specificity of the psychoanalytic field, we compare the notion of language in Lacan with the structuralist model and the pragmatic philosophy of language.

## **Keywords**

Psychoanalysis; language; structuralism; theory of speech acts; drive.

## Sumário

1. Introdução	9
2. Alguns modelos de linguagem	17
2.1. O movimento estruturalista	19
2.1.1. Lévi-Strauss	20
2.1.2. Saussure	25
2.1.3. Jakobson	31
2.2. Crítica de Bakhtin ao Estruturalismo	36
2.3. Teorias da Enunciação	47
2.3.1. Contribuição de Benveniste: O discurso na estrutura	48
2.3.2. Contribuição de Jakobson: Os <i>shifters</i>	54
2.4. A teoria dos atos de fala de Austin	58
3. Linguagem e intersubjetividade: Os primeiros anos do ensino de Lacan	71
3.1. A linguagem e a fala na experiência psicanalítica	73
3.2. O valor universal do símbolo e a dimensão fundadora da fala	83
3.3. Imaginário, simbólico e real: a linguagem na noção de simbólico	92
4. Apropriação do estruturalismo em Lacan	105
4.1. A linguagem na psicose	106
4.1.1. A forclusão	106
4.1.2. A alucinação verbal	112
4.1.3. Alguns fenômenos da psicose	116
4.2. A instância da letra	122
5. Linguagem e objeto <i>a</i> : Discurso como laço social	139
5.1. Alienação e Separação	142
5.2. Pulsão: Peça de atividade	150
5.4. Discurso como laço social	166
6. Conclusão	181
7. Referências bibliográficas	189

*A língua é minha pátria  
E eu não tenho pátria, tenho mátria  
E quero frátria*

Caetano Veloso, *Língua*

## 1

**INTRODUÇÃO**

O ensino de Lacan é marcado pela ideia de que a experiência analítica e os conceitos formulados a partir dela só podem ser devidamente compreendidos através do campo da linguagem. O modelo de linguagem a que Lacan faz referência, durante grande parte de sua obra, é a linguística de Saussure e Jakobson. Contudo, uma vez que seu interesse não se dirige diretamente à linguagem, mas à constituição do sujeito do inconsciente na e pela linguagem, Lacan acaba por modificar as noções tomadas à linguística saussuriana, ao ocupar-se de questões propriamente psicanalíticas.

A partir deste gesto de Lacan, diversas discussões surgiram acerca de sua concepção de linguagem e das consequências do uso do modelo estrutural no âmbito da experiência analítica. Despertou-me interesse uma delas: a que diz respeito à oposição entre a linguagem reduzida à estrutura da língua e a linguagem concebida como ato de fala, nos quais a posição dos sujeitos falantes no contexto discursivo é levada em consideração. Esta oposição surge nas discussões dos pós-estruturalistas, abarcando as mais diversas áreas a que o estruturalismo serviu de referência e método (Dosse, 1993).

O estruturalismo toma como referência o essencial da linguística saussuriana: a noção de sistema. Esta é uma opinião encontrada, praticamente, em todos aqueles que abordam o estruturalismo; todos ressaltam a função de modelo que a linguística saussuriana desempenhou no movimento estruturalista, como se observa, por exemplo, no artigo introdutório do livro *A Controvérsia Estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem* (1976):

A Linguística por algum tempo fornecera o *leitmotif* orquestrado nas obras e vocabulários de Barthes, Lacan, Lévi-Strauss. Dizia-se que a Linguística devia ter estabelecido um modelo metodológico teórico e uma matriz universal para a compreensão de todos os fundamentos humanos (pelo menos no nível interpessoal), já que atingira um estágio avançado de formalização e já que a realidade de todos os fenômenos humanos era, na verdade, linguística, em primeiro lugar (Mackey & Donato, 1976, p.11).

Contudo, este “estágio avançado de formalização”, possibilitado pela ênfase na noção de sistema, implica o abandono de muitos outros aspectos próprios à

esfera humana. A própria noção de sistema deriva deste duplo processo de inclusão e exclusão, pois Saussure (2006), para alçar o estudo da linguagem ao posto de uma ciência, divide a linguagem em dois polos, o da língua e o da fala, concedendo ao primeiro o privilégio de ocupar o lugar de único objeto da linguística. Enquanto a fala restringe-se à atualização da língua e à sua emissão psicofisiológica, a língua é concebida como um sistema de signos linguísticos, constituídos pela ligação arbitrária entre o conceito mental (significado) e a imagem acústica (significante), que só adquirem valor uns em relação aos outros. A tarefa do linguista consiste, assim, em descobrir as leis universais que regem o sistema de signos. Estes somente adquirem valor em oposição a outros signos, sendo, portanto, puras diferenças. Esta concepção de Saussure privilegia as relações entre os elementos em detrimento das características intrínsecas destes.

Segundo Dosse (1993), para seus opositores, o estruturalismo, por eleger a noção de sistema como o embrião do conceito de estrutura, culmina inevitavelmente em um formalismo, no qual não há lugar para o sujeito. Esta conhecida crítica ao estruturalismo atribui a esta corrente ter executado “a morte do sujeito”, dado o privilégio concedido ao caráter formal da língua em detrimento da individualidade do falante, de sua história e de suas vivências.

Ora, quando esta noção de estrutura é aplicada à experiência psicanalítica, esta crítica torna-se ainda mais grave. Se pressupusermos que a dimensão da linguagem tão valorizada por Lacan é concebida a partir da noção de estrutura, como dar conta da circunstância particular da experiência analítica, na qual a fala é sempre endereçada e sustentada por um sujeito do inconsciente? Como conciliar uma experiência que se efetua através de uma linguagem concebida desse modo com o caráter singular de uma experiência? É deste modo que considero a oposição entre modelos de linguagem restritos à estrutura da língua e modelos que abarcam a posição dos falantes em um contexto discursivo como uma questão relevante para melhor situar o papel da linguagem na esfera psicanalítica.

Certamente, ao longo da obra de Lacan, em virtude das modificações que se produz em seu ensino, sua concepção de linguagem sofrerá transformações, o que acarretará mudanças em sua definição, e, conseqüentemente, esta oposição também se apresentará de outro modo.

Geralmente, a releitura de grandes obras acarreta a valorização de determinados conceitos em detrimento de outros. Assim, Lacan, inicialmente, ao

propor um retorno a Freud, se insurge contra uma determinada leitura da obra freudiana que se atinha demasiadamente aos aspectos biológicos e imaginários, mas também acaba por relegar alguns conceitos ao limbo. A sua proposta, feita em prol da ênfase à dimensão da linguagem presente na experiência psicanalítica, ao menos nos primeiros anos de seu ensino, culminou em certo apagamento tanto da noção de sujeito quanto do conceito de pulsão.

Conforme destaca Rudge (1998), ao longo do ensino de Lacan, através de diversas reformulações de sua própria obra, a pulsão foi ganhando relevo, na medida em que a concepção estruturalista de linguagem era abandonada. Certamente, a linguagem manteve-se como uma dimensão essencial no ensino de Lacan. Contudo, sua abordagem teve que sofrer redefinições, a fim de abarcar a dimensão pulsional. Em suas palavras: “Para que a teoria da linguagem da psicanálise seja compreendida em sua originalidade, o conceito de pulsão deve ser preservado em sua dignidade de conceito fundamental” (Rudge, 1998, p.8).

Levando em consideração estas transformações, buscamos acompanhar os momentos do ensino de Lacan que o conduziram a conceder à linguagem novas significações. Observaremos que a noção de linguagem em psicanálise comporta uma tensão permanente entre a concepção estrutural e a concepção pragmática. No entanto, no momento em que Lacan afasta-se do estruturalismo, ao introduzir no âmbito da linguagem a pulsão, através da noção de *objeto a* como resíduo da constituição do sujeito pela ordem significante, é o modelo pragmático de linguagem que é destacado – embora não seja mencionado por Lacan. Apesar do fato de Lacan não citar a teoria dos atos de fala de Austin, nos autorizamos a recorrer a ela, uma vez que a noção de ato vem dar conta tanto do plano pulsional quanto da dimensão social, presente na inclusão dos sujeitos no ato de fala. A nossa hipótese é a de que a formulação da noção de *objeto a* permitiu a Lacan abordar a noção de ato, através da noção de discurso como vínculo social.

A teoria dos atos de fala de Austin considera que a fala, ao invés de descrever um estado de coisas, instaura algo na realidade, promovendo uma ação no mundo. Assim ocorre com os enunciados performativos, tais como “A sessão está aberta”. Tal enunciado não descreve uma realidade, mas produz uma: a sessão se abre desde então. A teoria dos atos de fala, ao invés de utilizar como critério a verdade ou falsidade das proposições, ou seja, verificar sua correspondência à realidade, detém-se, antes, à felicidade ou infelicidade das

proposições, esclarecendo as condições para que um determinado enunciado produza o efeito esperado. Austin se debruça sobre a “linguagem ordinária”, ressaltando o aspecto *performativo* dos enunciados, que não é avaliado pelo critério de verdade ou falsidade, mas somente pelo efeito produzido em determinado contexto. Este aspecto *performativo* das proposições distingue-se do aspecto *constatativo*, suscetível de verdade ou falsidade. O que determina a felicidade de um enunciado performativo são fatores contextuais, pois para que o proferimento se efetue é necessário que o contexto no qual for enunciado esteja em conformidade com as convenções de seu uso. Por isso, a posição dos falantes, bem como as relações que entretêm, é indispensável na noção da linguagem como ato.

Deste modo, enfatizando o caráter performativo do discurso, Austin valoriza a dimensão do ato de fala, ou seja, das ações do indivíduo em um determinado contexto. Conclui que mesmo nos enunciados constatativos há a atuação do aspecto performativo, pois uma descrição se dirige a um interlocutor e realiza a ação de descrever. Assim, a fala é concebida sempre como um *ato* de fala, ou seja, como uma ação que promove modificações na realidade. Semelhante concepção da fala culmina em uma subversão da ideia de que as palavras descrevem as coisas. O sentido, a força e os efeitos da fala são ações no contexto no qual se fala. A linguagem deixa ser um mero instrumento que veicula um sentido e passa a ser abordada como o que produz efeitos através de sua enunciação.

Contudo, convém notar que, mesmo nos períodos em que Lacan privilegiava o modelo estrutural em sua abordagem da linguagem, tratava-se de uma apropriação singular, visando dar conta do âmbito clínico. Portanto, o uso da linguística estrutural não redundou na eliminação do sujeito, alvo principal da crítica ao estruturalismo – ainda que nesta fase tenha culminado na redução do sujeito ao significante. Antes que promover a exclusão do sujeito, a apropriação que Lacan fez do estruturalismo lançou o desafio de pensar o sujeito de uma nova maneira. A incidência deste modelo em Lacan possibilitou a despsicologização do sujeito e a elucidação das leis que regem o inconsciente. No entanto, no momento em que esta concepção de linguagem parece incidir mais incisivamente em sua obra, a noção de pulsão recebe pouco relevo.

Somente após a introdução da noção de *objeto a* na constituição do sujeito pela linguagem, demonstrada nas operações de alienação e separação, podemos, *a*

*posteriori*, assinalar o gesto de apropriação de Lacan, que não deixou de integrar os aspectos pragmáticos da linguagem. A introdução dessas novas noções ameniza a influência do modelo estrutural em seu ensino, concedendo espaço para a pulsão e para o ato do sujeito. De acordo com Zupancic (2000):

Entretanto, se o estruturalismo realmente identifica o sujeito com a estrutura (O Outro), Lacan intervém (...): ele introduz o sujeito como um correlato da *falta* no Outro; ou seja, como correlato do ponto onde a estrutura falha em fechar-se totalmente, nesse ponto mesmo. Ele faz isso de duas maneiras diferentes. A primeira consiste em introduzir um momento de irreduzível *jouissance* como “prova de existência do sujeito”. A segunda – (...) – consiste em definir o sujeito via o *shifter* “Eu” em relação ao “ato de enunciação”. O “Eu” é o elemento de linguagem que perturba a bateria significante, torna-a incompleta [*pas-toute*], por isso é um elemento que designa, mas não significa, um elemento que se refere a algo fora da estrutura linguística: ao próprio ato de fala (Zupancic, 2000, p. 29-30).

Veremos, ao longo deste trabalho, que a denominada fase estruturalista de Lacan, além de operar uma torção no modelo estrutural para dar conta da constituição e das manifestações do sujeito do inconsciente, utilizava ainda noções do campo da instância discursiva e da mensagem. Entretanto, a dimensão da linguagem como ato ganha mais relevo, posteriormente, quando a formulação do *objeto a* possibilita a Lacan abordar a linguagem como ato e vínculo social, através da noção de discurso.

A fim de explicitar a oposição entre os modelos de linguagem que abordamos, apresentamos, no primeiro capítulo, algumas concepções de linguagem representativas das correntes a que nos referimos. Inicialmente, resumimos a concepção estrutural, através de Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss. Para introduzir as questões com as quais as teorias pragmáticas lidam, abordamos a noção de linguagem em Bakhtin. Em seguida, de modo a ressaltar que o estruturalismo promoveu também uma releitura de Saussure, tentando abordar, ainda que timidamente, o plano da enunciação, apresentamos a noção de dêitico em Benveniste e a noção de *shifter* em Jakobson. Por fim, descrevemos as principais noções da teoria dos atos de fala de Austin.

Após essa breve explanação sobre as teorias de linguagem que serão trabalhadas ao longo da tese, iniciamos a apresentação do percurso empreendido por Lacan em dar conta da incidência da linguagem na experiência psicanalítica.

Assim, no segundo capítulo, abordamos a primeira fase do ensino de Lacan, na qual a ênfase na dimensão da fala e da linguagem em psicanálise coincide com a valorização da dialética intersubjetiva que integra a noção de fala fundadora. Lacan, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953), propõe que se pense o inconsciente enquanto estruturado como uma linguagem. Com isso, o recalque passa a ser compreendido como uma operação que separa o significante do significado, e o sintoma como um significante cujo significado está recalcado. Lacan apresenta a oposição entre fala plena, fala verdadeira que resgataria o significado recalcado, e a fala vazia, na qual o significado se mantém ausente. Através de uma dialética intersubjetiva, o analista conduz o analisando à eclosão da fala plena, através da qual o significado recalcado é resgatado, pelo revolver de sua história. Nesta formulação, a noção de satisfação pulsional é muito pouco desenvolvida, permanecendo relegada ao âmbito imaginário. Veremos que, neste período, a noção de linguagem abarca tanto o modelo estrutural, utilizado na formulação das formações do inconsciente, quanto o modelo pragmático, uma vez que a dialética intersubjetiva, a fala como ato fundador e a história do sujeito são considerados como constituintes da função da fala e da linguagem na experiência analítica.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos à denominada fase estruturalista de seu ensino, na qual Lacan, ao conceder o primado ao significante e romper com a indivisibilidade do signo saussuriano, abandonará a noção de fala plena e extrairá do caráter diferencial da estrutura significante a produção de um sujeito. O sujeito passa a ser concebido como aquilo que o significante representa para outro significante. Lacan, deste modo, apropria-se do estruturalismo de modo a abarcar a noção de sujeito, que, contudo, permanece reduzida a um efeito do significante. Por conseguinte, a dialética intersubjetiva que permitia a fundação dos sujeitos através da fala é substituída pela ordem significante, como o campo do Outro através do qual o sujeito constitui-se. A incidência do modelo estrutural é explícita, enquanto os modelos que levam em consideração a posição dos sujeitos falantes são apenas manifestos na abordagem que Lacan faz da psicose, alguns anos antes da elaboração do texto representativo do estruturalismo, *Instância da Letra*. Também neste período a noção de pulsão é pouco trabalhada, sendo brevemente abordada através da noção do significante da falta do Outro e da demanda do sujeito.

Enfim, no último capítulo da tese, nossa hipótese é demonstrada através da apresentação das operações de alienação e separação, da articulação do *objeto a* com a pulsão e da noção de ato presente nas modalidades de discurso como laço social. A partir deste momento, Lacan introduz, na constituição do sujeito pela ordem significante, um elemento irreduzível ao significante, a saber, o *objeto a*, através do qual o sujeito extrai um gozo e, ao mesmo tempo, em que se destaca do Outro também a ele se vincula através dessa perda. Semelhante vínculo reflete-se nos laços sociais que o sujeito pode estabelecer com os outros sujeitos nas modalidades discursivas. O modelo pragmático de linguagem apresenta-se inteiramente nestas noções, sendo relacionado à inconsistência da ordem significante em representar integralmente o sujeito. Ambos os modelos se apresentam, mas o modelo estrutural é praticamente desfeito.

A partir deste período, a dimensão pulsional se apresentará mais incisivamente na dimensão da fala e da linguagem até culminar na tese defendida no *Seminário 20*, segundo a qual a fala é concebida, ela própria, como satisfação pulsional. A proposição de Lacan é que o sujeito, ao falar, goza. Assim ele define o princípio do prazer: “Eu o defino do que se satisfaz do bláblá. É isso que digo quando digo que o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1973, p.21). É por isso também que, após ter insistido durante todos esses anos no modelo estrutural, Lacan esclarece: “Meu dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é do campo da linguística” (Lacan, 1973, p.25).

## 2

### ALGUNS MODELOS DE LINGUAGEM

Neste capítulo apresentamos brevemente algumas teorias da linguagem que serão abordadas ao longo desta tese a fim de explicitar o modo como Lacan importa e utiliza termos e noções advindos dos estudos de linguagem.

Conforme assinalado na introdução, ao nos deparar com a ênfase dada por Lacan à linguagem e à fala como móveis da teoria e prática analítica, somos levados a nos interrogar sobre a concepção de linguagem em jogo. Afinal, o que o psicanalista entende por linguagem, ao considerá-la essencial à experiência de análise?

É certo que a fala é o meio da análise, e que, antes de pensá-la como expressão de uma interioridade que se deveria decifrar, somos convidados a trabalhar diretamente sobre ela. A fala é o próprio material da clínica. Contudo, deter-se sobre tal obviedade apenas nos levaria a silenciar sobre o que justamente parece ser o mais importante.

Sem dúvida, poderíamos nos restringir à obra lacaniana e verificar nela sua definição de linguagem e de fala, sem recorrer à linguística ou à filosofia da linguagem. No entanto, a obra de Lacan se situa em um contexto específico, no qual a linguística estrutural apresentava novas ferramentas conceituais para abordar não somente a linguagem, mas as ciências humanas em geral. Não supomos que estas ferramentas tenham sido utilizadas como instrumentos para construir um novo edifício teórico, mas, visando um legítimo “retorno a Freud”, elas teriam contribuído para um novo esclarecimento da teoria e prática analítica em um momento em que a psicanálise da época parecia conceder pouco relevo à função da fala e da linguagem.

Não obstante, como nem tudo no mar das ideias são rosas - muito menos no terreno da prática – a utilização de conceitos oriundos de campos de saber distintos em um âmbito tão singular como o da experiência analítica implica necessariamente um gesto de apropriação. Apropriar-se de uma noção estranha a seu campo não é simplesmente utilizá-la exatamente de acordo com sua forma original. Seria antes acrescentar também algo seu a ela. A própria transposição de

um campo teórico para outro já transforma o valor do conceito. Esse é o motivo pelo qual evocamos, neste capítulo, outros modelos de linguagem além do modelo estrutural, pois nos indagamos se esse gesto de apropriação não teria como efeito uma reformulação tal destas noções, que as aproximaria de outras concepções de linguagem.

Ora, são inúmeras as maneiras pelas quais, na história do pensamento, concebeu-se a linguagem. Perderíamos-nos em um labirinto se fossemos dissecar cada uma delas, sem nenhum crivo, e buscar observar qual seria a mais adequada à psicanálise. Ao invés de caminhar às cegas pelas veredas do pensamento, preferimos abordar ora as teorias a que Lacan faz referência, ora aquelas que parecem responder às questões colocadas pelo próprio uso de tais noções no interior da obra lacaniana.

Essas questões são aquelas para as quais as teorias mais abstratas de linguagem não nos oferecem encaixe para abordar a dimensão da linguagem nos momentos em que a fala aparece carregada de pulsão. Uma vez que não podemos nos esquecer de que na experiência analítica lidamos com a fala de um sujeito, como utilizar modelos de linguagem que buscam defini-la atendo-se somente a regras e princípios imanentes ao sistema da língua? Não seriam mais adequados modelos de linguagem que abrangessem a posição de quem fala para alguém querendo algo com isso e, sobretudo, produzindo efeitos tanto em quem diz quanto em quem ouve?

Em alguns aspectos parece-nos que sim. Por isso, recorremos a teorias da filosofia pragmática da linguagem, nas quais a posição do falante, do ouvinte e a função do contexto são levadas em consideração. No entanto, a questão da apropriação novamente se coloca. Seriam as teorias advindas da filosofia pragmática da linguagem compatíveis com o ato de fala realizado por um falante concebido de um modo tão particular pela psicanálise, a saber, por um falante considerado como sujeito do inconsciente?

É sobre essa perspectiva que os modelos de linguagem apresentados aqui se situam. A fim de abordar o gesto lacaniano de apropriação das noções de linguagem- tais como significante, significado, sentido, linguagem, fala e discurso- tematizamos a discussão entre diferentes modelos de linguagem a partir da questão do sujeito. Em outras palavras, que modelo de linguagem abarcaria,

senão a noção de sujeito do inconsciente, ao menos a noção de um falante que endereça sua fala a um ouvinte e que produz efeitos com sua fala?

Neste capítulo inicial, discorreremos sobre os modelos de linguagem que, nos outros capítulos, serão discutidos no exame de algumas noções lacanianas em períodos determinados. Saussure, Jakobson, Benveniste, Bakhtin e Austin foram os teóricos que escolhemos para compor esta discussão, na qual a língua enquanto sistema abstrato é confrontada à linguagem atualizada nos atos de fala dos sujeitos.

## 2.1

### O Movimento Estruturalista

O estruturalismo surge na França por volta da década de 50, atingindo o apogeu durante a década de 60. O seu aparecimento é contemporâneo ao declínio do pensamento sartreano, que vigorava até então, mas que, com as turbulências do pós-guerra, foi pouco a pouco perdendo força. É assim que “o sujeito, a consciência, vão apagar-se em proveito da regra, do código e da estrutura” (Dosse, 1993, p.24).

Neste contexto, a vaga estruturalista irrompe como um movimento de contestação e contracultura, cujo apetite de modernismo fez com que muitos intelectuais franceses de diferentes campos de saber aderissem ao novo ponto de vista. De acordo com Dosse (1993):

O estruturalismo terá sido, nesse plano, o estandarte dos modernos em sua luta contra os antigos. Terá sido ainda o instrumento de uma desideologização para numerosos intelectuais comprometidos, ao ritmo das decepções da segunda metade do século XX. Conjuntura política particular marcada pelo desencanto, configuração do campo do saber que precisava fazer uma revolução para ver uma reforma ser bem sucedida: essa conjunção permitiu ao estruturalismo ser o pólo de convergência de uma geração inteira que descobriu o mundo por trás da grade estrutural (Dosse, 1993, p.13-14).

Impulsionados pelos avanços da linguística estrutural, difundidos pela Escola de Praga (Troubetzkoy e Jakobson) e realizados por meio de uma releitura de Saussure, os estruturalistas elegem a linguística como a ciência-piloto das ciências humanas. Contudo, a adesão de diversos campos de saber ao estruturalismo não redundava em uma homogeneidade de pensamento, pois as

diversas correntes reunidas sob a alcunha de estruturalismo conservam suas singularidades.

De acordo com Dosse (1993, p.16), a fim de não ocultar as fronteiras disciplinares, convém distinguir três estruturalismos: um estruturalismo científico, envolvendo a antropologia, a semiótica e a psicanálise (Lévi-Strauss, Greimas e Lacan); um estruturalismo semiológico, mais flexível e cambiante (Barthes, Genette, Todorov e Serres); e um estruturalismo historicizado ou epistêmico (Althusser, Bourdieu, Foucault, Derrida e Vernant). Para os objetivos desta tese, somente o estruturalismo científico, mais influenciado pela linguística estrutural, convém abordar, uma vez que é nesta corrente que Lacan se insere.

### 2.1.1

#### **Lévi-Strauss**

O primeiro a apropriar-se da linguística estrutural e aplicá-la às ciências humanas foi o antropólogo Lévi-Strauss. É justamente por ter ele sido o pioneiro, que Dosse (1993) considera que “o estruturalismo identificar-se-á rapidamente com um homem: Claude Lévi-Strauss” (Dosse, 1993, p.31). Através de seu trabalho, outros campos de saber viram-se tentados a também buscar na linguística, sobretudo em seu método, as chaves do entendimento para os fenômenos sociais e humanos.

Claude Lévi-Strauss inicia sua carreira de antropólogo em 1934 quando vem ao Brasil ministrar aulas de sociologia na Universidade de São Paulo por indicação de Bouglé, que, ingenuamente, acreditava que nos subúrbios dessa cidade poder-se-ia encontrar índios. Quando em 1939, Lévi-Strauss retorna a França, tem de partir novamente, dessa vez para o exílio, a fim de escapar da ocupação alemã. Ele vai então para a *New School for Social Research* de Nova York, onde se dá o grande encontro com Jakobson. Volta à França somente em 1948, passando a ocupar a cátedra de “Religiões dos Povos Não-Civilizados”, cuja denominação ele logo muda para “Religiões dos Povos Sem Escritas” – o que assinala o ponto de vista defendido em sua tese, publicada posteriormente em “O Pensamento Selvagem” (1962), segundo o qual não há povos primitivos ou não-civilizados, pois todas as sociedades obedecem a determinadas formas de arranjos

de certos elementos, funcionando como estruturas, que como tais não são hierárquicas. A partir deste retorno, seu pensamento alça voo e passa a influenciar uma gama de intelectuais da época.

Para Dosse (1993), a antropologia de Lévi-Strauss não é apenas marcada pelo diálogo com a linguística estrutural de Jakobson, pois se caracteriza também pela filiação positivista de Comte, da qual ele tomou o ideal de cientificidade, embora tenha dispensado a noção de progresso na história da humanidade. De acordo com o historiador (1993):

O êxito crescente da noção de sistema, depois da de estrutura, encontra-se vinculado ao conjunto das mutações científicas das diversas disciplinas na virada do século, principalmente à sua capacidade para explicar a interdependência dos elementos constitutivos do seu objeto próprio (Dosse, 1993, p.34).

A despeito do caráter controverso dessa possível filiação positivista, importa destacar nela a importância da noção de sistema. Embora a inovação trazida pela importação da linguística à antropologia possa realmente ter seus primórdios nessa noção de sistema, que já fora introduzida por numerosos pensadores no início do século, convém destacar que até então não se extraía, da noção de sistema, a de estrutura. Para tanto, seria necessário dar um passo a mais, justamente o passo dado pela linguística estrutural, mais precisamente pela fonologia estrutural de Jakobson.

Outra influência enfatizada por Dosse (1993), e que nos parece muito mais importante que a de Comte, é a do antropólogo Boas. Segundo o historiador, ao se opor ao naturalismo em antropologia, Lévi-Strauss alia-se a Boas, antropólogo que abordava aspectos afins com muitas das noções desenvolvidas pelo Círculo de Praga. Assim, quando Lévi-Strauss chega à Nova York, procura Boas, que dominava a antropologia americana, e permanece estudando com ele até seu falecimento. A mais importante contribuição de Boas e sua influência sobre Lévi-Strauss terão sido a ênfase que deu à natureza inconsciente dos fenômenos culturais e a colocação das leis da linguagem no centro de inteligibilidade dessa estrutura inconsciente (Dosse, 1993, p.37).

É preciso notar que embora o termo “inconsciente” empregado aqui se refira apenas àquilo de que não temos consciência, ou seja, às leis estruturais que regem nossa apreensão do mundo – a aplicação do termo, entretanto, terá relevância para

a psicanálise lacaniana, uma vez que essas leis são as leis simbólicas. Para Lévi-Strauss, por exemplo, as leis de parentesco são inconscientes porque, uma vez instauradas, não são questionadas por aqueles que estão imersos no campo simbólico do qual elas fazem parte. As leis de parentesco resultam de uma combinação de elementos que se arranjam de forma inconsciente, segundo leis estruturais.

Lévi-Strauss analisa as leis de parentesco, bem como a interdição do incesto que as condiciona, a partir de um sistema constituído por elementos de parentesco sempre reduzidos a três tipos de relações: consangüinidade (relação de irmã/irmão), aliança (esposo/esposa) e filiação (pai ou mãe/ filho). Da combinação desses três elementos resulta uma combinação positiva (cônjuges possíveis) e uma combinação negativa (cônjuges proibidos). A interdição do incesto visa, então, estabelecer quem são os cônjuges possíveis e quem são os proibidos.

O caráter primitivo e irredutível do elemento de parentesco, tal como o definimos, resulta realmente, de modo imediato, da existência universal da proibição do incesto. Isso equivale a dizer que, na sociedade humana, um homem só pode obter uma mulher de um outro homem, que lhe cede sob forma de filha ou de irmã (Lévi-Strauss, 1967, p.64).

Ao esclarecer as leis de parentesco e a função da interdição do incesto, Lévi-Strauss opõe-se à antropologia naturalista da época, que pretendia fundamentar a interdição do incesto em leis naturais e biológicas. Com a descoberta das leis estruturais, simbólicas, que regem o parentesco, a interdição do incesto escapa tanto de considerações morais etnocêntricas, que seriam variáveis em cada cultura e poderiam mudar com o decorrer da história, quanto do simples esquema da consanguinidade, fundamentado em leis biológicas.

Lévi-Strauss passa assim da natureza para a cultura. Além disso, uma vez que as leis de parentesco são os invariantes universais da cultura, elas não mudam de cultura para cultura; antes, por serem imutáveis, caracterizam os laços sociais que constituem a cultura. Embora em uma determinada cultura seja o pai quem doa a filha ao esposo, enquanto em outra seja o tio materno, em todas as culturas a mulher é doada por um homem de seu clã a um homem de outro clã. As leis de parentesco e a proibição do incesto permitem a formação da ordem social, pois possibilitam a troca entre os diversos clãs.

Com a inauguração deste novo modo de conceber os fenômenos sociais e humanos, doravante explicar os fenômenos culturais será buscar suas leis estruturais, seus invariantes universais. De acordo com Dosse (1993):

O social nasce dessa organização da troca em torno da proibição do incesto, que se reveste, por conseguinte, de uma importância capital: “A proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consaguinidade para o fato cultural da aliança”<sup>1</sup>. É a intervenção decisiva no nascimento da ordem social (Dosse, 1993, p.41).

Lévi-Strauss tributa a Marcel Mauss, etnólogo de uma fase anterior ao surgimento da linguística estrutural, o mérito de ter compreendido as relações sociais a partir do prisma da linguagem e de seu funcionamento inconsciente. Em “Introdução à obra de Marcel Mauss” (s/d), Lévi-Strauss retoma uma obra de Mauss, intitulada “Essai sur le don”, onde o etnólogo examina o pensamento mágico através da noção de fato social total, segundo a qual os fenômenos culturais devem ser analisados enquanto simbólicos, o que implica considerá-los relacionados à linguagem e às suas leis inconscientes:

Mauss via, pois, justo quando verificava em 1902 que “em suma, desde que abordamos a representação das propriedades mágicas, estamos em presença de fenômenos semelhantes aos da linguagem”. Porque é a linguística, e mais particularmente a linguística estrutural, que nos familiarizou com a ideia de que os fenômenos fundamentais da vida do espírito, os que a condicionam e determinam as suas formas mais gerais, se situam ao nível do pensamento inconsciente (Lévi-Strauss, s/d, p.169)

Lévi-Strauss inspira-se nessa obra de Mauss ao abordar as estruturas elementares de parentesco, uma vez que “os termos de parentesco não têm apenas uma existência sociológica: são também elementos do discurso” (Lévi-Strauss, 1967, p.51). Contudo, a especificação dos elementos que constituem a linguagem e, principalmente, das leis que regem a combinação desses elementos só foi realmente esclarecida com o advento da linguística estrutural.

Universo simbólico, linguagem, fato social, cultura e leis estruturais reúnem-se, assim, a fim de consolidar o método e o campo das ciências sociais. A partir de então tudo o que é humano passa a ser compreendido sob a égide do estruturalismo, tomando como modelo a linguística estrutural.

<sup>1</sup> LÉVI-STRAUSS, *Les Structures élémentaires de la parenté*, Mouton, 1967 (1949), p.36.

Lévi-Strauss, enquanto pioneiro na importação da linguística para as ciências do homem, influencia pensadores dos demais campos de saber a buscar nesta ciência a possibilidade de tornar os seus campos mais rigorosos, e de estabelecer uma cientificidade própria das ciências humanas e sociais. A linguística estrutural oferecia a eles um método que lhes permitia encontrar invariantes universais por trás dos elementos ou conteúdos empíricos com os quais lidavam. Por outro lado, tais formas encontradas eram extraídas diretamente do universo sensível.

Os dados empíricos eram considerados como ponto de partida, mas o que se evidenciava era que eles não possuíam significação em si, mas somente em relação a outros elementos. Qualquer fenômeno só pode ser compreendido a partir de sua relação com outros fenômenos. Qualquer elemento só ganha significação enquanto pertencente a um sistema. A tarefa dos estruturalistas consistia em descobrir os invariantes universais e as leis que regem suas combinações em uma estrutura. A estrutura que subjaz ao arranjo dos elementos revela as leis estruturais, simbólicas e inconscientes.

Conforme já salientado, a noção de sistema é desenvolvida até chegar à noção mais elaborada de estrutura, cujas coordenadas coube primeiramente à linguística revelar. Deste modo, o encontro de Lévi-Strauss com Jakobson em Nova York foi decisivo. Nessa ocasião, Lévi-Strauss assiste aos cursos do linguista e se surpreende:

Eu era na época uma espécie de estruturalista simplista. Fazia estruturalismo sem o saber. Jakobson revelou-me a existência de um corpo de doutrina já constituído numa disciplina: a linguística, que eu jamais praticara. Para mim, foi uma revelação (Lévi-Strauss, 1988, *apud* Dosse, 1993, p.42-43)

Desde então, a importância da linguística para a antropologia jamais deixará de ser ressaltada por Lévi-Strauss. A conceituação das estruturas elementares de parentesco dá disso prova clara, como se pode depreender do seguinte trecho de “Antropologia Estrutural” (1967), onde Lévi-Strauss faz um breve resumo de sua antropologia:

(...) como os fonemas, os termos de parentesco são elementos de significação; como eles, só adquirem esta significação sob a condição de se integrarem em sistemas; os “sistemas de parentesco”, como os “sistemas fonológicos”, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente; enfim a recorrência, em regiões afastadas do mundo e em sociedades profundamente diferentes, de formas de parentesco, regras de casamento, atitudes idênticas prescritas entre certos tipos de parentes, etc., faz crer que, em ambos os casos, os fenômenos observáveis resultam do jogo de leis gerais, mas ocultas. O problema pode então se formular da seguinte maneira: numa *outra ordem de realidade*, os fenômenos de parentesco são fenômenos do *mesmo tipo* que os fenômenos linguísticos (Lévi-Strauss, 1967, p.48-49).

Mas, afinal, quais são as principais características da linguística estrutural que mudam os rumos não apenas da antropologia, mas de toda uma gama das ciências humanas, nelas incluindo a psicanálise lacaniana?

Primeiramente, a fim de compreender a inovação operada pela linguística estrutural, cabe examinar suas bases, encontradas em Saussure, de onde se extrai a noção de sistema, definida por Foucault como: “um conjunto de relações que se mantêm, se transformam independentemente das coisas que essas relações religam” (Foucault, s/d, p.30).

### 2.1.2

#### Saussure

A obra de Saussure é conhecida através de um livro composto pela reunião de transcrições e de notas das aulas ministradas pelo autor na Universidade de Genebra em três cursos dados em 1907, 1908-1909 e 1919-1911, e quem as reúne são dois de seus alunos, Sechehaye e Bally. Este livro, o “Curso de Linguística Geral”, foi publicado pela primeira vez no ano de 1916. Foi uma publicação póstuma, pois Saussure falecera em 1913, o que justifica a ressalva de Sechehaye e Bally quanto à legitimidade da obra e ao consentimento de Saussure, apresentada no prefácio do livro.<sup>2</sup> Posteriormente, em 1957, Godel<sup>3</sup> reúne alguns apontamentos de outros alunos de Saussure não utilizados por Sechehaye e Bally. Assim, embora possa ser discutível que o *Curso de Linguística Geral* represente

<sup>2</sup> “Sentimos toda a responsabilidade que assumimos, perante a crítica, perante o próprio autor, que não teria talvez autorizado a publicação destas páginas.” (Saussure, 2006, p.4)

<sup>3</sup> Godel, R. *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, Droz, Genève, 1957.

tão fielmente o ensino de Saussure, é a ele que convém recorrer, uma vez que foram as formulações presentes neste livro que influenciaram a eclosão do movimento estruturalista.

Com o intuito de assegurar um objeto preciso para a ciência da linguagem, Saussure divide a linguagem em dois polos, a língua (*langue*) e a fala (*parole*), concedendo à primeira o privilégio de ocupar o centro de interesse da linguística.

A língua (*langue*) é concebida como o polo da linguagem responsável pelo caráter social desta. Segundo Saussure, a língua existe na coletividade sob a forma de sinais que são impressos nos indivíduos “tal como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (Saussure, 2006, p.27). A língua, portanto, consiste em um padrão coletivo recebido pelo indivíduo passivamente. Nas palavras do autor: “Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários” (Idem, p.27).

Já a fala (*parole*) é compreendida como o que há de individual na linguagem, ou seja, as associações singulares do indivíduo e as características fonéticas (voz, timbre, entonação) do que é dito. Opõe-se, assim, a fala, enquanto ato individual, ao caráter social da língua:

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (Saussure, 2006, p.22)

Estes dois polos da linguagem são considerados por Saussure, ao mesmo tempo, como distintos e complementares. A língua é necessária para a inteligibilidade da fala, pois é o código comum a uma coletividade que permite o entendimento entre os homens. A fala, por sua vez, é necessária para o advento da língua em virtude do fato de que o código linguístico é apreendido pelo indivíduo através do acúmulo das experiências de atos de fala: “(...); historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala?” (Saussure, 2006, p.27)

Contudo, apesar da complementaridade e interdependência destes dois aspectos, apenas um deles será tomado como objeto da linguística, pois estes

domínios além de complementares são distintos. A partir desta distinção, Saussure conclui que é impossível constituir um campo de saber homogêneo sobre a linguagem em sua totalidade, dada a heterogeneidade de seus constituintes. Nas palavras do autor:

Por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação proposta esclarecem tudo. (Saussure, 2006, p.28)

A subordinação a que Saussure se refere é a da fala à língua, uma vez que cumpre a esta última o privilégio de ocupar o lugar de objeto único da linguística. A linguística, para se constituir como ciência, deverá doravante reduzir-se a uma ciência da língua. Conforme salienta Saussure:

Com outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística. Todos os outros elementos da linguagem, que constituem a fala, vêm por si mesmos subordinar-se a esta primeira ciência e é graças a tal subordinação que todas as partes da linguística encontraram seu lugar natural. (Saussure, 2006, p.26)

Tomando a língua como objeto, Saussure determinará como tarefa da linguística descobrir as leis gerais e universais que regem o seu funcionamento, o que equivale a abordá-la como um sistema. A língua é, então, definida como um sistema composto de signos linguísticos, que são compreendidos como união da imagem acústica ao conceito, ou seja, como união do significante com o significado.

Tal união é sempre arbitrária e convencional, porque resultante de um acordo social. Entre a imagem acústica e o conceito, ou ainda, entre o significante e o significado, não há nenhuma ligação natural – ela é, antes, determinada pelo código linguístico que vigora na cultura em que é falada. Assim, para Saussure, todo signo é arbitrário:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário* (Saussure, 2006, p.81).

Os signos, ainda que arbitrários, adquirem no código um caráter obrigatório. Uma vez o significado unido ao significante de forma arbitrária, será obrigatório para os membros da comunidade linguística que assim os uniu empregá-los desse modo, como um signo.

A natureza do signo linguístico é compreendida por Saussure a partir do princípio da arbitrariedade do signo, acima descrito, e do princípio do caráter linear do significante, segundo o qual o significante, por sua natureza auditiva, desenvolve-se apenas no tempo e possui uma extensão que é mensurável em apenas uma dimensão: a linha. Nas palavras do autor: “(...) os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após o outro; formam uma cadeia” (Saussure, 2006, p.84).

Outra característica fundamental dos signos é seu valor diferencial. Os signos para serem empregados e adquirirem um valor (uma unidade na comunicação) dependem de uma condição: precisam ser combinados com outros signos. A noção de valor, criada por Saussure, difere da noção de signo, pois o valor “é o sentido de uma unidade, que é definida por suas relações com outras da mesma natureza” (Pietroforte, 2004, p.83). Por exemplo, comparemos o valor da palavra “banho” em cada uma dessas frases: 1) Quando me ligaram, eu havia acabado de tomar banho. 2) Ontem, tomei um banho de chuva. O valor, ou seja, a unidade de sentido que o signo “banho” ganha nas seguintes frases depende de sua relação com os outros signos da frase. Este é um exemplo de como os signos ao se combinarem com os outros no eixo sintagmático da língua adquirem valor. As relações sintagmáticas caracterizam-se pela colocação dos signos em presença. Mas há ainda o eixo associativo, onde, por exemplo, os signos ganham valor em ausência, ou seja, ao se escolher um determinado signo, exclui-se outros que lhe são semelhantes. Por exemplo, se eu escolho a palavra “camisa” para designar o que estou vestindo, isto implica que não estou usando uma camiseta ou uma blusa. Ao se selecionar uma palavra exige-se o domínio do léxico a que ela pertence, pois o seu valor ou sentido depende da relação diferencial que ela mantém com os outros signos da língua.<sup>4</sup>

Assim, Saussure considera que os signos são puras diferenças, não possuindo sentido em si mesmos, mas somente em relação aos outros signos em

<sup>4</sup> “A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual” (Saussure, 2006, p.143.).

um dado sistema. Em suas palavras: “*na língua só existem diferenças. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças sem termos positivos*” (Saussure, 2006, p.139).

Essa condição é postulada por Saussure ao propor a dimensão sincrônica como a mais adequada para o estudo da língua. A dimensão sincrônica atém-se a um recorte no tempo, um momento específico no qual se possa estudar como os elementos da língua são regulados por leis. Já a dimensão diacrônica refere-se ao modo pelo qual determinado elemento da língua surge historicamente. Assim, ao invés de deter-se na história dos elementos da língua, Saussure dedica-se a buscar os invariantes presentes no sistema da língua. Dito de outro modo, ao escolher a dimensão sincrônica, Saussure entrega-se à tarefa de encontrar as relações que vigoram em determinado momento entre os elementos da língua, opondo-se a uma perspectiva diacrônica, cujo alvo seria investigar como esses elementos surgiram.<sup>5</sup>

Deste modo, os signos são abordados por Saussure somente em relação a eles mesmos, jamais em relação a qualquer aspecto exterior ao seu funcionamento próprio. Conforme assinala Pietroforte (2004), com isso, Saussure deixa fora da linguística a relação das palavras com as coisas do mundo. O que é considerado é a relação significado/ significante, ou seja, signos que, em relação com os outros signos, adquirirão valor, significação, unidade de sentido. Por outro lado, Pietroforte salienta que embora não seja a relação da palavra com o mundo que constitui a significação, mas antes a relação de um signo com outro signo em um sistema linguístico, essa significação constitui uma visão de mundo. Conforme salienta o autor:

Se os signos significam dentro de um sistema linguístico, esse sistema compreende uma visão de mundo, ou seja, um princípio de classificação que, projetando-se sobre as coisas do mundo, classifica-as de acordo com sua estrutura interna. (...) Além do mais, se é pela linguagem que se veem os fatos humanos, se definem esses fatos, eles podem ser modificados por meio dela. Isso não quer dizer que se pode modificar

---

<sup>5</sup> Esta é uma proposta que Saussure postula de imediato como o objetivo da linguística: “Procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as *linguas* e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; (Saussure, 2006, p.13).

o mundo físico por meio da linguagem, mas que cabe a essa linguagem dar um sentido para as interpretações desse mundo. (Pietroforte, 2004, p.86).

Seguramente, os estruturalistas se ativeram à função da linguagem de ordenar o real, apreender e dar significação para as coisas do mundo, pois, assim, foi possível escapar do empirismo e abordar os eventos humanos não mais como tendo sentido em si mesmos, mas como produto de uma atividade humana que os organiza segundo leis estruturais.

Assim, o que parece relevante para os estruturalistas nessa função da linguagem enquanto sistema, revelada por Saussure, é a possibilidade de alçarem uma autonomia em relação aos estudos empíricos, em buscar atrás dos eventos humanos um princípio de ordenação para os próprios eventos. Com isso não se estudam os fatos, mas as leis que os regem, que lhe conferem uma significação dentro de um determinado sistema. Segundo Dosse (1993), a conceituação de Saussure é retomada pelos estruturalistas somente em virtude da noção de sistema:

O essencial da demonstração consiste em fundamentar o arbitrário do signo, em mostrar que a língua é um sistema de valores constituídos não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras. Saussure oferece uma interpretação da língua que a coloca resolutamente do lado da abstração para melhor a separar do empirismo e das considerações psicologizantes (Dosse, 1993, p.65).

### 2.1.3

#### Jakobson

Retomando a noção de sistema em Saussure e avançando em suas formulações, Roman Jakobson constrói a fonologia estrutural, que irá influenciar tanto Lacan quanto Lévi-Strauss.

Lacan, conforme se verá mais adiante, elucidará os mecanismos inconscientes – condensação e deslocamento – através das noções linguísticas de metáfora e de metonímia. Metáfora e metonímia são mecanismos de linguagem ressaltados por Jakobson ao reler Saussure. Para Saussure, que concebe a língua

como um sistema de relações solidárias, tais relações se dão através de dois eixos: o eixo sintagmático, no qual o falante exerce a faculdade de unir sintagmas (prefixos, sufixos, palavras, frases), e o eixo associativo, no qual o falante escolhe palavras entre outras possíveis que não figuram no eixo sintagmático, embora façam parte do tesouro da língua.

Em “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, Jakobson, por sua vez, desenvolve esta noção saussuriana, explicando que o signo linguístico efetua dois modos de arranjo: a combinação e a contextura, que pertencem ao eixo sintagmático, e a seleção e substituição, que pertencem ao eixo associativo ou paradigmático. Quem fala seleciona palavras do léxico de sua língua e as combina em frases de acordo com o sistema sintático da língua. Assim, os signos no plano da combinação e da contextura têm o estatuto de contiguidade, enquanto que as operações de seleção e de substituição se dão sob o eixo da similaridade (Jakobson, s/d, p.40).

Jakobson distingue, então, dois tipos de afasia: uma na qual as operações de combinação e contextura estão prejudicadas e outra na qual são as operações de seleção e substituição que se tornam deficientes. Uma afasia deriva de um distúrbio da contiguidade e a outra deriva de um distúrbio da similaridade. Os afásicos que padecem de distúrbio da contiguidade conseguem utilizar a metáfora, enquanto os afásicos que sofrem de distúrbio da similaridade têm mais facilidade de empregar a metonímia. A metáfora baseia-se, assim, na similaridade e a metonímia na contiguidade.

A metáfora por se situar no eixo da semelhança fica ao lado do eixo paradigmático, dos arranjos por combinação e contextura. Por exemplo: “Essa menina é uma flor”. A metonímia por se situar no eixo da contiguidade fica ao lado do eixo sintagmático, dos arranjos por seleção e substituição. Por exemplo, construções que tomam a parte pelo todo: “beber um copo”, ou que tomam a causa pelo efeito: “a colheita”. Essas duas figuras de linguagem serão utilizadas por Lacan a fim de dar conta dos mecanismos do inconsciente.

Mas o trabalho de Jakobson não influencia apenas Lacan, pois antes mesmo da apropriação da linguística pela psicanálise, houve a importação da linguística pela antropologia através de Lévi-Strauss – pioneiro no projeto de alçar a linguística ao posto de modelo das ciências humanas. A antropologia estrutural de Lévi-Strauss é marcada pela fonologia estrutural de Jakobson, muito bem

apresentada em “Six leçons sur le son et le sens” (1976), obra que tem o prefácio do antropólogo afirmando a incidência sobre o seu pensamento dessas lições, a que ele havia outrora assistido.

Nessa obra, Jakobson retoma algumas noções de Saussure, mas demarca também suas posições, assinalando as discordâncias com o mestre genebrino. A noção de sistema é desenvolvida até chegar à noção de estrutura. A elaboração da noção de fonema por Jakobson dá um passo a mais na noção de sistema saussuriano, ampliando o alcance das leis que regem o funcionamento da linguagem.

Para Saussure, a língua enquanto sistema de signos constituídos pela união arbitrária do significante com o significado possui a característica de somente dotar de valor os seus signos em relação com os outros signos. Esse traço marcante de um sistema, que consiste em definir os elementos a partir da relação destes com os outros elementos do sistema, incide sobre os signos. Estes são decompostos em imagem acústica (significante) e conceito (significado), sendo, ambos, entidades psíquicas, pois a imagem acústica não se reduz ao som (materialidade sonora), ela é a impressão do som tal como o ouvido humano os apreende, e o conceito é também uma entidade psíquica por ser uma ideia.

O fonema, por sua vez, é considerado por Saussure como uma ação vocal, como um movimento articulatório, relegado à fala (*parole*), não pertencendo, portanto, ao sistema da língua (*langue*), que se atém apenas à imagem acústica e ao conceito que formam os signos. Nas palavras do autor:

E porque as palavras da língua são para nós imagens acústicas, cumpre evitar falar dos “fonemas” de que se compõem. Esse termo, que implica uma ideia de ação vocal, não pode convir senão à palavra falada, à realização da imagem interior no discurso (Saussure, 2006, p.80).

Portanto, uma vez que convém à linguística abordar apenas o estudo da língua (*langue*), o fonema fica descartado de sua conceituação, não fazendo parte do objeto que é a língua. Contudo, Jakobson recupera o fonema para a linguística, construindo a fonologia estrutural.

Curiosamente, Jakobson faz isso, partindo de uma noção presente na própria definição de fonema dada por Saussure. Para este, apesar de o fonema dever ser abandonado pelo estudo da língua, ele é também constituído de forma diferencial

- fonemas são entidades opositivas, relativas e negativas. Jakobson, então, ressalta esta característica do fonema e lamenta o fato de Saussure não ter retirado dela as últimas consequências e de tê-la reduzido ao seu aspecto articulatório ou motor:

O *Curso* lança a fórmula tornada depois célebre: “Os fonemas são antes de tudo entidades opositivas, relativas e negativas”. Saussure chega até a afirmar que o sistema desses fonemas nitidamente diferenciado, *sistema fonológico*, como ele o denomina, é a única realidade que interessa ao linguista no domínio fônico. Mas, por outro lado, encontramos nesse mesmo *Curso* de Saussure a impressão de um psicologismo ingênuo (...) Passando de suas teses pré-liminares aos princípios internos do tratamento linguístico da matéria sonora, ele toma por sua “base natural”, não o valor funcional dos sons, (...) mas a “impressão produzida pelo som sobre a orelha”. E quando ele aborda o estudo concreto do “sistema fonológico”, ele abandona mesmo o critério auditivo e declara simplesmente que essa análise “só poderia ser feita sobre a base do ato articulatório” (Jakobson, 1976, p.55, *grifo meu*).

Para Jakobson, os fonemas desempenham uma função no sistema da língua, pois eles são unidades linguísticas que, comparadas ao morfema, à palavra e à frase, possuem a característica de serem desprovidos de significação. Contudo, apesar de serem unidades linguísticas sem conteúdo conceitual, eles servem para distinguir significações.

Não somente o fonema passa com Jakobson a constituir uma entidade linguística, como também o próprio fonema é decomposto por traços distintivos. São esses traços distintivos que permitem pensá-los, por um lado, como elementos da língua que são definidos também a partir de relações, e por outro lado, como unidades que distinguem significações.

Jakobson utiliza como exemplo o diálogo de Alice com o Gato: “Você disse *porco* ou *porto*?” perguntou o Gato. “Eu disse *porco*, respondeu Alice”<sup>6</sup> (Jakobson, s/d, p.37). A pergunta do Gato visa identificar a escolha linguística de Alice a fim de encontrar a significação para o termo de acordo com o código da língua compartilhado por ambos. A oposição entre “porco” e “porto” assinala uma diferença fonológica entre uma oclusiva velar e uma oclusiva dental, que são traços distintivos do fonema. Mas a oposição velar/dental só constitui um traço distintivo do fonema porque, na língua portuguesa, essa oposição, mesmo se o restante da palavra for igual, modifica a significação da palavra.

<sup>6</sup> Lewis Carrol, *Alice's Adventures in Wonderland*, Capítulo VI *apud* Jakobson, s/d.

É nesse sentido que os fonemas são compreendidos como unidades linguísticas desprovidas de significação que servem, no entanto, para distinguir significações. Assim, Jakobson elabora uma nova concepção de fonema: “Os sons munidos de um valor distintivo, os sons capazes de diferenciar palavras, recebem um nome especial na ciência da linguagem. São denominados como *fonemas*” (Jakobson, 1976, p.44).

Jakobson não apenas avança em relação a Saussure ao integrar os fonemas no sistema da língua, como também vai mais além, revelando as leis estruturais que regem a linguagem através da decomposição dos fonemas em traços distintivos que são sinalizados como marcados (+) e não-marcados (-). No exemplo acima mencionado, é a presença ou ausência de uma oclusiva velar ou de uma oclusiva dental que assinala a diferença entre os fonemas, acarretando uma diferença de significação.

Esses traços distintivos do fonema constituem unidades mínimas e indivisíveis e são definidos a partir de oposições (marcado e não marcado ou presença e ausência), ou seja, somente em relação recíproca com outros traços. Assim, Jakobson aplica a noção de saussuriana de sistema até elementos da linguagem que não tinham sido considerados por Saussure, incrementando essa noção com o uso de sinais matemáticos. Esse é o passo que o linguista de Praga dá, indo da noção de sistema à noção de estrutura. Conforme indica Câmara Jr. (1970):

Para cada traço comporta cada fonema a sua presença ou a sua ausência, que podem ser assinaladas respectivamente pelos sinais matemáticos de *mais* (+) e *menos* (-); por exemplo, em português, *sonoridade* – *não-sonoridade* (como em - /b/: /p/, /d/: /t/, /z/: /s/ etc.), *oclusão* – *não-oclusão* (como em - /p/: /f/, /b/: /v/, /t/: /s/, /d/: /z/ etc.), *palatalização* – *não-palatalização* (como em - /x/: /s/, /lh/: /l/ etc.) e assim por diante (Câmara Jr., 1970, p.167)

Essa noção de estrutura presente na fonologia encantou Lévi-Strauss e impregnou sua antropologia. Conforme já ressaltado, a influência de Jakobson sobre a antropologia estrutural reflete-se até mesmo nos termos empregados pelo antropólogo. Mas é, sobretudo, na estrutura formal de seu pensamento que ela mais se faz notar. No Prefácio de Lévi-Strauss ao livro aqui comentado, o

antropólogo esclarece ainda mais a incidência da fonologia estrutural sobre a sua teoria das leis de parentesco e de interdição do incesto:

Hoje mais que nunca, com a passagem dos anos, eu reconheço os temas dessas lições que me marcaram mais fortemente. Tão heteróclitos quanto possam ser noções como aquelas de fonema e de proibição do incesto, a concepção que eu iria fazer da segunda se inspira no papel assinalado pelos linguistas à primeira. Como o fonema, meio sem significação própria para formar significações, a proibição do incesto me pareceu fazer a charneira entre dois domínios considerados separados. A articulação do som e do sentido respondia assim, sobre um outro plano, àquela da natureza e da cultura (Lévi-Strauss, 1976, p.12)

O estruturalismo adota, então, a linguística como a ciência-piloto das ciências humanas. Os fenômenos sociais e humanos passam a ser compreendidos a partir de suas leis estruturais, ou seja, de invariantes universais que ordenam os fenômenos da cultura. Essas leis estruturais são simbólicas e inconscientes, mas são imutáveis. Em virtude deste caráter universal das leis estruturais, aparecerão, no cenário do final da década de 80, muitos opositores do estruturalismo que o acusarão de reduzir o social a uma estrutura formal, negligenciando os aspectos históricos.

## 2.2

### **Crítica de Bakhtin ao Estruturalismo**

A crítica de Bakhtin ao estruturalismo parece advir daquilo que constitui a sua preocupação essencial: o texto como objeto de toda ciência humana<sup>7</sup>. Ora, para alçar o texto ao posto de objeto central das ciências humanas, Bakhtin confere a esse termo um caráter inteiramente peculiar. Em *O Problema do Texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas*, o que o autor denomina como *texto* possui dos polos: o polo do sistema da língua e o polo do enunciado. Esse segundo polo é que lhe permitirá se servir do texto como objeto da ciência humana, uma vez que neste polo revela-se a dimensão da comunicação discursiva, imersa nas relações dialógicas.

<sup>7</sup> “(...) – estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de *texto*.” (Bakhtin, 2003a, p.308)

Entretanto, não se deve concluir que o primeiro polo, o do sistema da língua, é inteiramente descartável, pois é através dele que o enunciado opera. Nas palavras de Bakhtin:

(...) por de trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado). (Bakhtin, 2003a, p.310)

O sistema da língua é utilizado como recurso pelo enunciado, mas não esgota tudo o que o texto abrange. Se o texto utiliza o sistema da língua, nem por isso a ele se reduz, além dele surge a dimensão do enunciado com todo o caráter extralinguístico que comporta.

Em *Gêneros do Discurso*, Bakhtin se dedica a destacar certos tipos fixos de enunciados em meio à singularidade própria dos enunciados. A possibilidade de reunir enunciados singulares em tipos lança luz sobre alguns aspectos do enunciado que se configuram como fundamentais para a distinção entre esse plano e o plano do sistema da língua.

Embora os enunciados sejam únicos e singulares, conforme já ressaltado, Bakhtin procura, neste artigo, apontar algumas características do enunciado que permitem agrupá-los em tipos, sem, contudo, negligenciar sua singularidade. De acordo com o autor: “(...) cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. (Bakhtin, 2003b, p.262)

Primeiramente, a existência de gêneros de discursos aponta para o caráter social e histórico do enunciado, pois os gêneros pertencem a determinados campos, ou seja, a certos contextos. Em seguida, eles demarcam que a singularidade do enunciado reside não em sua individualidade, mas na singularidade de um acontecimento situado em uma realidade particular, social, histórica e cultural. Além disso, esse caráter particular do enunciado que, enquanto pertence a certo campo não é mais individual, ultrapassa até mesmo o plano do sistema da língua, uma vez que determina a escolha de determinadas

orações e palavras. Assim, convém acompanhar o pensamento de Bakhtin no artigo acima mencionado a fim de compreender esses três aspectos levantados.

Bakhtin atribui aos gêneros discursivos três componentes: o tema, o estilo e a unidade composicional. Por meio desta conceituação, o autor conclui que os gêneros pertencem a determinados campos, com cada uma dessas características próprias, pois correspondem ao campo ao qual se referem.<sup>8</sup> Se o campo ao qual o gênero se refere for relacionado diretamente com a realidade concreta e cotidiana, o gênero será chamado de primário. Se, ao contrário, se remeter a um campo mais abstrato, será chamado de gênero secundário. Assim, a distinção entre gênero primário e secundário não diz respeito a uma relação hierárquica, mas, antes, a uma diferenciação de campos. Esses dois tipos de gêneros possuem uma relação recíproca de estreita correspondência. Os gêneros secundários (obras científicas e artísticas) utilizam os primários (diálogos cotidianos, cartas, réplicas, conversas informais) como matéria-prima. Os gêneros primários, por sua vez, são também influenciados pelos secundários. Tanto um romance pode servir-se de um diálogo cotidiano quanto uma conversa informal pode utilizar recursos científicos e artísticos, como, por exemplo, as incorporações dessas linguagens na fala cotidiana. (Bakhtin, 2003b, pgs.263 e 264)

Parece ser a partir da complexa interação entre esses dois tipos de gêneros que Bakhtin afirma a necessidade de examinar o aspecto histórico dos gêneros do discurso, uma vez que esta interação se dá no seio da vida social. Assim, chega-se ao segundo aspecto ressaltado: o caráter social da singularidade do enunciado. Segundo Bakhtin:

(...) faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos (tanto primários quanto secundários), que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. (Bakhtin, 2003b, pgs.267 e 268)

Desta afirmação de Bakhtin pode-se concluir que, embora os enunciados sejam únicos e singulares, a singularidade deles se dá no seio da vida social,

<sup>8</sup> “Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.” (Bakhtin, 2003b, p.266)

através de gêneros de discursos que pertencem a determinado campo, a certo contexto histórico, social ou cultural.

Essa característica do enunciado permite diferenciar a concepção de Bakhtin da de Saussure. Este, como vimos, concebe a linguagem como dividida em dois polos: o da língua (*langue*), que é social e o da fala (*parole*), que é individual.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica (Saussure, 2006, p.27).

Saussure dedica-se apenas ao polo da língua por considerá-lo como o único possível de constituir uma ciência da linguagem, uma vez que esta, para ele, não pode ser estudada em sua totalidade. Apesar de Saussure privilegiar a língua, que é social, o caráter social da língua tal como ele concebe em nada se assemelha ao aspecto social do enunciado valorizado por Bakhtin. Para Saussure, a língua existe na coletividade sob a forma de sinais que são impressos nos indivíduos. A língua, portanto, não comporta nada de singular, representa apenas um padrão coletivo que é recebido pelo indivíduo de forma passiva. Assim, Saussure ao valorizar o caráter social da língua, dela destitui qualquer possibilidade de singularidade. Já Bakhtin consegue conciliar o aspecto social do enunciado com a sua singularidade, porque, para este autor, a singularidade do enunciado se dá no seio da vida social. Cada contexto social do qual o enunciado brota é ele mesmo único e singular. As relações dialógicas entre os enunciados são sempre únicas.

Outro aspecto relevante na crítica de Bakhtin a Saussure consiste na valorização do estilo e da expressividade: os gêneros do discurso podem ultrapassar o sistema da língua, uma vez que determinam a escolha de palavras e orações. Para Bakhtin: “Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (Bakhtin, 2003b, p.269). E mais adiante acrescenta: “Porque a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico.” (Idem, p.269). Para Bakhtin, o estilo é um componente dos gêneros do discurso, que, por sua vez, é social, logo,

não é individual como pensavam alguns linguistas que também se opunham ao estruturalismo, como Vossler.

Embora Bakhtin apenas critique o estruturalismo por não dar conta do caráter social (dialógico) da fala, considero que sua ênfase no ato do indivíduo na escolha tanto das palavras quanto de suas combinações gramaticais busca responder à crítica frequente ao estruturalismo de ter negligenciado o lugar do sujeito na linguagem. Ainda que a “língua” ofereça o código a partir do qual o sujeito utiliza a linguagem, este escolhe as palavras no eixo paradigmático através de seleção e substituição e as ordena no eixo sintagmático através da combinação e contextura, a mera conceituação da estrutura da linguagem e das relações que a definem não permite dar conta do ato singular do sujeito que utiliza esse código. Por que ele escolhe umas palavras em detrimento de outras? Por que as combina de determinada forma e não de outra?

Outra distinção entre o enunciado e o sistema da língua consiste na valorização do plano do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva. Uma vez que as palavras e orações são unidades do sistema da língua, Bakhtin critica a linguística por ignorar o caráter comunicativo da linguagem.

O enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva comporta dois aspectos: a alternância dos sujeitos e a conclusibilidade, ambos responsáveis pelo caráter dialógico do enunciado (Bakhtin, 2003b, p.280). Já a oração enquanto unidade do sistema da língua em nada se relaciona com a função comunicativa da linguagem, pois é tratada sob uma perspectiva monológica. Assim, o autor lança uma crítica às teorias linguísticas:

Propunham-se e ainda se propõem variações um tanto diferentes das funções da linguagem, mas permanece característico, senão o pleno desconhecimento, ao menos a subestimação da função comunicativa da linguagem; a linguagem é considerada do ponto de vista do falante, como que de *um* falante sem a relação *necessária* com *outros* participantes da comunicação discursiva. (Bakhtin, 2003b, p.270)

Conceber a linguagem enquanto situada em um contexto no qual todo enunciado está em relação com outros enunciados é valorizar a dimensão da comunicação discursiva em uma perspectiva dialógica. Portanto, exige a consideração da responsividade do ouvinte, pois nenhum enunciado é proferido isoladamente, fora de um contexto, ou seja, ele está sempre em relação com

textos. Em outros termos, todo enunciado é endereçado e o seu sentido depende da interpretação do ouvinte.

Esta característica do enunciado está estreitamente vinculada a um dos aspectos do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva: a alternância dos sujeitos falantes<sup>9</sup>. A alternância dos sujeitos é o âmago da comunicação discursiva, pois é através dela que surge o diálogo. O mais interessante na conceituação de Bakhtin é que essa alternância dos sujeitos não se dá fora da dimensão do enunciado; ela é interior ao próprio enunciado, constituindo a inesgotabilidade de seu sentido.

Em *O Problema do Texto na Lingüística, na Filologia e em Outras Ciências*, Bakhtin faz uma distinção entre sentido e significado. O enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva possui um sentido, a oração enquanto unidade do sistema da língua possui um significado. O sentido do enunciado será sempre inesgotável porque, por um lado, provém de enunciados anteriores, com sentidos diversos, pois não há enunciado primeiro, e, por outro, porque a interpretação do ouvinte é parte do sentido do enunciado ouvido, gerando, por sua vez, outros sentidos diversos. Não há, portanto, um sentido acabado; o sentido do enunciado está sempre em constante movimento porque está situado dialogicamente.

Entretanto, não se deve concluir que não há algum ponto de parada do sentido, ou seja, que, em certo momento, o ouvinte atribua um determinado sentido para o enunciado ouvido. O significado, característico do sistema da língua, seria um sentido paralisado, estagnado — tal como é estabelecido pelo código da linguagem. Por exemplo, uma palavra pode possuir um único significado, estabelecido pelo dicionário (valor denotativo), mas em dado contexto, em uma situação peculiar, ela pode adquirir um outro significado, diverso do estabelecido (valor conotativo).<sup>10</sup> A palavra “não” pode ser um bom exemplo, pois dependendo da entonação dada, da situação na qual se insere, de

---

<sup>9</sup> “(...) a alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados, é a primeira peculiaridade constitutiva do enunciado como unidade da comunicação discursiva, que o distingue da unidade da língua.” (Bakhtin, 2003b, p.280)

<sup>10</sup> A distinção entre uso denotativo e uso conotativo é freqüentemente encontrada nas Gramáticas da Língua Portuguesa. Cf. Nicolau., Infante, J. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1994, p.141.

quem fala e para quem é proferida, ela pode muito bem significar um “sim”, sobretudo ser for enunciado com uma entonação irônica.

Contudo, mesmo para a compreensão de que a palavra foi proferida de modo irônico, é preciso, primeiramente, compreender o seu significado isolado. Há de se notar que o falante utilizou um “não” (que tem o significado de “não”), com uma certa entonação que fez com tal significado adquirisse o sentido de um “sim”; somente deste modo se atinge a compreensão da ironia.

Esse primeiro momento da interpretação do ouvinte, que é a compreensão do significado, não é descartado por Bakhtin, assim como ele também não nega o funcionamento do sistema da língua. Ao definir o movimento dialógico, Bakhtin ressalta um primeiro momento de interpretação que não possui um caráter dialógico, pois pertence ao plano do sistema da língua, mas que, contudo, é necessário para este movimento:

O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de texto eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientemos que esse contato é um contato *dialógico* entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de ‘oposição’, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). (Bakhtin, 2003c, p.401, grifo meu)

Deste modo, ao conceber a alternância dos sujeitos e a inesgotabilidade do sentido, sem culminar em uma interpretação aleatória do sentido, Bakhtin acrescenta uma outra característica do enunciado envolvida na alternância dos sujeitos: a conclusibilidade.<sup>11</sup> De acordo com o autor, é a conclusibilidade que permite a resposta do ouvinte, necessária à alternância dos sujeitos. Dito de outro modo, para que o ouvinte possa responder, é preciso que ele compreenda o que foi proferido pelo falante. Tal compreensão exige que se vá além da compreensão do significado para que se compreenda o sentido do enunciado. Nas palavras de Bakhtin:

Alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado. Para isso não basta que o enunciado seja compreendido no sentido *de língua*. Uma oração absolutamente compreensível e acabada, se é oração e não enunciado

<sup>11</sup> “A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições.” (Bakhtin, 2003b, p.280)

constituído por uma oração, não pode suscitar atitude responsiva: isso é compreensível mas ainda não é *tudo*. Esse *tudo* — indício da *inteireza* do enunciado — não se presta a uma definição nem gramática nem abstrato-semântica. (Bakhtin, 2003b, p.280)

Assim, a conclusibilidade é que possibilita a responsividade do ouvinte, constituindo junto com a alternância dos sujeitos falantes uma característica essencial do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva. Por isso, as orações e palavras, enquanto unidades do sistema da língua, não são capazes de dar conta da função comunicativa da linguagem, uma vez que estas constituem apenas parte dessa função.

Portanto, a crítica de Bakhtin à linguística revela-se plenamente justificável em virtude do desconhecimento que esta disciplina parece ter do caráter comunicativo da linguagem. Tal crítica estende-se a Saussure em virtude da ficção que este mantém quanto à dualidade falante e ouvinte.

Em *Curso de Linguística Geral*, Saussure apresenta o circuito da fala<sup>12</sup>, no qual a posição do ouvinte e do falante é claramente delimitada. Saussure propõe que imaginemos dois indivíduos: indivíduo A e indivíduo B. O circuito da fala inicia-se em A. Em um primeiro momento, um dado conceito suscita no cérebro de A uma imagem acústica correspondente. Saussure considera esta etapa inicial como um fenômeno inteiramente psíquico, pois se refere à associação de um conceito a uma imagem acústica (uma palavra). Em seguida, o cérebro de A transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem acústica. Esta etapa é considerada por Saussure como um processo fisiológico, uma vez que diz respeito a uma ação psicomotora. Segue-se a este momento a propagação das ondas sonoras da boca de A até o ouvido de B. Esta etapa é considerada pelo autor como um processo puramente físico. Dá-se, então, a inversão do circuito: do ouvido de B a imagem acústica é transmitida ao cérebro por um processo fisiológico. Na quinta e última etapa, no cérebro de B ocorre a associação psíquica da imagem acústica a um conceito. Saussure acrescenta que se B falar, esse novo ato seguirá o mesmo percurso que o primeiro, passando pelas mesmas etapas sucessivas (Saussure, 2006, pgs. 19 e 20).

---

<sup>12</sup> Quanto ao vocabulário um tanto rudimentar de Saussure, convém que levar em conta que esse circuito da fala foi elaborado no início do século XX, possivelmente entre 1907 e 1911, época em os cursos foram ministrados.

Assim, Saussure divide o circuito da fala em quatro dualidades. A primeira ele divide em exterior e interior: a parte exterior vai da propagação dos sons da boca até o ouvido e a parte interior compreende o restante do circuito. A segunda Saussure divide em psíquica e não-psíquica: a psíquica concerne à associação da imagem acústica ao conceito e a não-psíquica abarca os outros processos, o fisiológico e físico. A terceira o autor divide em ativa e passiva: a ativa abrange o que vai do centro de associação de um dos indivíduos até o ouvido da outra (as três primeiras etapas do circuito) e a passiva compreende tudo o que se passa do ouvido desta até o seu centro de associação (as duas últimas etapas do circuito). A quarta parte é dividida em executiva e receptiva: a executiva é processo psíquico que associa o conceito à imagem acústica (primeira etapa do circuito) e a receptiva é o processo psíquico de associação da imagem acústica ao conceito (quinta etapa do circuito) (Saussure, 2006, p.21).

As duas últimas partes do circuito da fala parecem ser as responsáveis pelo que Bakhtin denomina como ficção do ouvinte passivo. Saussure, ao conceber uma dicotomia ativa/passiva e executiva/receptiva, atribui ao ouvinte uma posição passiva no circuito da fala. Ao ouvinte, que no exemplo dado é o indivíduo B, apenas convém receber passivamente as ondas sonoras que por um processo fisiológico são correlacionadas a uma imagem acústica (parte passiva) e, em seguida, associar essa imagem acústica ao conceito correspondente (parte ao mesmo tempo passiva e receptiva).

Em todo o circuito da fala, a comunicação discursiva, tal como Bakhtin concebe, jamais é considerada. Um certo posicionamento do ouvinte poderia ser considerado como ativo quando ocorre a associação da imagem ao conceito. Além disso, conforme assinala Saussure:

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (Saussure, 2006, p.22)

Contudo, tal individualidade ainda permanece à sombra de uma passividade porque essas combinações se dão pelo recurso ao código do sistema da língua. Ainda que Saussure atribua a esse processo associativo um caráter individual, pois

ele o relaciona à fala (*parole*), o autor acrescenta que é através do funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa que se formam os sinais que estão presentes em todos, ou seja, os signos da língua. A esse respeito, Saussure considera que o processo da fala, por um lado, é anterior à língua (*langue*): “(...) esta [a fala] é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes” (Saussure, 2006, p.27). Por outro lado, são os próprios signos da língua que estão impressos no “cérebro” e que permitem a associação da imagem ao conceito:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (Saussure, 2006, p.21)

Deste modo, observa-se que o lugar que Saussure atribui ao ouvinte no circuito da fala não deixa margem para nenhuma atitude responsiva. Primeiramente porque o circuito da fala coloca o ouvinte em uma posição passiva. Além disso, na própria concepção de circuito da fala não está incluída nenhuma das características do plano do enunciado, portanto, a comunicação discursiva não é abarcada pelo circuito. Novamente, é ao plano da língua que Saussure se atém, no qual o indivíduo é sempre passivo: “A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; (...)” (Saussure, 2006, p.22).

Bakhtin não chega a negar a passividade do ouvinte, mas ele a considera apenas como um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva, sobre o qual não há o menor interesse em se deter. Conforme já ressaltado, o objeto de Bakhtin é a comunicação discursiva; esta ultrapassa esse momento abstrato no qual o ouvinte se situa, momentaneamente, em uma posição passiva. Deste modo, a crítica de Bakhtin a Saussure torna-se compreensível:

Nos cursos de linguística geral (inclusive em alguns tão sérios quanto o de Saussure), aparecem com frequência representações evidentemente esquemáticas dos dois parceiros da comunicação discursiva — o falante e o ouvinte (o receptor do discurso); sugere-se um esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de discurso no ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas sejam falsos e que não correspondam a determinados momentos da realidade; contudo, quando passam ao objetivo real da comunicação discursiva eles se transformam em ficção científica. (Bakhtin, 2003b, p.271)

Negligenciar a função comunicativa da linguagem é, para Bakhtin, desconhecer o plano do enunciado, no qual se dão as relações dialógicas. Estas permitem compreender o enunciado como um elo na cadeia de enunciados. O falante, quando enuncia, não é o primeiro, e o ouvinte, quando ouve um proferimento, dá prosseguimento à enunciação, ele enuncia também. Sem considerar este aspecto central, perde-se a dimensão da comunicação discursiva:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. (Bakhtin, 2003b, p.271)

Assim, a crítica de Bakhtin à linguística se abate sobre a redução da linguagem ao seu nível formal, ao sistema da língua. Este não é capaz de dar conta do que se passa no texto enquanto enunciado. Enquanto que o sistema da língua é reprodutível e pode ser traduzido em um sistema de signos, o enunciado é único, não é traduzível e somente é dado em situação, em certo contexto e, sobretudo, em relação a outros textos.

É justamente por estar sempre situado em relação a outros textos que o texto enquanto enunciado é sempre um acontecimento único e singular. Se um sujeito profere uma oração idêntica a uma oração proferida por outra pessoa ou por ele mesmo em outra ocasião, essa oração adquirirá um sentido diverso por se relacionar a um outro conjunto de enunciados. Por exemplo, se o presidente Lula proferir “O Estado sou eu”, essa oração possuirá um sentido bem diferente do que possuiu quando foi enunciada por Luis XIV no século XVIII. Assim, no plano do sistema da língua, esse texto possui um mesmo significado linguístico – a oração é a mesma, apenas foi traduzida em outro idioma –, entretanto, no plano do enunciado, trata-se de um texto bem diverso, comportando outros sentidos, porque relacionado a outro contexto.

Este caráter singular do enunciado advém das relações dialógicas que o perpassam. Todo enunciado relaciona-se a outros enunciados. Por um lado, não há enunciado primeiro, todo enunciado é um elo na cadeia de enunciados e, por outro lado, nenhum enunciado profere a última palavra, pois sempre poderá adquirir outro sentido posteriormente. A inesgotabilidade do sentido é uma característica de todo enunciado, uma vez que o sentido do enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva permanece sempre em constante movimento, em

contraposição ao significado estagnado da oração enquanto unidade do sistema da língua.

Portanto, ao considerar as relações dialógicas como um caráter fundamental da compreensão do ser humano e do uso que este faz da linguagem, a linguística, que, ao contrário, atém-se apenas ao sistema da língua e não abarca a dimensão dialógica, só poderia se revelar, aos olhos de Bakhtin, como, no mínimo, um atentado à especificidade das ciências humanas. O desconhecimento do plano do enunciado, da linguagem enquanto comunicação discursiva e, conseqüentemente, das relações dialógicas aí envolvidas parece ser o que leva Bakhtin a censurar a linguística estrutural:

O objeto da linguística é apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva mas não a própria comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as relações entre eles (dialógicas), nem as formas da comunicação, nem os gêneros do discurso. (...) A linguística estuda apenas as relações entre os elementos no interior do sistema da língua, mas não as relações dos enunciados com a realidade e com a pessoa falante (o autor) (Bakhtin, 2003a, p.324).

Assim, torna-se bastante compreensível a crítica que Bakhtin faz a Saussure, que coloca em um nível secundário todos os elementos da linguagem que escapam ao plano do sistema da língua. Para Saussure, somente o estudo do sistema da língua permite a construção de uma ciência da linguagem, a linguística, que será, portanto, nada mais que uma ciência da língua, enquanto sistema de signos.

## 2.3

### Teorias da Enunciação

Embora tenha sido muito difundida a ideia de que a linguística estrutural restringia a compreensão da linguagem aos aspectos da língua como sistema, sem levar em consideração a situação concreta do ato de fala, convém salientar que alguns de seus herdeiros estruturalistas, como Jakobson e Benveniste, ultrapassaram o modelo saussuriano do qual partiram, incluindo em suas considerações o âmbito do discurso - da atualização única e singular do código da língua, realizada pelo falante.

Veremos que, com o relevo dado às “instâncias do discurso”, definidas por Benveniste como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em fala<sup>13</sup> por um locutor” (Benveniste, 1976a, p.277), a crítica segundo a qual o estruturalismo executara a “morte do sujeito”, deve ser, no mínimo, matizada, uma vez que pela ênfase na noção de discurso concede-se um lugar para o falante frente à estrutura.

Do mesmo modo, também Jakobson abordou a dimensão discursiva da linguagem, ao dar relevo à noção de *shifters*: palavras que apesar de pertencerem ao código da língua precisam remeter-se à mensagem, ao ato de fala, para serem compreendidas. *Shifters* são designadores que somente podem ser entendidos através da referência à dimensão da enunciação do discurso. Com a ênfase no plano da enunciação, assegura-se para o falante uma posição relevante na compreensão da linguagem.

### 2.3.1

#### **Contribuição de Benveniste: O Discurso na Estrutura**

Benveniste concede um lugar para o falante na estrutura da linguagem, ao se interrogar sobre sua função comunicativa, da qual propõe uma conceituação bem singular. O linguista verifica que, ao contrário do que tradicionalmente fomos levados a pensar, a linguagem não é de forma alguma um instrumento de comunicação isolado tanto do emissor quanto do receptor. Para Benveniste, pensar a linguagem como um mero instrumento material utilizado pelo homem para comunicar-se com outros homens implica dissociar o homem da linguagem e cair na ficção de um período original no qual um homem possuidor de uma natureza independente da linguagem a criaria para comunicar-se. Somente a crença em uma origem mítica do homem permitiria sustentar a tese de que a linguagem é um instrumento de comunicação. Ora, o que Benveniste assinala é que jamais encontramos no mundo esta ficção, pois a única realidade com a qual

<sup>13</sup> A fim de respeitar a tradução correntemente dada à dicotomia da linguagem (*language*), inaugurada por Saussure no *Curso de Linguística Geral*, entre língua (*langue*) e fala (*parole*), substituiremos o termo “palavra” (*mot*) pelo termo “fala” (*parole*) nos casos em que se tratar do conceito saussuriano de fala – atualização do código da língua.

lidamos é a realidade do discurso: a de um homem falando com outro homem. Em suas palavras:

“Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (Benveniste, 1976b, p.285)

Então, se a linguagem não é um instrumento de comunicação, o que lhe assegura a função comunicativa exercida no âmbito do discurso? Para responder a essa questão Benveniste recorre a uma série de indicadores da língua, tais como os pronomes pessoais e demais indicadores de pessoa, tempo, lugar, objeto mostrado e outros, a fim de destacar que é na própria linguagem que devemos procurar a aptidão da fala em garantir a comunicação na atualização da língua<sup>14</sup>.

O problema da comunicação intersubjetiva seria resolvido pela própria linguagem, ao disponibilizar uma série de signos especiais, os dêiticos ou indicadores, que permitem ao falante deles se apropriar. Nas palavras do linguista: “O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso” (Benveniste, 1976a, p.280).

Em “A natureza dos pronomes” (1976a), Benveniste destaca que há pronomes, sobretudo os pessoais *eu/tu*, que somente podem ser compreendidos por referência às instâncias do discurso. São estes indicadores como o pronome “eu” do qual derivam outros dêiticos (como formas adverbiais – tempo, lugar; como formas pronominais – pessoa e demonstrativos de objeto) que permitem a conversão da linguagem em discurso, assegurando, assim, a comunicação. Mas o motivo pelo qual a linguagem não seria um instrumento de comunicação é que esta conversão só pode efetuar-se pela referência necessária ao lugar do falante na instância de discurso, ao “eu”.

Todo esse grupo de expressões somente pode ser compreendido em referência ao “sujeito que fala”. Por exemplo, os advérbios *aqui* e *agora*: o primeiro apenas delimita a instância espacial (*aqui*) pela coextensão ou

<sup>14</sup> “Uma vez remetida à fala essa função [comunicativa], podemos perguntar-nos o que a predisponha a assegurá-la. Para que a fala assegure a “comunicação”, é preciso que esteja habilitada a isso pela língua, da qual é apenas a atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão.”(Benveniste, 1976b, p.285)

contiguidade com a instância de discurso que contém o “eu”; assim como *agora* somente delimita uma instância temporal pela contemporaneidade da presente instância discursiva remetida ao “eu”. O mesmo ocorre com as formas pronominais pessoais e demonstrativas. O pronome pessoal *tu*, para ser compreendido, precisa referir-se ao falante, àquele que ocupa o lugar de “eu” na instância discursiva. Os pronomes demonstrativos, como *este*, *aquele* e outros, também só exercem sua função indicativa em referência à instância de discurso que indica. Este grupo de expressões é denominado como indicadores ou dêiticos:

Desses pronomes [pessoais] dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia. (Benveniste, 1976b, p.288)

Segundo Benveniste, diferentemente dos signos linguísticos, estas formas “pronominais” não remetem a uma realidade fora do discurso, nem a posições objetivas no espaço e no tempo, pois dependem da enunciação, ou seja, da presente instância discursiva para poderem significar algo. Como saberei quando foi “ontem” sem recorrer ao tempo real no qual esta enunciação é proferida? Como posso entender o que “este” designa, sem apelar à posição espacial particular que ocupa aquele que enuncia este pronome demonstrativo?

Em virtude da dependência da instância discursiva, estas expressões não constituem apenas um tipo particular de signo que apresenta uma diferença formal quanto a sua estrutura morfológica e sintática, por não se reduzir a um nome referente a uma noção lexical. Há ainda uma diferença de natureza mais geral, que leva Benveniste (1976a) a situar a forma pronominal “eu” em um nível ou tipo de linguagem denominado de pragmático. Este nível pragmático da linguagem ultrapassa o nível dos signos ao incluir aquele que emprega os signos, ou seja, o falante.

Essa outra propriedade fundamental do “eu”, assinalada como pragmática pelo linguista, consiste em sua distinção dos demais signos linguísticos no que se refere à função virtual de designar objetos gerais - função que no ato de fala é atualizada em objetos singulares. Por exemplo, o signo linguístico “mesa” designa

um objeto virtual que em cada ato de fala se atualiza em uma mesa singular. O conceito de mesa permanece o mesmo em cada uma das mesas singulares. Um signo linguístico possui uma natureza conceitual, por isso cumpre a função de designar objetos gerais. Contudo, para Benveniste, nem todos os signos linguísticos podem ser compreendidos deste modo. Não é isso o que ocorre com o pronome “eu”, pois não há um objeto geral “eu”; este pronome possui uma referência própria que somente em cada atualização singular da língua é desempenhada pelo sujeito que fala. Esta é uma propriedade fundamental do “eu” que o distingue dos demais signos linguísticos:

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente estas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. (Benveniste, 1976a, p.278)

Portanto, uma vez que *eu* não pode se definir em termos de objetos como um signo nominal, sua definição restringe-se a termos de “locução”, ou seja, a única “realidade” a qual o *eu* remete é a “realidade de discurso”: “(...) a forma *eu* só tem existência linguística no ato de fala que a profere” (Benveniste, 1976a, p.279).

No entanto, esta introdução da posição do falante como fator fundamental para a compreensão da função comunicativa da linguagem, assegurada pela possibilidade que a própria linguagem fornece ao dispor de uma série de formas pronominais aptas a serem apropriadas pelo sujeito no exercício do ato de fala, chega até mesmo a ir mais além da mera introdução da posição do falante. Para Benveniste, o ato da comunicação permite ao falante constituir-se como sujeito.

Em “Da subjetividade na linguagem” (1976b), Benveniste aborda a noção de subjetividade “como a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (Benveniste, 1976b, p.287). Para o linguista, a subjetividade não é o sentimento que experimentamos de sermos nós mesmos, mas, antes, a unidade psíquica que reúne a totalidade de nossas experiências, transcendendo-a e garantindo a permanência da consciência. E o que justamente permite esta apreensão das experiências nada mais é que “a emergência no ser de uma propriedade da

linguagem” (Benveniste, 1976b, p.286). É o *status* linguístico da “pessoa” que determina a subjetividade.

Portanto, é evidente que o desdobramento dado por Benveniste à linguística estrutural não culminou na redução do sujeito à estrutura, ao contrário, consistiu na consideração de que a subjetividade é produzida pela linguagem, mas em sua atualização concreta em um ato de comunicação discursiva. O sujeito não é um mero resultado da estrutura da linguagem, é, antes, produto de um ato discursivo que se efetua sempre no âmbito da intersubjetividade.

Assim como não há um falante anterior à linguagem, também não há um falante isolado do emissor, e a noção de subjetividade, para Benveniste, derivaria desta dupla impossibilidade. O sujeito adviria da atualização da língua em discurso, da apropriação que o falante faz do código da língua, em uma situação intersubjetiva cujo resultado seria a comunicação. Benveniste conceitua a linguagem como uma aptidão a exercer a comunicação intersubjetiva. Subjetividade, comunicação e linguagem se constituem a um só tempo.

Por um lado, a subjetividade depende de propriedades da linguagem que se efetua no âmbito do discurso, por outro, só há comunicação porque há um sujeito que, ao se apropriar da instância discursiva “eu”, dirige-se a outra pessoa. Nas palavras do linguista:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito* remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma conseqüência totalmente pragmática. (Benveniste, 1976b, p.287)

Ao assinalar a importância deste processo de apropriação da linguagem pelo sujeito que fala a alguém, Benveniste avança em relação ao modelo saussuriano de linguagem. Entre o plano da língua, sistema de signos regido por regras sociais que se restringem ao seu caráter universal, distinto do caráter intersubjetivo, e o plano da fala, ato individual de atualização do código da língua, Benveniste introduz o plano do discurso: “que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (Benveniste, 1976b, p.293).

O plano do discurso, responsável pela função comunicativa da linguagem, não se restringe à noção saussuriana de fala, pois além da atualização individual da língua, as instâncias do discurso abarcam a posição de um sujeito que se constitui em relação a outro, constituindo, ao mesmo tempo, a própria possibilidade de a linguagem comunicar. A comunicação se constitui, assim, por um ato que funda um sujeito que nela também se constitui ao falar com alguém.

Este ato de fala concebido deste modo, como plano do discurso, inaugura a dimensão da enunciação a partir da qual um ato de fala individual adquire alcance social. Benveniste, para abordar este alcance social do âmbito do discurso, e inspirado na teoria dos performativos de Austin, recorre à enunciação subjetiva de alguns verbos como *jurar*, *prometer*, *garantir*. Tais verbos quando proferidos pela terceira pessoa, *ele*, não obtêm esse efeito, porque se reduzem a uma mera descrição. Dizer “Ele jura” é descrever que uma terceira pessoa, a ser ocupada por alguém na instância do discurso, jura. Já quando digo “Eu juro”, não descrevo que estou jurando, pois de fato juro. A enunciação se confunde com o próprio ato, adquirindo, assim, alcance social. Nas palavras do linguista:

A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumprio. Dizendo *je promets*, *je garantis*, prometo e garanto efetivamente. As consequências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure*, *je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a “subjetividade” do discurso que a torna possível. (Benveniste, 1976b, p.292)

Da ênfase concedida ao plano do discurso, Benveniste em “La forme et le sens dans le langage” (1974) explicita o movimento pelo qual ele foi levado a ultrapassar o modelo saussuriano e abordar a distinção entre a forma e o sentido na linguagem, instituindo uma dicotomia entre a dimensão semiótica e a dimensão semântica da linguagem.

É novamente ao se perguntar pela função comunicativa da linguagem que Benveniste chega ao âmbito do ato de fala pelo qual o falante coloca em ação a língua. Estabelece, assim, a distinção entre o signo e a frase. Enquanto o signo linguístico caracteriza-se por significar, ao adquirir significação por meio da relação de oposições binárias com outros signos no sistema da língua, a frase se ocupa de comunicar, ou seja, de efetuar a atualização linguística do pensamento

do falante. Assim, o signo é a unidade semiótica que permite significar, enquanto a frase é a unidade semântica que permite comunicar.

Comunicar torna-se uma propriedade da função semântica da língua que ultrapassa a significação de um signo linguístico, remetendo à situação do discurso:

A semiótica caracteriza-se como uma propriedade da língua, a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca em ação a língua. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não comporta aplicações particulares; a frase, expressão da semântica, é somente particular. Com o signo, atinge-se a realidade intrínseca da língua; com a frase, reunimo-nos às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem como parte constituinte o significado que lhe é inerente, o sentido da frase implica a referência à situação do discurso e a atitude do locutor. (Benveniste, 1974, p.225)

Pode-se observar, portanto, que a introdução da noção discurso, solidária da noção de um sujeito que fala a outro, assinala uma característica própria dos caminhos propostos pelo estruturalismo, que em nada se reduzem à polarização saussuriana entre língua e fala, tampouco ao privilégio concedido à língua, que culminaria em um apagamento da posição do sujeito frente à estrutura da linguagem.

### 2.3.2

#### **Contribuição de Jakobson: Os *Shifters***

Geralmente, destaca-se que a grande influência de Jakobson sobre Lacan consistiu na articulação que este fez das noções de metáfora e metonímia aos mecanismos inconscientes. Tais noções, conforme vimos, são regras de funcionamento da língua enquanto sistema de signos. Mas também Jakobson não se atém somente ao plano da língua, como postulava Saussure. Em sua abordagem da linguagem, nela introduz a distinção entre o código e a mensagem, e realiza diversos trabalhos sobre o plano da mensagem, semelhante ao nível do discurso, da atualização da língua em um ato de fala. Um desses trabalhos é o artigo de que falaremos neste tópico, “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe*

*russe*”(1963) citado por Lacan em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957).

O que geralmente não se destaca é que também Lacan, ao recorrer à linguística estrutural de Jakobson, emprega noções do âmbito da mensagem. Lacan utiliza uma noção muito semelhante à noção de dêitico, a noção de *shifter*, para abordar a alucinação verbal, em seu “Seminário 3 – As psicoses” (1955-56) e em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), recorrendo, portanto, a uma noção que remete à atualização da língua em um ato de fala. Do mesmo modo, também a noção de sujeito da enunciação é empregada por Lacan a fim de destacar o que seria o sujeito do inconsciente. Nos capítulos seguintes desta tese, abordaremos essa apropriação de Lacan, mas antes convém indagar de que modo Jakobson, a quem Lacan faz referência, conceitua a noção de *shifter* e a distinção entre plano do enunciado e plano da enunciação.

Primeiramente, Jakobson parte de uma distinção solidária da distinção saussuriana entre língua e fala: a distinção entre o código e a mensagem. Para o linguista, a mensagem e o código subjacente são os suportes da comunicação discursiva, a primeira é aquilo que é dito, e o código é o conjunto de signos e regras de que dispõe o falante para dizer alguma coisa. Por exemplo, para que o ouvinte compreenda o que eu digo quando afirmo que “a maçã é verde”, é necessário que eu e o ouvinte compartilhem um código comum- para que saibamos o que é maçã e o que é verde.

Mas essa não é a única maneira pela qual código e mensagem se articulam, pois tanto o código pode remeter a si mesmo ou remeter à mensagem, bem como a mensagem pode também referir-se a si mesma ou ao código. Os *shifters* resultam do remetimento do código à mensagem. Em outras palavras, nesses casos, para a compreensão da frase não basta a referência ao código, é preciso que se esteja referido também à mensagem, à situação concreta do ato de fala. É o caso do pronome pessoal “eu”, conforme ressaltado por Benveniste. Mas é também o caso de várias outras palavras apontadas por Jakobson.

Aliás, não somente a noção de *shifter* é empregada por Lacan na abordagem dos fenômenos elementares da psicose, mas também os demais tipos de articulação entre código e mensagem. O remetimento do código sobre o código é o caso dos nomes próprios e difere dos demais signos linguísticos que possuem uma significação própria. Por exemplo, o signo maçã designa um tipo de fruta que

pode ser atribuída a todas as frutas que compartilhem dessa designação comum. Mas o nome “José”, por exemplo, não possui uma propriedade comum que possa ser reconhecida nas pessoas. “José” designa apenas qualquer um que porte esse nome: “a significação geral de um nome próprio não pode se definir fora de um remetimento ao código” (Jakobson, 1963, p.177). A chamada “língua fundamental” de Schreber pode ser compreendida como um remetimento do código ao código.

Já o remetimento da mensagem sobre a mensagem abrange as citações de outras pessoas e as autocitações de nossas próprias falas passadas ou futuras, indicando a distinção da enunciação e do enunciado no interior do enunciado. Por exemplo, quando se diz “Quando for eleito, direi: ‘muito obrigado...’”. No plano da enunciação o emissor é aquele que diz o que dirá no futuro. No plano do enunciado, o que ele dirá posteriormente é um enunciado no interior desse enunciado. Também essa distinção dos planos do enunciado e da enunciação é utilizada por Lacan, conforme veremos adiante.

Pode ainda a mensagem remeter ao código, como ocorre nos casos denominados por Jakobson de “modo autônomo do discurso”. Ocorre em frases que tem por objeto a elucidação de palavras ou mesmo frases: “Cão é uma palavra monossilábica”.

Enfim, para elucidar o remetimento do código à mensagem, como é o caso dos *shifters*, Jakobson recorre ao estudo que Burks realizou a respeito da classificação de Peirce dos signos: símbolos, índice e ícone. Para Peirce, um símbolo oferece uma designação, dada por uma regra convencional, a um determinado objeto, conferindo a este uma representação. Como no exemplo anterior da palavra “maçã”. Um índice, por sua vez, mantém com o objeto representado uma relação existencial (por exemplo, o ato de mostrar alguma coisa através do dedo). Em lugar de oferecer um conceito ao objeto, o índice se refere a ele na realidade externa. Portanto, somente pode ser entendido através do recurso à referência da situação concreta em que é enunciado. Para Jakobson, os *shifters* comportariam tanto o caráter de símbolos quanto de índice.

Se retomarmos a definição de Benveniste de “dêiticos”, podemos equipará-la ao índice de Peirce. Principalmente porque os dêiticos distinguem-se dos demais signos linguísticos por prescindirem da função de designar objetos gerais. Não

possuindo uma significação própria, os dêiticos se caracterizam pela necessidade de uma referência à situação real do discurso para serem compreendidos.

Quanto a este ponto, Jakobson aborda os *shifters* de uma maneira um pouco diversa dessa definição de dêiticos concedida por Benveniste, a quem ele inclusive cita ao abordar o caráter de *index* que o *shifter* comporta. Concordando com Burks, os *shifters* não se reduziriam ao *index*, pois comportariam ainda a propriedade dos símbolos. Para Jakobson, os *shifters* são “símbolo-*index*” (ou termo-índice como é comumente usado, inclusive por Lacan), pois possuem uma designação comum, dada por uma regra convencional, ainda que esta designação somente possa ser preenchida por meio da referência ao processo de enunciação. É o caso do pronome pessoal “eu”.

Nas palavras do linguista:

Assim, de um lado, o signo “Eu” não pode representar seu objeto sem estar associado “por uma regra convencional”, e em códigos diferentes o mesmo sentido é atribuído a sequências diferentes, tais como “eu”, “ego”, “ich”, “I”, etc.: então “eu” é um símbolo. Por outro lado, o signo “eu” não pode representar seu objeto se ele não está “em uma relação existencial” com esse objeto: a palavra “eu” designando o enunciador está em uma relação existencial com a enunciação, então, ele funciona como um *index* (Jakobson, 1963, p.179).

Os *shifters*, tais como os símbolos de Peirce, possuem uma significação geral própria – única e constante – no código da língua. Mas essa significação geral somente pode ser compreendida ao ser referido à situação particular do ato de fala. Por isso, a dimensão da enunciação é fundamental na sua compreensão, definindo-o como remetimento do código à mensagem: “Na verdade, a única coisa que distingue os *shifters* de todos os outros constituintes do código linguístico é o fato de que eles remetem obrigatoriamente à mensagem” (Jakobson, 1963, p.179).

Em virtude desta complexidade que Jakobson vislumbra nesta classe de palavras, os *shifters*, o linguista é levado a solidarizar-se com as dificuldades que as crianças experimentam em incluir em seu processo de aquisição da linguagem o aprendizado desta categoria de palavras. E a história da linguística cruza neste ponto com o processo individual de aquisição da linguagem, pois ambos alcançam somente gradualmente a passagem do código à mensagem, da língua à fala, como

movimento fundamental para o funcionamento da linguagem. De acordo com Jakobson:

Se nós observarmos que mesmo os linguistas tiveram dificuldades em definir a significação geral do termo “eu” (ou “tu”), que significa a mesma função intermitente de diferentes sujeitos, é totalmente compreensível que uma criança que aprendeu a identificar-se a seu nome próprio não se habitue facilmente a termos tão alienáveis como os pronomes pessoais: ela pode hesitar em falar de si mesma em primeira pessoa ainda que seus interlocutores a chamem “tu” (Jakobson, 1963, p.180).

Também Lacan foi sensível à importância desta passagem na constituição do sujeito na e pela linguagem. Ao abordar alguns fenômenos que se apresentam atrelados à dimensão imaginária, as complexas relações entre “eu” e “tu” são concebidas por Lacan como resultado do complicado processo de entrada na linguagem, manifestados muitas vezes nos fenômenos elementares da psicose.

## 2.4

### **A Teoria dos Atos de Fala de Austin**

Poderia parecer estranho evocar a teoria da linguagem de um filósofo para dar conta justamente do plano da atualização concreta da língua. Se mesmo a linguística estrutural sucumbiu à crítica de ter abordado a linguagem em um plano por demais abstrato, o que poderíamos esperar de uma disciplina cuja tarefa principal é buscar os princípios universais e necessários do pensamento? O próprio Freud encarregou-se de afastar de sua metapsicologia a especulação filosófica, sob pena de negligenciar a prática da qual deriva a experiência psicanalítica. Portanto, cientes da advertência freudiana, somente mencionamos uma filosofia da linguagem porque esta se situa em um momento muito especial da história da filosofia, em que o método especulativo era substituído pela análise da linguagem através da qual conhecemos o mundo e por meio da qual temos a experiência dele.

Este período da história da filosofia é conhecido como a “virada linguística”, inaugurada pela tradição britânica da filosofia analítica, que buscava

elucidar os elementos centrais de nossa experiência através da análise da linguagem. Nas palavras de Danilo Marcondes (1990):

Esta elucidação se dá não através de um método especulativo ou introspectivo, mas mediante a análise da forma lógica das sentenças em que nosso conhecimento, crenças e opiniões sobre o real se expressam e nossa experiência se articula. (Marcondes, 1990, p.8)

Certamente, se a “virada linguística” se detivesse apenas na análise formal das sentenças, como propunha a filosofia analítica da linguagem, o plano da experiência seria deixado um pouco de lado. E, de fato, foi o que aconteceu, mas não sem a contrapartida das novas propostas colocadas pela filosofia da linguagem ordinária, da qual Austin é um dos principais expoentes.

Segundo Marcondes (1990), a “virada linguística” se desdobrará em duas tendências com objetivos diferentes. A primeira consistirá em analisar a sentença no plano lógico-formal, a fim de extrair sua forma lógica e seus elementos constitutivos. A segunda, filosofia da linguagem ordinária conhecida também por “Escola da Oxford”, buscará dar um novo tratamento às questões filosóficas tradicionais (em teoria do conhecimento, teoria da percepção, ética, etc.), através de uma análise linguística de seus conceitos e do uso que deles fazemos na linguagem cotidiana. Assim, se, por um lado, determinadas sentenças, tais como as metafísicas, estéticas e morais<sup>15</sup>, se mostravam inapreensíveis formalmente pelo modelo da primeira tendência, por outro, através do método da segunda, conceitos tais como “bem”, “belo” e “justo” terão lugar por não serem examinadas pelo método especulativo, nem pelo método formal, mas pelo uso cotidiano e convencional que fazemos dessas palavras em nossa experiência.

Ainda de acordo com Marcondes (1990), a fim de dar conta destas questões mais gerais, Austin é levado a elaborar uma teoria da linguagem como ação em um contexto, pois ao se debruçar sobre os enunciados que pareciam desprovidos de sentido para a lógica formal, o filósofo de Oxford chega à formulação dos enunciados denominados “performativos”. E como isso foi feito?

---

<sup>15</sup> Conforme adverte Costa (2003), a exclusão desses três tipos enunciados foi estabelecida pelo “primeiro Wittgenstein, o do *Tractatus Logico-Philosophicus*, embora outros representantes da filosofia analítica da linguagem tenham tentado abrangê-los.

De acordo com Recanati (1970), a filosofia analítica da linguagem surge ao mesmo tempo em que a lógica matemática, sendo, portanto, dela indissociável e, além do mais, ambas partilham dos mesmos pioneiros, Frege e Russel. Por isso, elegiam como modelo de “a” linguagem, a própria linguagem artificial da lógica a que submetiam a linguagem natural, ou seja, a linguagem que usamos no dia-a-dia. Por meio de uma notação lógica, chegava-se ao “sentido” das sentenças. A estrutura lógica das sentenças as dota de um sentido passível de ser submetido ao critério de verdade. Se um enunciado é verdadeiro, ele corresponde às coisas na realidade.

Conseqüentemente, este modelo precisava reduzir os diversos tipos de enunciados a sentenças lógicas, a enunciados afirmativos sobre fatos, como “a maçã é verde”, que, como tais, podem ser verificados na realidade. Contudo, na linguagem ordinária encontramos uma gama de enunciados que comportam elementos estranhos a esse critério.

Os enunciados brandidos por Austin contra a concepção de linguagem dos lógico-positivistas<sup>16</sup>, são os performativos: enunciados que não se submetem ao critério de serem verificáveis como verdadeiros ou falsos na realidade. Eles, ao invés de poderem ser verificados na realidade, são ações na realidade, desde que as convenções que regulam seu funcionamento sejam atendidas. Esse é o caso dos enunciados tais como “Aposto”, “Lego a meu irmão este relógio”, “Batizo este navio de Rainha Elizabeth”, dentre outros. Quando alguém profere um enunciado deste tipo não se trata de descrever um estado de coisas, por exemplo, de declarar que o navio foi batizado com o nome da rainha, mas, antes, de simplesmente batizar, de realizar a ação de nomear o navio. Enunciados dessa natureza é que são denominados por Austin como “performativos”.

Em uma série de conferências proferidas por Austin em 1953, publicadas sob o título de *How to do things with words* (Como fazer coisas com palavras), traduzidas na versão brasileira como “Quando dizer é fazer – palavras e ações” (1990), a teoria dos atos de fala é apresentada inicialmente através da distinção entre proferimentos performativos e proferimentos constatativos. Para Austin (1990), o caráter *performativo* dos enunciados não pode ser avaliado pelo critério de verdade ou falsidade, mas somente pelo efeito produzido em determinado

<sup>16</sup> De acordo com Marcondes (1984), o positivismo lógico é um ramo da filosofia analítica da linguagem, representado principalmente por Carnap, pelo atomismo lógico de Russel e pelo *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein.

contexto. O critério de verdade e falsidade é substituído pelo de felicidade ou infelicidade, ou seja, pela realização ou não do ato pretendido. Assim, inicialmente, Austin distingue os proferimentos *performativos* dos proferimentos *constatativos*, passíveis de verdade ou falsidade.

Tomemos como exemplo o performativo: “A sessão está aberta”. Este enunciado não pode ser avaliado por um critério de verdade ou falsidade, somente podemos avaliá-lo quanto ao seu sucesso, ou seja, se a sessão se iniciará ou não. E para que ele seja bem sucedido é necessária a atuação de diversos fatores que não são estritamente linguísticos. Para que a intenção seja alcançada é preciso que quem enuncie esteja no lugar adequado, seja investido de autoridade para enunciar tal proposição, esteja vestindo uma toga, e, ainda, é necessário que quem esteja presente na sessão reconheça autoridade naquele que profere o enunciado, etc. O que determina a felicidade de um enunciado performativo são fatores contextuais.

Segundo Austin (1990):

Genericamente falando, é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”. (Austin, 1990, p.26)

A fim de delimitar as “circunstâncias apropriadas” para a realização de um proferimento performativo explícito, Austin elabora a “doutrina das infelicidades”, ou seja, “a doutrina das coisas que podem resultar malogradas, por ocasião de tal proferimento” (Austin, 1990, p.31). A doutrina das infelicidades consiste de três classes de condições, constituída por seis regras, formuladas do seguinte modo:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e, além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(T.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou

sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso, (T.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequente.

Se as regras A e B não forem respeitadas, o ato não se realiza. O ato é pretendido, mas não se efetua, seja porque a convenção não era adequada à circunstância, seja porque as pessoas envolvidas não realizaram corretamente as ações prescritas. Em uma cerimônia de casamento todos os envolvidos têm de estar na condição de ocupar suas funções. Se o noivo já for casado com outra pessoa, não estará em condições de adequar-se à convenção, que proíbe a bigamia. A cerimônia será anulada. Se o noivo perguntar ao padre se ele aceita a noiva em casamento, o casamento também será nulo, pois os participantes não executaram o ato da forma correta. O mesmo ocorreria se a noiva respondesse que aceita o padre como seu legítimo esposo. As violações das regras A e B Austin denomina de “desacertos”. Nelas o ato é nulo, embora tenha sido pretendido. Certamente produz efeitos, mas não os pretendidos<sup>17</sup>.

Já a violação das regras T.1 e T.2 é denominada por Austin como “abusos”. Quando essas regras são infringidas o ato é concretizado, professado, mas é vazio, pois não foi levado a cabo. É o que ocorre quando uma promessa é feita e aquele que a profere não a cumpre, ou quando alguém lega um bem sem possuí-lo.

Uma vez que o que caracteriza os proferimentos performativos é o fato de serem suscetíveis a êxito ou fracasso pela conformidade do contexto à convenção social evocada no ato de fala, a dimensão pragmática neles se revela. Essa dimensão, segundo Marcondes (2005), compõe uma das três áreas nas quais a linguagem fora tradicionalmente dividida: a sintaxe, que analisa a relação entre os signos; a semântica, que examina a relação dos signos com os objetos a que se referem, e a pragmática que “diz respeito à relação dos signos com seus usuários e como estes interpretam e os empregam” (Marcondes, 2005, p.8). Assim, conforme assinala o mesmo autor em outro trabalho, “Filosofia, linguagem e comunicação” (1984), a teoria dos atos de fala de Austin resgata a dimensão pragmática que fora negligenciada pelo positivismo lógico de Carnap, e mostra-se semelhante à noção

<sup>17</sup> Austin nos adverte: “O fato de um ato ser nulo ou sem efeito não quer significar que nada tenha sido feito; pelo contrário, muitas coisas podem ter sido feitas. Através dele podemos ter cometido um ato de bigamia, sem termos realizado o ato pretendido, a saber, casar. (...) Além disso, sem efeitos, aqui, não significa o mesmo que ‘sem conseqüências, resultados ou efeitos’”. (Austin, 1990, p.32)

de “jogos de linguagem” inaugurada por Wittgenstein em “Investigações Filosóficas”.

A introdução da noção de “jogos de linguagem” na tarefa filosófica é exemplar do que seria a dimensão pragmática da linguagem. Ainda segundo Marcondes (1984), um “jogo de linguagem” é definido por uma combinação de palavras, atos e formas de comportamento que compreendem o processo de “uso” da linguagem, sendo a condição mesma de aquisição da linguagem. A idéia central é que não aprendemos os significados das palavras fora de um contexto no qual usamos determinadas palavras para obter certos fins. Nas palavras de Marcondes (1984):

Ao usar a linguagem, estamos agindo em um contexto social, e nossos atos são significativos e eficazes apenas na medida em que correspondem às determinações destas “formas de vida”, destas práticas e instituições sociais. Em seu uso da linguagem, os falantes seguem regras, não apenas linguísticas *stricto sensu* (isto é, gramaticais, fonéticas, semânticas), mas sobretudo *pragmáticas*. Estas regras devem ser compreendidas não apenas como possibilitando a expressão do indivíduo, mas também como permitindo sua interpretação dos diversos universos de discurso de que participa. (Marcondes, 1984, p.33)

Esta dimensão pragmática evocada por Austin nos proferimentos performativos estende-se, ao longo de sua obra, a todos os proferimentos que constituem a linguagem. É este movimento que caracteriza mais propriamente a sua “teoria dos atos de fala”. São nas últimas conferências do livro aqui mencionado que esta teoria se consolida.

Segundo Recanati (1970) são três as razões que conduzem Austin a abandonar a oposição performativo/constatativo em prol de uma teoria geral dos atos de fala. A primeira consiste na consideração de que mesmo os enunciados constatativos comportam uma dimensão pragmática. Segundo o autor, do mesmo modo que há infelicidade quando digo “Eu dou e lego meu relógio de bolso ao meu irmão” quando não tenho relógio algum, há também infelicidade se profiro o enunciado constatativo “O rei da França é calvo” quando o regime político francês é republicano e não monárquico. Mesmo as afirmações constatativas são suscetíveis de infelicidade em função da referência contextual. A segunda razão, desenvolvida posteriormente pela noção de “força ilocucionária”, é que mesmo os enunciados aparentemente “constatativos” realizam a ação de afirmar, constatar,

declarar. Se digo que “a maçã é verde”, sem explicitar “declaro que a maçã é verde”, ainda assim este aparente “constatativo” realizará uma ação, a de declarar. A terceira razão invocada é que mesmo na ausência do ato institucional (convencional) que caracteriza o performativo explícito, ainda assim o ato pode ser realizado. Performativos típicos como “Eu prometo” ou “Peço desculpas” podem ser realizados informalmente em formais tais como “Eu farei” ou “Sinto muito”. Austin denominava estes enunciados de performativos implícitos ou primários.

Portanto, em virtude dessas razões, Austin, na VIII Conferência, de “Quando dizer é fazer”, propõe que, devido às dificuldades encontradas em distinguir os proferimentos performativos dos constatativos, convém examinar os sentidos que a noção de “uso da linguagem” comporta, a fim de distinguir o que é esse dizer equivalente a fazer. Os constatativos se diferenciavam dos performativos por descreverem fatos na realidade que poderiam ser verificados como verdadeiros ou falsos, enquanto os performativos realizam uma ação na realidade, se constituindo como um fazer. Quando profiro “Prometo” não descrevo que estou prometendo, mas, realmente, prometo – desde que as circunstâncias apropriadas sejam respeitadas: a saber, desde que os envolvidos na situação concreta do proferimento partilhem do significado convencional de promessa, desde que quem profira a fala seja a pessoa indicada, que deverá ser sempre “eu”, pois se for outra pessoa que promete por mim a promessa não se efetua, e desde que eu tenha a intenção sincera de cumprir a promessa e esteja habilitada a isso. Os performativos haviam sido caracterizados pela realização de um ato através do proferimento de palavras convencionadas em determinado contexto. Agora, Austin indaga o que é esse fazer com as palavras:

(...) parece-nos que nem sempre seria fácil distinguir proferimentos performativos de proferimentos constatativos, e, portanto, achamos conveniente recuar por um instante às questões fundamentais, ou seja, considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo *é* fazer algo, ou que *ao* dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo. (Austin, 1990, p.85)

A partir dessa indagação, Austin conclui que há três aspectos inseparáveis em todo e qualquer proferimento, que faz com que todo proferimento realize

simultaneamente três atos: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário.

O ato locucionário consiste na dimensão linguística propriamente dita, no emprego de palavras e sentenças de acordo com as regras gramaticais que a dotam de sentido e, no discurso indireto e no uso de pronomes pessoais e demonstrativos, de referência. Reside na compreensão sintática e semântica de uma frase. Mas a este ato acresce-se outro, pois, para Austin, realizar um ato locucionário é, em geral, realizar um ato ilocucionário, ou seja, o ato que determina de que maneira estamos usando a locução. Tomemos como exemplo a frase “Fumar faz mal à saúde”. Posso compreender o significado da locução, que não seria possível se não estivesse em conformidade com o vocabulário e as regras sintáticas da língua, como seria o caso da frase: “Saúde à mal verde fumar”. Mas compreender o significado da frase empregada corretamente em termos de locução não é suficiente para compreender o que Austin denomina sua “força ilocucionária”. A frase anteriormente citada, corretamente proferida, exprimiria uma informação ou uma advertência? Trata-se de uma descrição ou de um aviso?

A força ilocucionária evidencia o modo como usamos a locução, apontando para o ato propriamente dito que se realiza quando profiro a locução. A correta identificação da força ilocucionária de uma frase é algo tão importante para a comunicação que, por exemplo, o Ministério da Saúde, quando coloca a frase acima mencionada em embalagens de cigarros e em propagandas dos mesmos, acrescenta a ela a oração “O Ministério da Saúde “adverte”.....”. Há a preocupação em tornar explícito o verbo que assinala a força ilocucionária, que caracteriza o ato de fala. Contudo, na linguagem ordinária, na maneira cotidiana como empregamos as palavras para nos comunicar, nem sempre esses verbos são explícitos- como, aliás, Austin já assinalara nos casos dos performativos primários. Se digo “Vá atacar”, o verbo imperativo utilizado na locução indica que a força ilocucionária é de ordem. O ato realizado no proferimento da locução é o de ordenar. Mas se digo “Você vai atacar”, a força ilocucionária seria a de uma ordem, de uma declaração ou de uma advertência? Austin (1990) se propõe, então, a elaborar uma doutrina das “forças ilocucionárias”, a fim de delimitar os diferentes tipos de função da linguagem, ou seja, as convenções que determinam a força ilocucionária em cada contexto em que o ato de fala é proferido. Na última conferência do livro, Austin propõe uma classificação provisória das forças

ilocucionárias em cinco tipos gerais: veredictivos, exercitativos, compromissivos ou comissivos, comportamentais e expositivos.

Há ainda, além daquilo que fazemos “ao” dizer algo (força ilocucionária), um terceiro ato envolvido no ato de dizer algo, a saber, aquilo que fazemos “por” dizer algo. O ato perlocucionário compreende a reação do ouvinte diante da fala proferida, e é assim definido por Austin: “consiste em se obter certos *efeitos* pelo fato de se dizer algo” (Austin, 1990, p.103). O ato perlocucionário caracteriza os efeitos e consequências dos atos de fala nos falantes. Pode escapar à força ilocucionária do proferimento, pois enquanto esta é convencional, o ato perlocutório não é convencional. Recanati (1970) dá o seguinte exemplo: Se digo “Agora, você vai voltar para casa”, o ato perlocucionário consistirá nos diversos efeitos produzidos na pessoa a quem o proferimento se dirige, ou seja, ela poderá se sentir aliviada, irritada ou convencida e partir, ou poderá ser atizada em sua arrogância e permanecer. Prevendo o efeito no outro, pode-se até proferir uma declaração contrária ao efeito pretendido. É o caso do célebre chiste freudiano: Um mentiroso diz que irá a Cracóvia para o amigo, e este responde “Você diz que vai a Cracóvia para que eu pense que vai a Lemberg, quando na verdade você vai a Cracóvia”.

Tomemos ainda um dos exemplos dados por Austin: se alguém me diz “Atire nela!”, através do ato de locução entendo que “atire” se refere a mim e “nela” se refere a ela. O significado e a referência da frase são compreendidos. Compreendo também que é convencionalizado que proferir um verbo imperativo em certo contexto possui a força ilocucionária de uma ordem. Já o ato perlocucionário consistirá no efeito produzido em mim pelo proferimento. Posso ser persuadida ou obrigada a atirar nela, ou ficar indignada e me recusar a tal.

De acordo com Costa (2003): “Os três atos descritos são abstrações que analisam um fato único: o fato de que o falante, ao dizer alguma coisa, o faz com uma certa ‘força ilocucionária’ e com a intenção de produzir no ouvinte um certo efeito” (Costa, 2002, p.48).

Portanto, a teoria dos atos de fala de Austin implica conceber toda fala como ato, em um contexto social no qual os falantes estão envolvidos. A relevância da função do contexto e da convenção é evidente, pois a substituição da dicotomia inicial entre constatativos e performativos pela teoria geral dos atos de fala foi possibilitada principalmente pela elucidação das forças ilocucionárias.

Para compreender a força ilocucionária de uma fala, é necessário verificar o contexto particular no qual ela foi proferida e as convenções que determinam seu valor. É porque toda fala comporta uma força ilocucionária, que Austin elabora a teoria mais geral segundo a qual toda fala é um ato. Em suas palavras: “A doutrina da distinção performativo/constatativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total como a teoria *especial* está para a teoria *geral* (Austin, 1990, p.121)”.

Semelhante concepção da fala culmina em uma subversão da ideia de que as palavras por si mesmas ou apenas por sua articulação descrevem as coisas. A linguagem deixa de ser um mero instrumento que veicula um sentido e passa a ser abordada como o que produz efeitos através de sua própria enunciação. O próprio Austin, após concluir sua teoria geral dos atos de fala, esclarece que seria ainda preciso examinar mais apuradamente se a noção de locucionário em oposição à ilocucionário deveria ser mantida, pois admite que a teoria do significado (como sentido e referência), núcleo do ato locucionário, deveria ser revista na consideração da fala como ato<sup>18</sup>.

Possivelmente, o filósofo de Oxford se perguntava, em virtude da relevância do contexto na determinação da força ilocucionária, se as palavras não ganhariam seu sentido tão somente devido à aplicação das convenções em determinados contextos. Poderia parecer um pouco exagerada essa suposição, uma vez que, como vimos em Bakhtin, Benveniste e Jakobson, embora a dimensão da língua enquanto sistemas de signos não dê conta inteiramente da comunicação, é, no entanto, sempre requerida – como uma condição necessária, mas não suficiente. Bakhtin sustenta que o plano do sistema da língua é necessário à dimensão dialógica da comunicação discursiva. Benveniste em “La forme et le sens dans le langage” (1967) distingue o nível semiótico, o da língua enquanto sistema de signos, responsável pela significação, do nível semântico, o da frase proferida em um ato discursivo, responsável pela comunicação; contudo não dispensa o nível da língua. E Jakobson estabelece a distinção entre código e mensagem, mas a partir de uma articulação entre ambos, do remetimento de um plano a outro.

---

<sup>18</sup> Esta confissão é feita por Austin ao extrair uma das conclusões advindas da teoria geral dos atos de fala: “(E) Podemos suspeitar que a teoria do “significado” como equivalente a “sentido e referência” vai certamente necessitar de alguma depuração e reformulação em termos da distinção entre atos locucionários e ilocucionários (*caso esta distinção seja fundamentada*, aqui ela está somente esboçada). (Austin, 1990, p.122)”

Difícil, portanto, especular o alcance da suspeita de Austin quanto à definição de locucionário em oposição à ilocucionário. Em todo caso, essa advertência vem assinalar o quanto a passagem do plano da língua para o plano da comunicação é complexa.

O que seguramente podemos depreender é que Austin concedia uma função central à força ilocucionária dos atos de fala e, com isso, a dimensão contextual, convencional e social da linguagem passou a ocupar um lugar até então pouco explorado. Segundo Recanati (1970):

No começo de sua investigação, Austin interessou-se pela interseção da linguagem e da instituição social: ele se interessou pelos atos institucionais cumpridos por meio de uma fala. Depois percebeu que a própria linguagem é uma espécie de vasta instituição, e que cada uma de nossas falas ajuda a cumprir um certo ato social – um ato “ilocucionário”, em sua terminologia – semelhante por sua natureza aos atos institucionais dos quais ele partiu. (Recanati, 1970, p. 199)

São as convenções sociais e institucionais que definem determinadas práticas (por exemplo, a promessa). O sucesso do ato ilocucionário advém da adequação às regras e condições estabelecidas pelas instituições sociais. Esses atos não se limitam aos atos ritualizados e formais, tais como cerimônias religiosas e atos jurídicos-legais, mas abrangem a totalidade dos atos de fala de nossa vida cotidiana, tais como um pedido ou um agradecimento. Portanto, uma vez que os atos ilocucionários dependem das práticas e convenções sociais através das quais eles se efetuem, a sua força não reside na intencionalidade ou sinceridade do falante. Se faço uma promessa de má-fé, dizendo “Amanhã voltarei” sem a intenção de retornar, o ato não será feliz, mas ainda assim a força ilocucionária de minha fala terá sido a de uma promessa. De qualquer modo, eu terei prometido porque existe uma convenção social, partilhada por mim e pelo interlocutor, que atribui a essa fala o valor de uma promessa, em determinado contexto.

Marcondes (1984) indaga, então, se o falante não seria reduzido a um mero autômato das convenções, cujo único ato seria o de concretizá-las ao colocá-las em uso nas situações apropriadas. Responde que seria um determinismo simplista pensar que a linguagem é usada de modo uniforme não deixando espaço para a criatividade do falante. E destaca que a preocupação de Austin, ao demarcar que são as convenções que estabelecem a força ilocutória de acordo com o contexto,

consistia apenas em delimitar as condições que possibilitam ao falante exercer seus direitos e deveres e as implicações filosóficas disso decorrentes.

Quanto à noção de sujeito, Marcondes (1984) nos indica que seria parte e produto de um processo social. Certamente, são as instituições sociais que atribuem, ao sujeito, papéis determinados de acordo com regras convencionais, através das quais ele poderá desempenhar suas funções da forma apropriada. Contudo, as convenções não chegam, por isso, a determinar a ação que o sujeito irá desempenhar, ainda que, qualquer que seja a ação, ela será compreendida, no contexto social, a partir das convenções. Conforme assinala o autor:

O modo de expressão do sujeito linguístico, entendido neste caso também como sujeito da ação, passa pela organização institucional da sociedade que estabelece e lhe atribui papéis e que distribui a possibilidade de enunciar determinados atos ilocucionários em determinadas circunstâncias tidas como apropriadas – isto é, a possibilidade de realizar atos de acordo com valores culturais e padrões de comportamento que pressupõem um determinado sistema social, uma estrutura de poder nas relações sociais etc., e que estabelecem as condições para o sucesso (ou seja, a efetuação) destes atos (Marcondes, 1984, p.19)

Embora a tese convencionalista de Austin tenha sido muito criticada e mesmo abandonada pela maioria de seus sucessores, para os quais há na linguagem ordinária uma gama de atos de falas não convencionados, e ainda que também possa não se adequar muito bem à incompletude própria ao âmbito da linguagem tal como Lacan conceitua – a despeito dessas considerações, a ideia de que a fala é uma ato que envolve a posição do ouvinte e do falante é indispensável à compreensão da noção de linguagem abordada na experiência analítica.

## 3

**LINGUAGEM E INTERSUBJETIVIDADE: OS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO DE LACAN**

Conforme vimos no capítulo precedente, o modelo saussuriano, ao se propor estudar somente as regras imanentes ao sistema língua, excluía tanto o falante quanto o ouvinte. A dimensão intersubjetiva da linguagem era inteiramente dispensada, assim como a da enunciação. Vimos, então, que outros modelos de linguagem abordam essa oposição entre a linguagem concebida como as regras e princípios que lhe são imanentes e a linguagem concebida a partir da atualização particular que o falante faz do sistema da língua.

Neste capítulo, nos perguntamos de que maneira essa oposição aparece na noção de linguagem e de fala abordada por Lacan em *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise* (1953) e em alguns textos desse período.

O gesto inaugural de Lacan em conceder todo peso e ênfase à linguagem na obra freudiana, resgatando sua relevância, que estava sendo ignorada pelos pós-freudianos, originou muitas controvérsias quanto ao modelo de linguagem empregado. Assim como o modelo saussuriano e o estruturalismo foram acusados de ter executado a “morte do sujeito”, também a obra de Lacan foi objeto desta mesma crítica, em virtude de sua referência explícita a Saussure e ao estruturalismo.

Nos textos examinados neste capítulo, essa questão se apresenta de forma bastante curiosa. Neles Saussure e Lévi-Strauss são mencionados, ao mesmo tempo em que a dialética intersubjetiva da fala e a constituição do sujeito pelo simbólico são abordadas.

Saussure privilegia a dimensão sincrônica da língua, atendo-se somente a suas regras imanentes, em detrimento da dimensão diacrônica referida a suas transformações ao longo da história. Portanto, poderia parecer estranha a aplicação da estrutura sincrônica da linguagem na experiência analítica, na qual a história particular do sujeito não cessa de emergir. Contudo, é o que Lacan faz, sem prejuízo algum para o âmbito clínico:

Por fim, a referência à linguística nos introduzirá no método que, ao distinguir as estruturas sincrônicas das estruturas diacrônicas na linguagem, pode permitir-nos compreender melhor o valor diferente que nossa linguagem assume na interpretação das resistências e da transferência, ou então diferenciar os efeitos típicos do recalque e a estrutura do mito individual na neurose obsessiva. (Lacan, 1953a, p.289)

Este recorte sincrônico decorre do axioma lacaniano segundo o qual o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Mas, conforme veremos, se por um lado a linguagem é sistema de signos, por outro, comporta sempre um endereçamento através do qual, na análise, se torna possível o aparecimento do sujeito pelo revolver de sua história. Por isso a noção bakhtiniana de dialogia é chamada aqui a cotejar com este aspecto fundamental da concepção lacaniana de linguagem neste período de seu ensino.

A referência ao modelo saussuriano poderia parecer mais contraditória ainda porque no *Curso de Linguística Geral* o preço pago por constituir a linguística como ciência foi excluir da linguagem o sujeito da enunciação. Ao isolar na linguagem a oposição entre o plano da fala e o plano da língua e escolher somente este último como objeto da linguística, uma gama de outros aspectos da linguagem foi negligenciada, culminando no apagamento do sujeito. De acordo com Dosse (1993), essa oposição:

(...) encobre a distinção social e individual, concreto e abstrato, contingente e necessário; por essa razão, a ciência linguística deve limitar-se a ter por objeto a língua, único objeto que pode dar lugar a uma racionalização científica. A consequência disso é a eliminação do sujeito falante. (Dosse, 1993, p.72)

No entanto, Lacan, seguindo Lévi-Strauss, adota a noção de simbólico desenvolvida pelo antropólogo e a instaura no âmago não apenas da experiência analítica, mas também no cerne da teoria do sujeito do inconsciente. Ora, sabemos que para Lévi-Strauss o simbólico é constituído pelas leis da linguagem, concebidas pela linguística estrutural de Jakobson, extraídas, portanto, do modelo saussuriano. Como a língua reduzida a um sistema de signos viria dar conta das leis simbólicas que asseguram a passagem da natureza para a cultura?

Apesar da aparente estranheza, são justamente essas leis estruturais esvaziadas de sentido - funcionando como os sistemas significantes - que ordenam

o real e constituem a cultura e sujeito nela inserido. Por isso, conforme destaca Dosse (1993), o social e o individual são deixados de lado, pois são reduzidos a leis vazias, leis estruturais, desprovidas de conteúdo empírico, particular, individual ou histórico.

Mas, conforme veremos, a noção de fala fundadora em Lacan introduzirá na noção de simbólico a dimensão do endereçamento, do desejo de reconhecimento, recuperando tanto a dimensão intersubjetiva quanto a história construída através desta dialética. Também veremos que a “fala fundadora” possui a força de um ato, produzindo modificações na realidade, tal como um performativo.

A fim de desenvolver estes pontos, examinaremos neste capítulo a noção de linguagem e de fala presente em *Função e Campo* e em alguns textos que compreendem essa fase lacaniana, na qual a dialética intersubjetiva e a função fundadora da fala são ressaltadas.

### 3.1

#### **A Linguagem e a Fala na Experiência Psicanalítica**

Em 1953, Lacan se demite da Sociedade Psicanalítica de Paris e funda a Sociedade Francesa de Psicanálise com Lagache e mais um grupo. A fim de esclarecer o motivo de sua ruptura e de fundamentar algumas práticas suas que incomodavam a IPA, ele pronuncia o “Discurso de Roma”, publicado nos *Escritos* sob o título de “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953).

Lacan considerava que a IPA postulava uma codificação das técnicas analíticas e com isso valorizavam excessivamente o imaginário, as relações libidinais de objeto e a importância concedida à contratransferência (Lacan, 1953a). Assim, a psicanálise da época estava afastando-se do sentido principal da descoberta freudiana do inconsciente. Este rumo que a psicanálise estava tomando derivava do desconhecimento das dimensões fundamentais da linguagem e da fala no campo da psicanálise:

Afirmamos, quanto a nós, que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala. (Lacan, 1953a, p.247).

É neste sentido que a valorização da dimensão da linguagem e da função da fala na experiência psicanalítica faz-se sob o signo de um “retorno a Freud”, pois tanto a prática da análise é entendida a partir das funções da fala e do campo intersubjetivo no qual ela se desenrola quanto as próprias manifestações inconscientes são também compreendidas a partir da dimensão da linguagem. Lacan ressalta que Freud aborda os sonhos, os atos-falhos, os sintomas e os chistes através do campo da linguagem e da função da fala. E como ele faz isso?

Lacan retorna à “Interpretação dos Sonhos” (1900) e faz saltar aos olhos que “o sonho tem a estrutura de uma frase” (Lacan, 1953a, p.268). De acordo com Freud (1900), o essencial do sonho é a manifestação de um desejo inconsciente, mas este desejo só se torna acessível através de uma interpretação que consiste em desfazer o trabalho do sonho. O trabalho do sonho é realizado pelos mecanismos inconscientes, a condensação e o deslocamento, pela consideração pela representabilidade e pela elaboração secundária. A condensação reúne vários elementos inconscientes em uma única representação e vice-versa, e o deslocamento transfere um elemento inconsciente a uma representação inócua para a consciência, desviando o acento psíquico de uma ideia para outra. A consideração pela representabilidade transformará esses elementos em imagens visuais. E a elaboração secundária fará desaparecer aqueles elos do conteúdo manifesto que manifestariam a ausência de contradição presente no conteúdo latente, uma vez que a similaridade e a sucessão de imagens produzem conteúdos incompatíveis à consciência. Ela tem a função de dotar o sonho de certa coerência. Portanto, o trabalho do sonho faz com que um conteúdo ou desejo inconsciente aceda à consciência, porém, de forma disfarçada. Assim, a interpretação dos sonhos consiste em desfazer o trabalho do sonho através das associações do sujeito. Associando livremente aparecem os elementos que compõem o conteúdo manifesto do sonho. Para Lacan, todo este trabalho do sonho é apresentado como uma retórica:

Elipse e pleonasma, hipérbato ou silepse, regressão, repetição, aposição, são esses os deslocamentos sintáticos, e metáfora, catacrese, antonomásia, alegoria, metonímia e sinédoque, as condensações semânticas em que Freud nos ensina a ler as intenções ostentatórias ou demonstrativas, dissimuladoras ou persuasivas, retaliadoras ou sedutoras com que o sujeito modula seu discurso onírico. (Lacan, 1953a, p.269. grifo meu)

Logo, é o campo da linguagem que orienta o trabalho onírico. As leis estruturais da língua são as mesmas leis através das quais se manifesta o inconsciente. Contudo, Lacan emprega o termo “discurso” para qualificar o trabalho do sonho, o que remete para a atualização da língua em um ato de fala. Por isso, Lacan também destacará a função da fala, pois o discurso onírico não se dá em um plano estritamente individual, mas se efetua em uma dimensão intersubjetiva, dado que o desejo manifestado pelo trabalho do sonho tem como objeto o reconhecimento pelo outro. Aqui o plano da língua e o plano da enunciação se complementam, indicando a apropriação bem singular que Lacan faz da linguística estrutural.

Se por um lado o caráter estrutural da linguagem se torna explícito no trabalho sonho, ao permitir que um desejo inconsciente, transcodificado pela estrutura, aceda à consciência, por outro lado, o desejo traz à luz a história do sujeito, articulada e construída na função da fala. Portanto, o campo dos aspectos estruturais da linguagem parece restringir-se ao modo como esse desejo é manifestado no sonho.

O ato-falho, por sua vez, é considerado como um “discurso bem-sucedido”. Nele não apenas um desejo inconsciente vem à tona, mas também quaisquer desejos que se efetuem sem a decisão voluntária do sujeito. O deslocamento e a condensação não exercem grande papel, uma vez que nele não há disfarce. Antes que revelar a irrupção de algo inconsciente, o ato-falho revela mais a própria divisão subjetiva, ou seja, o fato de que o “eu” não é senhor de sua vontade. O discurso que nele se apresenta é muito mais fiel ao sujeito do que suas representações egoicas ou do que pensa querer. Neste sentido, ele é bem-sucedido. E também aqui Lacan utiliza o termo “discurso”.

Há ainda outro ponto que indica a valorização da linguagem enquanto acordo intersubjetivo entre sujeitos em uma situação de discurso. A que se deveria

o caráter “bem-sucedido” do ato-falho? Ora, parece-nos que seu sucesso reside em ter sido um ato, ao invés de algo simplesmente ignorado. Por isso, mostra-se mais afim à teoria austiniana de linguagem do que à concepção estrutural. Para Austin, em virtude da força ilocucionária de uma fala, quando profiro o performativo “eu prometo”, por exemplo, não descrevo um estado interno que poderia ser verdadeiro ou falso pela adequação às minhas intenções. Quando se diz este proferimento nas circunstâncias apropriadas não se descreve a intenção de prometer, mas se promete de fato. Opositores de Austin objetam que haveria aí um suposto caráter imoral em sua teoria, que considera que prometer seria apenas proferir algumas palavras. Austin se defende, pois, ao se admitir que proferir “eu prometo” é realmente prometer, é-se ainda mais moral porque não se aceita mais a desculpa de dizer algo sem intenção: “A exatidão e a moralidade estão, ambas, do lado da simples afirmação de que *nossa palavra é nosso penhor*” (Austin, 1990, p.27). Este peso dado à fala aproxima-se da posição do analista diante de um ato falho, pois ele jamais recua diante das desculpas do analisando, pois é ali mesmo onde sujeito rateia que está a verdade do seu desejo. Tal como para Austin, a ênfase não é dada em um suposto estado interior que manifestaria o que falante tinha a intenção de dizer, mas no que ele realmente disse. Segundo Miller (1997), a propósito do ato-falho: “Aí reside a verdade: não no que se queria falar, mas naquilo que efetivamente se disse ou fez. Temos assim uma inversão de valores: errou-se o alvo, mas o objetivo foi alcançado” (Miller, 1997, p. 26).

Também no sintoma a estreita relação entre o inconsciente e a linguagem é enfatizada por Lacan: “(...) o sintoma se resolve por inteiro numa análise *linguajeira*, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada (Lacan, 1953a, p.270).” Que o sintoma seja estruturado como uma linguagem mostra-se claro ao nos recordamos que, para Freud, ele é uma satisfação substitutiva, o que, para Lacan, munido das ferramentas da linguística estrutural, equivale a dizer que o sintoma é uma metáfora. Mas, além disso, Lacan afirma que o sintoma é “uma linguagem cuja fala deve ser libertada”.

O que é libertar a fala de uma linguagem?

Neste texto, “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953), ele estabelece a distinção entre fala vazia e fala plena<sup>1</sup>. A fala vazia pertence ao registro do imaginário, designa um monólogo introspectivo que é um obstáculo à transferência positiva e à associação livre. Já a fala plena é justamente o que a análise busca promover, pois, introduzindo o registro da intersubjetividade, permite que o sentido verdadeiro do sintoma aflore. Ou ainda, é a própria fala enquanto ato que aqui emerge abolindo o sintoma, uma vez que, conforme Lacan assinala em “Do símbolo e de sua função religiosa” (1954), o sintoma é uma fala que desconhece que é um ato. A fala é um ato que sobrevém na dimensão intersubjetiva, dimensão denominada por Lacan como simbólica. Portanto, enquanto a fala vazia é uma fala que se atém ao imaginário e esquece que é promotora de sentido, a fala verdadeira, ao contrário, é a própria assunção dessa verdadeira função da fala: “(...) é pela intersubjetividade do ‘nós’ que ela assume que se mede numa linguagem seu valor de fala” (Lacan, 1953a, p.300).

Assim, observa-se, novamente, que tanto o caráter estrutural da linguagem quanto a dimensão intersubjetiva da fala apresentam-se nas formações do inconsciente. Se, por um lado, o sintoma pode ser lido como uma mensagem a ser decifrada ou como uma metáfora tal como Jakobson a define, por outro, a dimensão intersubjetiva, que considera a fala partir da relação entre o sujeito e o endereçado, revela-se aí como o motor fundamental do tratamento do sintoma. Neste sentido, a história do sujeito<sup>2</sup> é chamada a compor o quadro mesmo da técnica que operará em sua análise:

A fala plena, objetivo [...] da análise, é caracterizada pela função da anamnese, da referência à história do sujeito tal como relatada no contexto da intersubjetividade. O sujeito deve ser posto diante das intimações dessa fala. Ela é o solo para a interpretação simbólica cujo objetivo é a desalienação do sujeito e cujo ponto de partida é o sentido de seu discurso. Sua atividade se restringe a conferir uma pontuação dialética a essa fala plena que se produz na verdade histórica do sujeito, servindo-lhe de eco, pois essa fala já contém em si a sua própria resposta. A história, afirma Lacan, possui valor de índice e mola do progresso terapêutico.

<sup>1</sup> Distinção que, segundo Sales (2004), deriva da distinção da filosofia de Heidegger entre *gerede* (conversa, fala) e *rede* (discurso). *Gerede* é um discurso que não possui uma relação-de-Ser primária com o existente do qual se fala, enquanto *rede* é capaz de apreender o Ser, exclusivamente, através da relação com o outro.

<sup>2</sup> Essa referência à história do sujeito e da dialética é frequentemente ressaltada como uma influência de Hegel no ensino de Lacan, que assistia aos cursos de um eminente comentador de Hegel, Kojève. (Sales, 2004; Miller, 2005; Lacan, 1963).

Quando se valoriza a interpretação simbólica da história do sujeito, ao invés da análise das resistências e do *hic et nunc*, começa a realização da fala plena (Sales, 2004, p.8).

Essa mesma tensão existente entre a atuação da linguagem em seus aspectos estruturais e a dimensão intersubjetiva da fala aparece também na leitura que Lacan empreende da análise de Freud sobre os chistes. No chiste, a disjunção entre significante e significado, oriunda do estruturalismo, mostra-se com tanta clareza quanto a dimensão intersubjetiva da fala.

Segundo Saussure, um signo só adquire valor ou sentido em relação a outro signo. Em um chiste, esse caráter diferencial do signo é utilizado como recurso cômico, sob a forma da atribuição de outro sentido para uma palavra. Mas o ato do sujeito do inconsciente em promover uma criação nesse código escapa à dominância do código da língua sobre o indivíduo. Certamente o código é pressuposto para que ecloda o contra-senso do dito. O código possui a força de uma lei, pois “(...) a lei do homem é a lei da linguagem” (Lacan, 1953a, p.273), o que poderia culminar na alienação do sujeito na ordem desse código que o constitui:

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo “em carne e osso”; trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado de seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele não está e para-além de sua própria morte; (...). (Lacan, 1953a, p.280)

Entretanto, se esse caráter constituinte da linguagem fosse tão determinante, o sujeito jamais ultrapassaria o registro imaginário. Não se produziriam chistes, por exemplo, onde abundam neologismos ocasionados por desvios, rupturas e brincadeiras com o código. Assim, à citação acima apresentada, Lacan logo acrescenta que a lei da linguagem nem sempre é tão avassaladora:

Servidão e grandeza em que se aniquilaria o vivente, se o desejo não preservasse seu papel nas interferências e nas pulsões que fazem convergir para ele os ciclos da linguagem, quando a confusão das línguas mistura-se a eles e as ordens se contrariam nas dilacerações da obra universal. (Lacan, 1953a, p.280)

Assim, a incidência da linguagem na constituição subjetiva não significa o desaparecimento do sujeito do desejo, pois a dimensão simbólica da fala emerge através da relação com o outro, fundando um desejo que é, sempre, desejo de reconhecimento. Por isso, para que uma ruptura com o código, tal como o não-sentido de um dito, torne-se um chiste, ou seja, uma criação nesse código mesmo, é necessária a aprovação do terceiro. Em “O Chiste e sua relação com o inconsciente” (1905), Freud dedica um capítulo inteiro ao aspecto social do chiste, presente na aprovação do ouvinte necessária para que o dito se torne chistoso. Assim, Lacan demarca que a polissemia da linguagem permite o “achado do sujeito” (Lacan, 1953a, p.272), apontando para sua divisão subjetiva e assinalando a função do terceiro neste processo. Na ênfase na necessidade da aprovação do terceiro, está implícito o papel do ouvinte, que decide o sentido da mensagem.

A dialética intersubjetiva é aqui inteiramente desvelada. A fala, para Lacan, se efetua exclusivamente na intersubjetividade, comportando um caráter social, de troca e, sobretudo, de reconhecimento. Toda fala é dirigida a um outro, a um ouvinte que deve responder ao enunciado, conferindo, ao mesmo tempo, reconhecimento para o falante. Segundo Lacan:

O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aquilo que foi, com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder. (Lacan, 1953a, p.301)

O caráter intersubjetivo da fala não é abordado de modo algum por Saussure, que concebe a comunicação como um processo psicofisiológico, denominado como “circuito da fala”, no qual a comunicação envolve apenas ações psíquicas (a associação de um conceito mental ou significado a uma imagem acústica ou significante), ações fisiológicas (a transmissão de uma imagem acústica aos órgãos de fonação) e ações físicas (a transmissão de ondas sonoras ao aparelho auditivo).

A intersubjetividade da fala mostra-se mais afim com a noção de dialogia de Bakhtin, pensador que se dedicou a abordar a linguagem de um modo muito próximo às teorias pragmáticas da linguagem. Sem negar a existência do sistema da língua, Bakhtin ressalta o plano do enunciado, onde o texto é compreendido em relação a outros textos, a outros enunciados, não sendo nunca o primeiro, pois as

palavras vêm sempre do outro, nem o último enunciado, devido à responsabilidade do ouvinte. Portanto, na comunicação tanto o falante torna-se ouvinte quanto o ouvinte torna-se falante, o que Bakhtin denomina “alternância dos sujeitos”. Conforme vimos, no capítulo precedente, o autor censurou na linguística o desconhecimento das relações dialógicas envolvidas na linguagem.

Também para Lacan, a linguagem constitui o sujeito e vem do outro. A função do Outro é, neste ponto, essencial, porque dentre as diversas definições que a noção de Outro recebeu ao longo de seu ensino uma foi a de um “tesouro de significantes”, que evoca a expressão de Saussure “tesouro da língua”. Mas tal função vai mais além da de um mero código, pois esse acervo coletivo pode ser subvertido pelo ato do sujeito, movido por seu desejo e por suas forças pulsionais. Para Bakhtin, também toda palavra vem do outro:

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. (Bakhtin, 2003b, p.373)

Do mesmo modo, a dimensão responsiva do ouvinte é também assinalada pelos dois autores. A noção bakhtiniana de alternância dos sujeitos falantes implica que, assim como todo falante é também ouvinte, todo ouvinte é também falante. Ao formular o caráter dialógico do enunciado, Bakhtin enfatiza que toda compreensão do enunciado é uma interpretação, e que “o interpretador é parte do enunciado a ser interpretado” (Bakhtin, 2003a, p.329). Lacan também concede uma função central para a responsividade do ouvinte na psicanálise, concebida como uma prática que se baseia na intersubjetividade.

Em “Variantes do tratamento-padrão” (1955, p. 333), Lacan apresenta a noção de “poder discricionário do ouvinte”, indicando que o sentido do discurso depende do ouvinte. Neste texto, a intersubjetividade é ressaltada não apenas quanto à própria constituição do sujeito, mas, sobretudo, quanto à técnica da análise. O analista, ao se colocar como ouvinte e intérprete do discurso, potencializa esse poder discricionário ao impor a regra fundamental. Este ato do analista acrescenta à interpretação do ouvinte uma responsabilidade ética. Nas palavras de Lacan:

Por conseguinte, o analista detém toda a responsabilidade, no sentido pesado que acabamos de definir a partir de sua posição de ouvinte. Uma ambiguidade sem rodeios, por estar a seu critério como intérprete, repercute numa intimação secreta, que ele não pode afastar nem mesmo ao se calar (Lacan, 1955, p.333).

Enfim, embora tenhamos recorrido a Bakhtin a fim de ressaltar uma abordagem da linguagem que por ser dialógica assemelha-se à intersubjetividade da fala, convém ressaltar que as referências citadas por Lacan em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, no que diz respeito a este caráter intersubjetivo, histórico, concreto e atualizante da função da fala, são a fenomenologia: a dialética de Hegel e a filosofia de Heidegger. Uma vez que nosso objetivo é bem específico, restrito ao exame do uso que Lacan faz de termos referidos à linguagem ora como sistema de signos, ora como dimensão discursiva, não discutiremos aqui a referência a essas filosofias.

Outra ressalva acerca do que foi exposto até então diz respeito a uma possível dicotomia feita por Lacan entre linguagem e fala. Poder-se-ia pensar que o termo “linguagem”, em Lacan, refere-se à noção saussuriana de “língua”, um código universal e coletivo que é impresso em todo indivíduo; enquanto o caráter intersubjetivo da fala ressaltado por Lacan refere-se à noção saussuriana de “fala” compreendida como o caráter individual da linguagem restrito às combinações que cada indivíduo faz do código lingüístico e ao ato fonatório da fala, ou seja, a atualização concreta do código. Mas é preciso lembrar que a dimensão intersubjetiva da fala é incompatível com essa noção saussuriana de fala.

Linguagem e fala são utilizadas por Lacan de um modo muito próprio. Em alguns momentos Lacan parece utilizar o termo linguagem de modo equivalente à noção de saussuriana de língua:

Vemos, pois, a antinomia imanente às relações da fala com a linguagem. À medida que a linguagem se torna mais funcional, ela se torna imprópria para a fala e, ao se nos tornar demasiadamente particular, perde sua função de linguagem. (Lacan, 1953a, p.300)

Contudo, em outras passagens, a noção de linguagem parece não se remeter à noção saussuriana de língua, uma vez que:

Essa linguagem, (...), tem o caráter universal de uma língua que se fizesse ouvir em todas as outras línguas, mas que, ao mesmo tempo, por ser a linguagem que capta o desejo no ponto exato em que ele se humaniza, fazendo-se reconhecer, é absolutamente peculiar ao sujeito. (Lacan, 1953a, p.294).

Lacan, quando afirma que o código da linguagem é constituinte do sujeito, acrescenta que o sujeito advém implicado em uma rede de símbolos que o orientam, que irão fazer com que toda palavra por ele utilizada advenha do Outro. Os símbolos são significantes de um pacto que constitui significados, ou seja, eles demarcam o conjunto das significações atribuídas pela cultura na qual o homem irá inserir-se.

A dimensão intersubjetiva apresenta-se também nesse modo de conceber a linguagem, o que implica certa possibilidade de subversão desse código de linguagem que constitui o sujeito. Invertendo a fórmula goetheana segundo a qual “no começo era a ação”, Lacan afirma: “(...) era realmente o verbo que estava no começo, e vivemos em sua criação, mas é a ação de nosso espírito que dá continuidade a essa criação, renovando-a sempre” (Lacan, 1953a, p.273).

Portanto, convém examinar a noção de simbólico elaborada durante esse período do ensino de Lacan; fase que embora não seja considerada rigorosamente como estruturalista, sofre influência direta de Lévi-Strauss. Para tanto, abordaremos por hora dois textos de Lacan desta época sobre o simbólico: “Do símbolo e de sua função religiosa” (1954) e “O simbólico, o imaginário e o real” (1953), uma conferência pronunciada um pouco antes do proferimento do “Discurso de Roma”.

### 3.2

#### **O Valor Universal do Símbolo e a Dimensão Fundadora da Fala**

Em 1954, Lacan é chamado a dar uma palestra no Congresso de Psicologia Religiosa e se incumba de dizer o que um psicanalista, pela meditação sobre sua experiência, pode contribuir para o entendimento do símbolo em sua função religiosa. Resumindo, ao abordar o caráter universal do símbolo, Lacan termina por apresentar a noção de fala enquanto caráter universalizante do símbolo.

Assim, apresenta uma longa explanação sobre a fala, sobre o que ela introduz no mundo, sobre sua função, enfim, sobre seu aspecto fundador. Nesta perspectiva, ele define o sintoma como o esquecimento de que a fala é fundadora. E a fim de concluir sobre a natureza do símbolo, defende que este somente pode ser pensado a partir da noção de sistema e ao fazer isso apresenta brevemente a articulação entre imaginário, simbólico e real.

O ponto de partida de Lacan é a definição de símbolo dada por um dos palestrantes do Congresso, segundo a qual a palavra “símbolo” na língua grega remete à tésseira quebrada. Uma tésseira é uma pequena placa de metal ou marfim que servia de bilhete de entrada em teatros ou como uma senha em reuniões. A união da tésseira quebrada é a imagem que Lacan usa para ressaltar o valor relacional do símbolo, retomado ao longo do texto.

Lacan daí salta para o valor universal do símbolo para nele destacar uma ambiguidade que lhe é inerente: o símbolo é universal e universalizante. O símbolo é universal, como um fato que se impõe a todos indiscriminadamente, mas ele é também universalizante, ou seja, ele torna as coisas inteligíveis e constitui um universo<sup>3</sup>. Atribuir o sentido de universal ao símbolo implica compreendê-lo como algo que é o mesmo para todos, independente da interpretação parcial que a ele se dê - o que faz a simbologia antiga, por exemplo, lhe fixando um único significado. Mas dizer que ele é universalizante é afirmar quase o contrário, pois, ao invés de concebê-lo como algo que possui um significado único e válido para todos, se o concebe como aquilo mesmo que concede significação. Antes que um fato, nessa acepção, ele é o que constitui algo como fato. Embora Lacan se refira ao valor universal do símbolo, o que lhe interessa é sua função universalizante, ou seja, a dimensão fundadora da fala.

Onde Lacan encontra esse caráter universalizante do símbolo? Na própria fala: “(...) se há de fato uma coisa onde a função criadora, fundadora do símbolo se mostra, essa coisa é a fala” (Lacan, 1954, p.50).

Adverte, então, que com isso, não está referindo-se a uma dimensão social tal como a que existe no âmbito animal, pois o animal não fala, e mesmo assim estabelece relações sociais, mediadas por sinais. O símbolo na fala humana é algo bem diferente. A fala não estabelece entre os sujeitos uma relação que apenas os

<sup>3</sup> “(...) ao introduzir a noção de universal [no símbolo], introduzimos uma ambiguidade. Dizer que o símbolo é universal é um dado de fato, mas é também dizer que ele é universalizante, ou seja, que ele constitui, como tal, um universo” (Lacan, 1954, p.50).

reúne, tal como um discurso apagado, uma moeda apagada que passa de mão de em mão – essa função Lacan atribui, antes, ao que chamam de inconsciente coletivo: discurso sem significação que une aqueles que são seu suporte. Esse discurso conserva um valor independente de qualquer sentido assumido pelo sujeito, aproximando-se mais da fala vazia. Já o caráter fundador da fala não se reduz apenas a reunir os sujeitos, uma vez que funda esses próprios sujeitos:

Trata-se da fala precisamente na medida em que ela estabelece e funda entre os sujeitos uma relação que, justamente, não toma os dois sujeitos para reuni-los. Ela os constitui como sujeitos na própria relação que os faz ter acesso a uma nova dimensão (Lacan, 1954, p.51).

Bem, e o que é essa fala? Lacan indica que para responder a essa questão é preciso primeiramente perguntar o que essa fala introduz no mundo. Ela introduz algo novo no mundo, nele produzindo profundas transformações, muito embora o homem frequentemente atribua estas intervenções ao campo da ação, como se este fosse diverso do campo da fala:

Todo homem moderno tem o coração atormentado por esse problema: “No começo era o Verbo”, mas, assim mesmo, “No começo, era a ação”! Entre ambos seu coração balança. Ele realmente não precisa se atormentar tanto, pelo motivo de que a ação humana por excelência é precisamente a fala (Lacan, 1954, p.53).

Lacan evoca a figura do bom selvagem, do homem bruto, para apontar que esta falsa dicotomia entre fala e ação somente se coloca para o homem moderno, civilizado. Para esse personagem evocado, fabricar um instrumento é o mesmo que falar, uma vez que nosso saber é idêntico à nossa ação<sup>4</sup>. Mas o homem moderno é aquele que ao fazer, detém-se para refletir sobre o que se sabe, sobre qual saber é subjacente à sua ação – e assim cai na vertigem da distinção entre saber e ação.

Para Lacan, que confessa nesta conferência estar preocupado com as variantes do tratamento analítico – tema de um texto seu publicado no ano seguinte -, esta parada que origina essa falsa distinção vai inteiramente na contramão do exercício do analista, pois ele, mais ainda que outros, sustenta a

---

<sup>4</sup> Aqui, Lacan parece estabelecer uma equivalência entre as distinções saber/fazer e fala/ação.

intrínseca relação entre fala e ação, segundo a qual quanto mais humana é uma ação mais ela está integrada à fala. Em suas palavras:

Ora, o drama da psicanálise é ser uma ação humana tão fundadora, tão integrada à própria ação da fala que ela comporta uma responsabilidade suprema, total, quase intolerável para aqueles que são seu suporte (Lacan, 1954, p.54).

Em seguida, coloca sua segunda pergunta acerca do que é a fala: qual é a função da fala?

Para responder a esta pergunta, distingue a função da fala da função que Santo Agostinho lhe confere. Para Santo Agostinho, a fala possui valor de signo, ou seja, ela designa algo. A sua função é designar objetos.

Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953), Lacan já havia destacado que a linguagem com a qual a psicanálise se defronta distingue-se da linguagem-signo, compreendida como um código fixo de sinais que atribui uma propriedade para o que é designado. Apoiado em Saussure, via Jakobson e Lévi-Strauss, defende que a palavra, feita da modulação de ausência e presença, cria o universo de sentido de uma língua, e, conseqüentemente, das coisas: “É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas, inicialmente confundidas no *hic et nunc* do todo em devir, dando um ser concreto à essência delas e dando lugar, por toda parte, àquilo que é desde sempre (...)” (Lacan, 1953a, p.277-278). Assim, enquanto para Santo Agostinho a palavra tem a função de designar um objeto na realidade, para Lacan a palavra “cria” a realidade.

Nesta conferência, Lacan enfatiza que a fala, em seu aspecto universalizante, ao criar um universo, funda também os sujeitos que sustentam a fala pela função de reconhecimento que esta comporta— levemente apontada no início da conferência pela evocação do caráter relacional do símbolo manifesto da imagem da tésseira. A fala não tem primordialmente a função de designação que Santo Agostinho lhe atribuía porque sua função primordial é o reconhecimento, sendo a função de conhecimento secundária. Conforme Lacan assinala:

Vocês estariam totalmente equivocados se pensassem que a fala é feita para servir de signo, quando, na sua essência, ela tem por função operar (...) o reconhecimento do sujeito pelo sujeito. (...)

A fala é função de reconhecimento, e é no interior dessa função que ela opera para categorizar, polarizar, ordenar. Atrai para si funções de conhecimento que são de

outra natureza, mas que são penetradas até o fundo por sua função de reconhecimento (Lacan, 1954, p.55)

Portanto, a crítica que Lacan faz a Santo Agostinho<sup>5</sup> parece apoiar-se na noção de simbólico advinda dos estruturalistas, Jakobson e Lévi-Strauss, uma vez que enfatiza a função da linguagem de ordenamento de um universo, mas quanto à função de reconhecimento levada ao extremo da fundação dos próprios sujeitos da fala, Lacan ressalta nesta época a dimensão intersubjetiva da fala.

Posto que a fala é uma ação no mundo e que sua função é o reconhecimento, Lacan retorna à interrogação inicial sobre o que a fala introduz no mundo e responde: “A fala introduz uma dimensão diferente na realidade, que é a da verdade” (Lacan, 1954, p.55).

Lacan introduz assim uma distinção entre a ordem da realidade e a ordem da verdade. Na ordem da realidade, tem-se o conhecimento pensado como uma atividade do sujeito cognoscente com a coisa conhecida, visando adequar o pensamento à realidade<sup>6</sup>. A linguagem-signo de Santo Agostinho, que pressupõe que a linguagem possui a função de conhecer as coisas através da designação de objetos na realidade, coloca-se nessa ordem. Já a ordem da verdade diz respeito ao reconhecimento como função primordial da fala no que ela tem de valor simbólico fundador daquilo que pode vir a ser conhecido e daqueles que podem vir a conhecer, uma vez que o conhecimento é um desdobramento possível dessa ordem. “A fala introduz uma dimensão diferente na realidade”... (Lacan, 1954, p.55).

Para explicar como essa modificação é possível e como ela se dá, Lacan recorre à seguinte situação: ocasiões em que a verdade concerne a objetos que interessam a todos, ou seja, a objetos do conhecimento. Quando isso ocorre, busca-se, segundo Lacan, o que ele denomina como “verificação na fala”. Esta se realiza através de dois modos possíveis: ou se verifica se há continuação no discurso, ou seja, se ele obedece ou não ao princípio da não-contradição; ou

---

<sup>5</sup> Convém ressaltar a semelhança dessa crítica com a crítica que Wittgenstein faz à teoria dos signos de Santo Agostinho. Wittgenstein inicia “Investigações Filosóficas” (1945/1991) criticando Agostinho por considerar como função da linguagem a designação de objetos, mas, diferentemente de Lacan, essa crítica é feita em nome da noção de uso.

<sup>6</sup> Esta definição de conhecimento pode ser encontrada em Morente, M.G., *Fundamentos de Filosofia-lições preliminares*, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1980.

efetua-se uma experiência. No primeiro caso, apela-se ao modo de conhecimento filosófico, e no segundo caso, recorre-se ao modo de conhecimento científico.

É o segundo modo que ocasionará uma modificação na ordem da realidade, pois Lacan adverte que essa experiência não equivale aos experimentos positivistas que visam validar teorias pela verificação delas na realidade. Eles, denominados por Lacan de “experimentalistas”, dão a ilusão de que as experiências manipulam os objetos da realidade e de que o conhecimento incide diretamente sobre tais objetos. Lacan recorre, antes, ao que ele chama de “experimentadores”, ou seja, aqueles que adotam um modo de conhecimento que visa tornar os objetos inteligíveis, a partir de leis construídas que, ao invés de corresponderem à realidade, inauguram um modo de apreensão do real<sup>7</sup>.

Apelo aqui, não aos experimentalistas, que se batem pela teoria, mas aos experimentadores. Eles sabem muito bem que não podem verificar nada na experiência antes que tenham podido dar às coisas um alcance significativo, isto é, antes de aí escolher previamente as balizas, assim alçadas à função de signos (Lacan, 1954, p.56, grifo meu).

Lacan introduz, em lugar de realidade, um novo termo: real. Este tipo de conhecimento estaria, portanto, ao lado da dimensão da verdade, uma vez que “produz” os objetos por ele conhecido, os objetos reais – resultado da ação de conhecer. São essas as modificações que a ordem da verdade introduz na ordem da realidade: “Como tal, a função humana introduz no mundo uma grande perturbação fundamental, que é um novo registro, uma nova ordem, a da fala e da verdade, que penetra até sua intimidade toda a nossa apreensão do real” (Lacan, 1954, p.56).

Em seguida, acrescenta que apesar de a ordem da fala e da verdade penetrar o real, ela não equivale ao real. Lacan separa o simbólico do real e coloca o sujeito no meio. Os signos, enquanto balizas de apreensão do real, desempenham a função de “pontos de engache”, funcionando como indício de algo que, por possuir valor significativo, poderá ser encontrado na experiência. O exemplo dado

<sup>7</sup> Os “experimentadores” a que Lacan recorre referem-se, possivelmente, aos que se dedicam à atividade da ciência moderna, tal como definida na epistemologia de Koyré. De acordo com essa corrente: “(...) a ciência investiga os seus objetos, constrói-os e elabora-os; ela não os encontra ‘completamente feitos ou dados’ na percepção ou na experiência imediata. O mundo da ciência é uma construção; (...)” (Ullmo, 1967, p.25)

é o de um signo, indício ou sintoma médico. Mas adverte que um signo não é um símbolo, pois aquele se refere à ordem da realidade, enquanto este se refere à ordem da verdade.

Para contrapor símbolo a signo, Lacan afirma que a fala é *fides*, ou seja, palavra dada. Uma vez que o caráter fundador da fala reside não em sua função de signo, mas enquanto valor simbólico no que ele tem de universalizante, de fundador, o exemplo de palavra dada brilhantemente oferecido por Lacan é: “Você é minha mulher” (Lacan, 1954, p.58).

Este enunciado não designa um objeto na realidade, não é um indício nem um signo de algo que se passa na realidade, assim como não é a descrição de um estado de coisas. Este proferimento não é um enunciado declarativo que afirmaria a verdade ou falsidade daquilo a que se refere. Muito embora se busque procurar na ordem da realidade indícios que poderiam assegurar a validade deste proferimento, nenhuma certidão de casamento pode garantir para o falante a legitimidade dessa proposição, pois a validade desse enunciado não reside na ordem da realidade, mas na ordem da verdade, uma vez que ela funda os dois sujeitos dessa fala. Quando se diz “Você é minha mulher”, busca-se o reconhecimento, que promoveria uma ação no mundo a partir da qual os dois sujeitos em questão aparecem de outro modo: o falante como marido e o endereçado como esposa.

Por isso, Lacan acentua que nenhuma teoria da comunicação poderia dar lugar a uma fala desse tipo, que não se restringe à transmissão de uma informação. No entanto, somos levados a evocar aqui a teoria dos atos de fala de Austin, segundo a qual um enunciado desse tipo é um proferimento performativo, ou seja, um proferimento que em circunstâncias apropriadas promove uma ação na realidade. Apesar das “circunstâncias apropriadas” exigidas por Austin para que um enunciado como este seja feliz (efetue completamente a ação que a ele é convencionalmente), a noção de proferimento performativo dá conta da integração entre fala e ação manifestada neste exemplo. Que, aliás, assemelha-se a um dos preferidos de Austin, a frase “aceito essa mulher como esposa” dita no cartório. O ato se realiza, o estado civil dos noivos transforma-se, a mulher muda de nome, os bens passam a ser regulados de outra forma. A ideia de que essa fala funda os sujeitos é conforme à teoria austiniana.

Isto que Lacan denomina como palavra dada ou palavras de compromisso “é uma das falas mais importantes que se possa pronunciar” (Lacan, 1954, p.58). Esta fala equivaleria à “fala plena” ou “fala verdadeira”, em virtude da dimensão fundadora que ela comporta. Contudo, Lacan acrescenta que este alcance da fala facilmente é esquecido. Nesse caso, ao invés de fazermos as coisas falar, de significá-las, somos, ao contrário, falados pelas coisas, as tomamos como portadoras de um significado nelas mesmas:

Quando o homem esquece que é portador da fala, ele já não fala. É efetivamente o que acontece: a maioria das pessoas não fala, elas repetem, não é exatamente a mesma coisa. Quando o homem já não fala, ele é falado (Lacan, 1954, p.61).

Conforme os termos apresentados em *Função e Campo*, este esquecimento caracterizaria a “fala vazia”, aquela que, em lugar assumir o seu valor fundador e simbólico, permanece presa aos significados estagnados, na alienação imaginária do eu. Lacan (1954) retoma justamente a ideia defendida em 1953, a de que a análise visa promover a fala plena que aboliria o sintoma.

Logo após apontar o esquecimento disso que é a dimensão por excelência da fala, Lacan pergunta o que quer dizer que o homem, ao esquecer que fala, é falado. O que acontece quando o homem esquece que fala? Quando esquece que sua fala é universalizante, é fundadora e se realiza na intersubjetividade? Para responder a essa questão, ele recorre ao sintoma neurótico:

O sintoma como tal é uma linguagem definida por sua estrutura. O sintoma de um sujeito particular é uma fala, fala amordaçada, inconsciente para o sujeito. O modo de abordagem psicanalítico consiste em elaborá-lo pela particularidade da história desse sujeito, e é sobre isso que é preciso se deter para conhecer tanto o sentido como os limites da ação analítica (Lacan, 1954, p.63).

Lacan distingue o sintoma neurótico do sintoma médico que ele havia utilizado anteriormente como um exemplo de signo. Com isso, assinala que o sintoma neurótico não é um signo, um índice de um significado inconsciente oculto que caberia ao analista desvendar. Ao invés de conceder um significado ao sintoma, a interpretação analítica opera no nível do significante, tomando o sintoma ao pé da letra a fim de que dele possam emergir significações dadas,

sempre, pelo sujeito. Muito embora haja no sintoma um significado recalcado da consciência, o objetivo da análise é promover a fala plena para que o sujeito torne-se agente da fala, nisso consistindo o tratamento do sintoma.

Seja no modo de conceber o sintoma ou de formular o objetivo da análise, Lacan resgata na descoberta freudiana do inconsciente a dimensão da fala e da linguagem, desautorizando as leituras do inconsciente que o concebiam como um conteúdo profundo e secreto:

O que o maldito homem que introduziu essa palavra no negócio quis dizer com “inconsciente” é que o sujeito falante, enquanto falante, ultrapassa e extrapola em muito o sujeito consciente. Porque o sujeito fala, ainda que não saiba absolutamente nada sobre isso, com ele todo, com sua pele, com sua carne, com seu modo de tropeçar, de cometer um lapso de língua, com sua forma de se comportar na vida para que tudo acabe mal. Esse é o sentido, o único sentido que pode ter o que Freud chama de “pensamentos inconscientes” (Lacan, 1954, p.63).

Pensando a atuação do inconsciente no sintoma como resultado da constituição do sujeito como falante, o sintoma é definido enquanto “fala amordaçada”, como fala vazia resultante do esquecimento da dimensão fundadora da fala. Esquecendo-se de que fala e de que significa o mundo pelo reconhecimento na dialética intersubjetiva, o sujeito passa a ser falado pelo sintoma. Tendo a estrutura de uma linguagem, o sintoma faz uma metáfora, dizendo, sem dúvida, algo sobre o sujeito. Mediante a dimensão intersubjetiva promovida na análise, busca-se restaurar o caráter fundador da fala, promovendo a irrupção da fala plena e devolvendo ao sujeito a posição de agente da fala.

Mais uma vez, tanto a noção de estrutura quanto a noção de história e de intersubjetividade apresentam-se aqui. Por um lado, dado que o sintoma é estruturado pela linguagem, sendo considerado como uma metáfora, Lacan utiliza como recurso uma ferramenta da linguística de Jakobson para oferecer uma explicação mais afim com o modelo linguístico que adotou- para o que Freud já apontava ao compreender o sintoma como uma satisfação substitutiva. Além disso, o sintoma é definido como “o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito” (Lacan, 1953, p.282), convocando a distinção saussuriana. Mas, por outro lado, para abolir o sintoma, é preciso lembrar ao sujeito que seu sintoma está falando em seu lugar, implicando-o em seu sintoma através do

revolvimento de sua história<sup>8</sup>, de uma história que somente se efetua na intersubjetividade.

Portanto, se Lacan recorre a Jakobson e a Saussure para elucidar os meios e a linguagem que formam o sintoma, bem como recorre a Lévi-Strauss para revelar a função universalizante, estruturante ou simbolizante da fala, ele também apela à dialética intersubjetiva, ressaltando que essa dimensão fundadora da fala efetua-se em um ato, particular, concreto e histórico, que envolve e funda os sujeitos.

Essa dimensão de verdade inaugurada pelo caráter fundador da fala, por se dar na intersubjetividade, parece distinguir-se da noção estruturalista de simbólico por duas razões: 1) para o estruturalismo a linguagem simboliza o mundo, dotando seus objetos de significação, mas este processo se realiza segundo leis internas à linguagem, portanto, a dimensão intersubjetiva não é evocada, pois a estrutura não se dá através da dialética entre os sujeitos, ela, antes, estabelece o modo como os indivíduos envolvidos irão interagir; 2) Uma vez que a estrutura simbólica preexiste ao sujeito, a simbolização do mundo operada pela linguagem dispensa a dimensão histórica, atual e concreta do ato fundador da fala através do qual advém o sujeito.

### 3.3

#### **Imaginário, Simbólico e Real: a linguagem na noção de simbólico**

Vimos que as noções de linguagem e de fala nos dois textos acima utilizados comportam características de abordagens históricas e hermenêuticas, donde a frequente menção de Miller (2005) à fenomenologia para caracterizar esta fase do ensino de Lacan. Muito embora o objetivo da análise seja concebido como a promoção da fala plena, que possibilitaria ao sujeito resgatar o sentido de seu sintoma pelo revolver de sua história em uma dialética intersubjetiva com o analista, se observa, entretanto, que, mais que a fala, a noção de linguagem apresenta muitos aspectos próprios ao modelo estrutural.

---

<sup>8</sup> Convém ressaltar que não se trata aqui de uma história cronológica, pois o essencial desta dimensão histórica é resgatar para o sujeito a posição de agente da significação, para tanto, pouco importa a linearidade dos acontecimentos, podendo o passado surgir *a posteriori*, não como o que foi, mas como o que terá sido. Esse passado aqui não se refere ao pretérito perfeito, mas ao futuro do presente. Significa-se o passado a partir da maneira como no presente se concebe o futuro.

A influência de Claude Lévi-Strauss não é apenas confessada por Lacan, é também muito clara em sua obra. Veremos agora que no final da Conferência sobre o Símbolo, Lacan insiste em enfatizar que o símbolo somente pode ser pensado a partir da noção de sistema, noção que, conforme vimos no capítulo primeiro, foi o embrião saussuriano para o estruturalismo. Em seguida, veremos que a noção de simbólico como um registro de linguagem, inseparável dos registros imaginário e real, é inteiramente permeada por noções estruturais.

Em “Do símbolo e de sua função religiosa” (1954), Lacan afirma: “O símbolo existe dentro do seu mundo de símbolos. Não poderia existir sozinho. Não há *um* símbolo. O símbolo só subsiste como tal num sistema.” (Lacan, 1954, p.64) O exemplo dado é o do símbolo número. Não é possível nenhuma dedução empírica da noção de número. Para compreendê-lo é necessário recorrer à lógica matemática, pensando-o em um sistema, ou seja, somente entendemos o número um em relação ao número dois e assim sucessivamente. Além disso, o número enquanto símbolo parece equivaler ao signo saussuriano, como tal constituído pela união arbitrária, mas indissolúvel, de um significante a um significado, pois segundo Lacan: o número enquanto símbolo “(...) é o único ponto em que o significante e o significado vêm se juntar de modo tão curioso que se tornam, estritamente falando, indiscerníveis.” (Lacan, 1954, p.65)

Em seguida, Lacan destaca uma característica estrutural do símbolo que advém também de seu caráter de sistema, aquela do valor opositivo dos termos de um sistema. Por estarem em um sistema, os seus termos somente adquirem valor em oposição a outros termos. Assim, Lacan critica um expositor do evento em que apresentou seu trabalho, por ter atribuído ao símbolo “noite”, na obra de São João da Cruz (sub-tema deste Congresso de Teologia), um caráter ambivalente, alegando que sempre que falava da noite estava pensando no dia. Lacan defende que não se trata de um caráter ambivalente, mas de um caráter opositivo, próprio ao símbolo. Em suas palavras:

De fato, um uso simbólico da noite só pode ser feito tendo por referência o que há de oposto, o dia. (...) É a própria natureza da linguagem que quer assim e não é preciso recorrer a uma experiência crepuscular qualquer para uni-los. A oposição deles é que constitui seu valor simbólico (Lacan, 1954, p.68)

Ora, encontramos aqui mais um uso do modelo estrutural de linguagem: o valor opositivo. Saussure já enfatizara o valor opositivo dos signos; ele explicaria este exemplo pelo uso do valor opositivo no eixo associativo da língua, onde os termos são escolhidos “em ausência”. A escolha, ou melhor, a seleção do termo “noite” implica a exclusão, por oposição, de seu termo antônimo “dia”. Este caráter opositivo do sistema é levado adiante pelos estruturalistas na noção de estrutura. Esta passa a ser reduzida a uma lógica binária, conforme vimos no capítulo primeiro, tal como a da fonologia de Jakobson, onde o fonema é definido pela presença ou ausência de um traço distintivo. Os traços distintivos do fonema são definidos a partir de oposições (marcado e não marcado ou presença e ausência), ou seja, somente em relação recíproca e opositiva com outros traços.

Portanto, se o símbolo serve na vida humana para o reconhecimento dos homens, sendo um ato fundador, por outro, ele somente pode atuar enquanto inserido em um sistema de outros símbolos através dos quais adquirirá valor em relação a eles.

Lacan, nesta Conferência, “Do símbolo e de sua função religiosa” (1954), parece empregar a expressão “lei da fala”, comparando-a à lei primitiva identificada nas estruturas elementares de parentesco, formuladas por Lévi-Strauss. A atuação da fala que a dota de uma função de censura, de metáfora, portanto, de lei, é equiparada por Lacan à noção freudiana de incesto. A proibição do incesto sendo assim compreendida no âmbito da fala permite a Lacan assemelhá-la às estruturas elementares de parentesco.

Como vimos no capítulo primeiro, Lévi-Straus define as leis de parentesco a partir de um sistema constituído por elementos de parentesco através de três tipos de relações: consanguinidade (relação de irmã/irmão), aliança (esposo/esposa) e filiação (pai ou mãe/ filho). Esses três elementos combinados produzem uma combinação positiva (cônjuges possíveis) e uma combinação negativa (cônjuges proibidos). Com isso, a interdição do incesto passa a ser concebida como uma lei que permite estabelecer quem são os cônjuges possíveis ou desejáveis, e quem são os proibidos.

As leis de parentesco são leis estruturais. Trata-se de uma lei simbólica, uma vez que pode ser definida pela lógica binária de oposições: os conjugues permitidos (marcado ou presença) e os conjugues proibidos (não-marcado ou ausência). A noção de estrutura é o que possibilita pensar essa lei como simbólica.

Ao mesmo tempo, observa-se que este caráter estrutural da lei não é alheio às relações concretas e reais da vida cotidiana. Muito embora este modelo demonstre que as noções de “mãe”, “pai”, “filho”, irmãos”, “esposa” e “marido” sejam produto de um sistema de relações, ou seja, sejam símbolos, por outro lado, são esses símbolos que permitem ao sujeito situar-se na realidade, entendida, a partir de então, como universo simbólico. Nesse sentido, as leis simbólicas constituem os sujeitos em relação a outros. Tornam um indivíduo “marido”, “esposa”, “mãe”, “pai”, “filho”, etc. Transformam “natureza” em “cultura”. Segundo Lacan, essa lei da fala se dá em uma espécie de falha entre “natureza” e o que se chama de “cultura”. A função simbólica aqui instaura termos tomados, imaginariamente, como “realidades”.

Outra característica do uso que Lacan faz da noção de simbólico relacionada à linguagem é a sua referência a dois outros registros dos quais o simbólico é inseparável. Este modo particular pelo qual Lacan apreende a experiência humana, a saber, como constituída pelos três registros simbólico, imaginário e real, aponta para especificidade que a noção de simbólico, oriunda do estruturalismo, adquire em sua apropriação pela psicanálise.

Na Conferência “O simbólico, o imaginário e o real”, realizada por Lacan em 8 de julho de 1953, ou seja, alguns meses antes do “Discurso de Roma”, são apresentados os três registros essenciais da experiência humana, que constituirão, ao longo das três décadas seguintes, o núcleo - inicialmente conceitual, posteriormente matemático e material através do nó borromeano – de seu modo particular de compreender a experiência humana testemunhada na clínica psicanalítica.

Imaginário, simbólico e real: como são definidos neste primeiro momento de seu ensino?

Para abordar o registro imaginário, Lacan evoca inicialmente as satisfações ilusórias do sintoma neurótico, distinguindo-as das satisfações obtidas por meio de um objeto presente na realidade. As primeiras, menos ligadas a ritmos orgânicos fixos, seriam marcadas por uma reversibilidade em contraposição à irreversibilidade característica das satisfações com objetos da realidade. Tal reversibilidade das satisfações imaginárias, ou seja, o fato de poderem sempre

mudar de objeto, indica que se está lidando com a libido, sendo, portanto, este tipo de satisfação próprio ao registro sexual<sup>9</sup>.

Contudo, esta reversibilidade não é inteiramente arbitrária, pois equivale a certo metabolismo de imagens, cujo modelo é tomado dos estudos de etologia de Lorenz acerca dos ciclos instintivos dos animais orientados por imagens fixas. Nas palavras de Lacan:

A satisfação imaginária não está, evidentemente, no simples fato de Demétrio ter ficado satisfeito ao sonhar que possuía a sacerdotisa cortesã, ainda que esse caso não passe de um caso particular no conjunto. Trata-se de um elemento que vai muito mais longe, e que é atualmente recortado por toda a experiência evocada pelos biólogos referente aos ciclos instintivos, muito especialmente no registro da sexualidade e da reprodução. (Lacan, 1953b, p.18)

Mas, por outro lado, ainda que estes ciclos instintivos nos animais sejam desencadeados por mecanismos de ordem imaginária, ocorrem distúrbios denominados de “deslocamento”. Por exemplo, durante um ciclo de combate, uma ave passa a emitir bruscamente um comportamento de acasalamento, como alisar as penas. Em virtude deste deslocamento, Lacan afirma que este comportamento nos animais pode ser denominado de simbólico. No entanto, no comportamento humano, esse deslocamento é justamente o que caracteriza o imaginário:

Assim, formulamos que um comportamento pode se tornar imaginário quando sua orientação a partir de imagens, e seu próprio valor de imagem para um outro sujeito, o torna suscetível de deslocamento fora do ciclo que assegura a satisfação de uma necessidade natural. (Lacan, 1953b, p.20)

Lacan ilustra esta característica do imaginário e da sexualidade humana através da figura do fetichista. Admitindo que se trata de uma perversão primitiva, Lacan considera a hipótese de que um fetiche, uma pantufa por exemplo, seja um deslocamento do órgão sexual feminino, tal como esses deslocamentos que ocorrem com os animais.

Tais deslocamentos não são analisáveis, não são interpretáveis, justamente por serem imaginários. Com isso, Lacan realiza uma crítica, que será mais

---

<sup>9</sup> Observa-se, portanto, que, conforme assinala Miller (2005), nesta fase, a dimensão pulsional encontra-se restrita ao registro imaginário.

explícita em *Função e Campo*, à escola inglesa de psicanálise. Por valorizar demasiadamente a dimensão imaginária, sem levar em consideração a dimensão simbólica, a escola inglesa culminava na análise do inanalísável, na interpretação do imaginário.

Na distinção entre imaginário e simbólico, Lacan ressalta que o fato de um fenômeno representar um deslocamento não é suficiente para ser analisado, pois representar um deslocamento não é o mesmo que representar outra coisa que ele próprio – condição de um fenômeno analisável, ou ainda, simbólico.

Assim, Lacan distingue, por um lado, o caráter imaginário de um fetiche, por outro, a apresentação de um elemento imaginário em uma fantasia apresentada na análise. O exemplo dado é uma fantasia de felação que o paciente dirige ao analista durante a sessão de análise. Esta fantasia possui um elemento imaginário, mas que, por estar inserida em uma relação intersubjetiva com o analista, ganha valor de simbólico, podendo ser interpretada. Lacan assim se exprime:

Entendo com isso que a fantasia de que se trata, o elemento imaginário, tem valor estritamente simbólico, que só podemos apreciar em função do momento da análise no qual ele se insere. Com efeito, ainda que o sujeito retenha sua confissão, essa fantasia surge, e sua frequência mostra suficientemente que ela surge num momento do diálogo analítico. Ela é feita para se exprimir, para ser dita, para simbolizar alguma coisa, e alguma coisa que tem um sentido completamente diferente, de acordo com o momento do diálogo. (Lacan, 1953b, p.22)

Portanto, enquanto o imaginário é inanalísável, o simbólico, por sua vez, é analisável. Mas, afinal, como Lacan define o simbólico nesta Conferência?

A fim de abordar o registro simbólico, Lacan recorre às formações do inconsciente, os sonhos, os ato-falhos, os chistes e os sintomas para destacar que a realidade essencial assinalada por Freud neles consiste em serem símbolos. Por símbolo, como já vimos, convém entender algo bem diferente de uma representação termo a termo tal como a do simbolismo. Trata-se aqui de símbolos organizados na linguagem, funcionando a partir da articulação do significante e do significado, e da própria estrutura da linguagem.

Este modo de conceber a noção de símbolo e a articulação entre significante e significado aproxima-se muito mais da concepção de simbólico de Lévi-Strauss do que da noção saussuriana de língua. Para Saussure, o significante é ligado arbitrariamente a um significado, constituindo um signo que, no sistema da língua,

se articulará a outro signo de forma a ganhar valor ou sentido. Já para Lévi-Strauss, em “Introdução à obra de Marcel Mauss” (s/d), há uma articulação no interior do próprio signo, ou seja, entre significante e significado.

Para o antropólogo, há sempre uma inadequação entre os dois elementos constitutivos do signo, porque há uma superabundância de significantes em relação aos significados postos em circulação. Lévi-Strauss parece chegar a esta maneira particular de abordar a união do significante ao significado, por constatar, em seus estudos antropológicos, que um símbolo não corresponde obrigatoriamente ao objeto referido. Além disso, conclui que entre o significante disponível e o significado manifestadamente referenciado, exige-se a interposição de um suplemento de significação para o exercício do pensamento simbólico e da liberdade criadora do homem.

Lacan ressalta o quanto a discrepância na articulação do significante ao significado torna a linguagem plurívoca. Assim, nesta conferência, retoma o sintoma neurótico para assinalar que a linguagem que aí se manifesta oferece um equivalente à atividade sexual que de modo algum é unívoco:

Ao contrário, ele é sempre plurívoco, superposto, sobredeterminado, e, para resumir, construído exatamente da mesma maneira que as imagens são construídas nos sonhos. Existe aí uma concorrência, uma superposição de símbolos, tão complexa quanto o é uma frase poética que vale ao mesmo tempo por seu tom, sua sonoridade. Tudo se passa em diversos planos, e tudo é da ordem e do registro da linguagem. (Lacan, 1953b, p.24)

Tal diversidade de planos da linguagem é ilustrada por Lacan pela noção de senha, pois a senha é uma palavra cuja significação difere do que ela designa. Por exemplo, se escolhermos a palavra “geleia” como uma senha para abrir uma porta, a palavra, que designa uma espécie de doce de frutas, adquire uma significação bem diferente: a de aquele que emite a palavra pode entrar no recinto.

Outro exemplo dado por Lacan é o da linguagem estúpida do amor, ou seja, dos apelidos amorosos relacionados a legumes, verduras ou animais- semelhantes aos totens- que servem para denominar o ser amado a despeito de seu significado. Para Lacan, assim como os objetos fóbicos, esses apelidos possuem a função de evitar a vertigem a que os sujeitos estão expostos quando permanecem em relações duais. Esse nome vem estabelecer uma mediação, um transcendente na

relação de um sujeito a outro, sendo, por isso, de caráter essencialmente simbólico.

Uma vez que o símbolo difere de um signo, índice de algo que se apresenta na realidade (conforme concepção de Santo Agostinho), porque não se reduz à designação de um objeto, mas antes serve ao ato e, como tal, é capaz de introduzir algo na realidade, podemos, portanto, concluir que um símbolo é desprovido de significação, tal como ocorre na senha e na linguagem estúpida do amor. Nas palavras de Lacan:

Nesses dois exemplos, a linguagem é particularmente desprovida de significação. Vocês veem melhor o que aí distingue o símbolo do signo, ou seja, a função inter-humana do símbolo. Eis algo que nasce com a linguagem, e que faz com que, depois que a palavra foi verdadeiramente fala pronunciada, os dois parceiros tornem-se diferentes do que eram antes. (Lacan, 1953b, p.26)

Em virtude dessa diversidade de planos presentes na linguagem, o sintoma neurótico apresenta-se como uma fala amordaçada, afastada da verdadeira dimensão do símbolo. É justamente para resgatar tal dimensão que, por meio da dialética intersubjetiva na análise, o sujeito vem buscar o sentido verdadeiro de seu sintoma, através da promessa de promoção da fala plena na análise.

O advento da fala plena, que possui uma função de mediação, provoca uma ruptura com a dimensão imaginária. A fala assim concebida e instaurada na intersubjetividade permite o ultrapassamento do plano imaginário, onde as relações são carregadas da agressividade própria ao eu. Na função imaginária do eu como unidade, para se distinguir do pequeno outro com o qual entretém uma relação de reversibilidade e identificação, o eu emprega o instinto agressivo. Na análise, isto se manifesta como resistência, que deve ser ultrapassada pela instauração da dimensão simbólica na intersubjetividade.

Conforme assinala Lacan:

Essa fala mediadora não é pura e simplesmente mediadora nesse plano elementar. Ela permite, entre dois homens, transcender a relação agressiva fundamental com a miragem do semelhante. É preciso que ela seja ainda coisa bem diferente disso, pois, se refletimos, vemos que não apenas ela constitui essa mediação, como também a própria realidade. (Lacan, 1953b, p.31)

De acordo com Lacan a necessidade de um terceiro personagem que ocupe a função de um transcendente que medeie a relação dos dois sujeitos é evidente nas

estruturas elementares de parentesco, nas quais é sempre um homem que doa a mulher para outro homem. Por isso são sempre em número de três os elementos envolvidos nas relações de parentesco: relações de consaguinidade, relações de filiação e relações de aliança. Isso explica porque geralmente se apela ao complexo de Édipo para se interpretar, tornar simbólico, um fenômeno.

Embora possa parecer estranho falar de um terceiro transcendente a partir de um modelo estrutural, parece ser justamente isso que Lacan propõe ao aproximar o complexo de Édipo articulado ao tabu do incesto, às leis estruturais de parentesco tal como Lévi-Strauss as define. O terceiro é a própria estrutura, que, por sua vez, é sempre terciária. Por exemplo, conforme vimos no capítulo anterior, é o homem, podendo ser o pai ou tio (relações de consaguinidade), que concederá uma mulher a outro homem (relações de aliança) para dar continuidade à série de parentesco (relações de filiação). Esse homem que doa a mulher parece ocupar a função desse terceiro elemento que media e constitui os dois sujeitos em questão, a esposa e o marido. No entanto, esse mesmo homem somente exerce essa função pelas relações que mantém com os dois sujeitos. Por isso é a estrutura que funciona como terceiro.

Em todo caso, seja inovação ou não de Lacan, observa-se que a distinção entre imaginário e simbólico efetua-se em virtude da função desse terceiro mediador, que, para Lacan, assinala uma característica da fala enquanto simbólica. Nas palavras de Lacan:

Para que uma relação assuma seu valor simbólico é preciso haver a mediação de um terceiro personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância (Lacan, 1954, p.33).

Além disso, uma vez que o objetivo da análise é a promoção da fala plena, há, indubitavelmente, um primado da dimensão simbólica sobre a dimensão imaginária. Como destaca Philippe Julien:

Tal é a virada de 1953: à incompletude essencial da *imago* responde a completude do *sentido*. E isso se dá pelo *simbólico*, que reconcilia o universal da linguagem e o particular da fala. É por isso que o primado do simbólico repousa sobre esta *tripla* suposição: fala plena, intersubjetividade e exaustão da história do sujeito no simbólico. (Julien, 1990, p.84)

O registro real, por sua vez, é introduzido por Lacan, na Conferência, “O imaginário, o simbólico e o real”, pela evocação do aspecto temporal da ação humana, que deve ser considerado quanto à relação do simbólico com o imaginário. Em outras palavras, a dimensão temporal seria o que faz com que um objeto permaneça o mesmo, a despeito do caráter simbólico, que permite sempre a oscilação em termos opositivos, e do caráter imaginário, que lhe atribui um único valor, o de semelhante. Seria o que permanece a despeito do deslizamento simbólico e da fixidez imaginária.

O fenômeno evocado por Lacan para dar conta desta dimensão é o automatismo de repetição tal como acontece na brincadeira do neto de Freud, o *fort-da*. Para Lacan, esse jogo de ausência ou presença é compreendido como a própria estrutura simbólica, caracterizada pela lógica binária das oposições. Mas é também compreendida como uma escansão temporal. Assim, ele se pergunta: o que faz com que, ausente ou presente, o objeto seja o mesmo? O que caracteriza o humano como tal seria justamente essa dimensão de duração.

Em seguida, abordando as fases da análise, indica a dimensão real no final da análise através da noção “neutralidade benevolente”, que, aliás, considera mal denominada. Com esta expressão aborda a posição do analista como uma realização do real na análise. A neutralidade benevolente consiste em tomar todas as realidades como equivalentes, e permite ao analista conduzir a análise a um porto seguro, derrocando a transferência negativa do analisando. Segundo Lacan, esta noção parte da ideia hegeliana de que todo real é racional.

Ora, convenhamos que esta definição não esclarece nada, ou muito pouco. Solidarizamo-nos com a frustração de Serge Leclair, que na discussão da conferência pergunta a Lacan: “O senhor falou do simbólico, do imaginário. Mas havia o real, sobre o qual não falou” (Lacan, 1954, p.45).

Lacan replica que falou um pouco, e diz, de forma enigmática, que “o real é ou a totalidade ou o instante esvanecido” (Lacan, 1954, p.45). Para complementar esta afirmação tão pouco elucidativa, Lacan pelo menos indica que se trata daquilo que na experiência analítica é sempre um choque para o sujeito. É o que faz com que o diálogo analítico produza algo completamente surpreendente, tornando este “diálogo” muito mais que uma comunicação. A definição não nos é

dada, mas o problema a partir do qual o real se coloca é ilustrado por Lacan com o exemplo dos sonhos. Na análise, os sonhos, compostos como uma linguagem, integram o diálogo com o analista, e acontece que eles podem trazer a marca não apenas do sujeito, mas do analista. Em suas palavras, a questão é colocada do seguinte modo:

Um sonho no meio ou no fim da análise é uma parte do diálogo com o analista. Pois bem, como se dá que esses sonhos, e muitas outras coisas mais, a forma como o sujeito constitui seus símbolos, carreguem a marca absolutamente cativante da realidade do analista, ou seja, da pessoa do analista tal como constituída em seu ser? Como se dá que, através dessa experiência imaginária e simbólica, desemboquemos, em sua última fase, em um conhecimento limitado, mas impressionante, da estrutura do analista? (Lacan, 1954, p.45-46)

Miller (2005) esclarece que neste período do ensino de Lacan, a dimensão intersubjetiva levava a conceber que o analista, na interpretação, deveria posicionar-se como sujeito, engajar-se como pessoa, tomando a sua interpretação como fala fundadora. Posteriormente, à medida que a noção de Outro foi ganhando relevo e adquirindo a característica de um simbólico incompleto, para o qual se dirigiria o sujeito, a resposta a essa demanda do sujeito passou a ser concebida a partir da própria falta-a-ser do analista, encarnando a falta no simbólico. Seria essa, portanto, a implicação do analista que assinalaria a dimensão do real, entendido aqui como o que escapa ao simbólico, denotando sua incompletude. Miller (2005) acrescenta ainda que há uma articulação entre a interpretação a partir da falta e a ideia freudiana de construção em análise, segundo a qual o recalcado, quando não pode retorna via analisando, retorna via analista. Ao invés de uma comunicação inconsciente, trata-se de uma estrutura lógica que faz ouvir do analista o que não pode ser dito pelo sujeito. Nesse efeito de retorno invertido da mensagem, o analista não responde como um sujeito que se funda na fala, mas antes como um “lugar de eco”, ou seja, como um meio através do qual o sujeito escuta tanto os sons de sua própria fala quanto as consequências dela. Contudo, se o analista não se implica aí como sujeito que se funda na fala fundadora, nem por isso sua resposta deixa de ser um ato:

Pode-se dizer que esse é o ato da interpretação, caso haja um, que consiste em fazer ato. E, desse modo, propiciar ao sujeito a oportunidade de escutar os fonemas que

produziu, desmentir, ou, eventualmente, tomar distância do sentido daquilo que disse. De qualquer forma, isso abre, na fala, um espaço novo para o som e para o sentido (Miller, 2005, p.40)

Veremos no capítulo seguinte de que maneira a noção de fala plena, que visaria promover o advento do significado recalcado, foi abandonada em prol da disjunção inerradicável entre significado e significante, sem, com isso, deixar de lado o endereçamento da fala e o poder discricionário do ouvinte, substituído agora pela noção de Outro barrado. Do mesmo modo, o caráter fundador da fala não será de todo dispensado na noção de simbólico, que apesar de passar a ser pensado como incompleto conservará seu caráter performativo.

De acordo com Rudge (1998), os impasses ocasionados nessa primeira fase do ensino de Lacan e a dificuldade de conceituar o registro do real - aliás, dificuldade que se manifesta também na próxima fase - derivam da pouca consideração concedida à noção de pulsão, que só será plenamente resgatada muitos anos depois, por volta de 1964.

Por enquanto, cumpre apenas assinalar que a dificuldade em definir a noção de real nesse período inicial do ensino de Lacan deriva da restrição da pulsão ao âmbito do imaginário, que se apresenta apenas como obstáculo à análise, cujo objetivo é a promoção da fala plena. Se Lacan assinala que a interpretação não deve incidir sobre o imaginário é porque neste registro a dimensão econômica se mostra presente, por ser o “eu” instância imaginária e reservatório da libido. Por isso, Miller (2000), em um artigo sobre as diferentes concepções de gozo no ensino de Lacan, esclarece que a satisfação admitida nesta fase restringe-se a uma satisfação semântica, ou seja, satisfação da ordem simbólica, da ordem da linguagem e da fala, advinda do reconhecimento do Outro. Com isso, a satisfação pulsional propriamente dita é relegada à ordem imaginária, e reduzida a obstáculo da análise. Somente a promoção da fala plena ultrapassaria a inércia imaginária e acederia à ordem da verdade. Uma dicotomia se instaura entre satisfação imaginária, do lado da ordem da realidade, e satisfação simbólica, do lado da ordem da verdade. Em outros termos, opera-se uma dicotomia entre gozo e verdade, que somente será superada, no *Seminário 17*, conforme veremos mais adiante.

Portanto, a dificuldade em conceituar o real é solidária da redução da pulsão à dimensão imaginária, culminando na extrema valorização do simbólico como capaz de promover a fala plena. Fala plena possibilitada pela instauração da dimensão simbólica, concebida de forma tão otimista a ponto de assemelhar-se à perspectiva fenomenológica, por devolver ao sujeito do inconsciente quase uma “consciência de si” através da relação com o outro. O resgate do verdadeiro significado, que deixará de ser recalcado através da relação com o outro, possibilitado pela dialética intersubjetiva daria a esperança de ver realizada essa ficção.

## 4

**APROPRIAÇÃO DO ESTRUTURALISMO EM LACAN**

É muito difundida a ideia de que a denominada fase estruturalista de Lacan se inicia em 1957 com o artigo “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. De fato, em nenhuma outra obra de Lacan a incidência da linguística estrutural em seu ensino é explicitada de forma mais clara do que neste texto, que, aliás, fora encomendado para integrar uma revista de ciências humanas. Contudo, a maioria das noções nela desenvolvidas com mais rigor já se apresentava na primeira fase de seu ensino. Mais curioso ainda é notar que, alguns poucos anos antes, Lacan, no “Seminário 3 – As psicoses” (1955-1956), havia extraído da clínica da psicose questões que indicam um modo específico de funcionamento da linguagem nas manifestações inconscientes. Portanto, antes de abordarmos seu texto considerado o mais estruturalista, gostaríamos de determos às questões clínicas que parecem ter conduzido Lacan a este tema. Em contraposição à aridez teórica que atravessa *Instância da letra*, veremos que, em sua abordagem das psicoses, Lacan é levado a recorrer a noções remetidas à instância discursiva, à atualização concreta do ato de fala, o que se faz necessário quando a clínica é o interesse principal.

Certamente, desde 1953, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, a ênfase na dimensão da linguagem e nos seus aspectos estruturais já estava presente, justificada como um “retorno a Freud” – como uma tentativa de resgatar o mais primordial na obra freudiana. No entanto, em 1957, a incidência da linguística estrutural ganha mais relevo. O que pretendemos demarcar é que entre 1953 e 1957, Lacan, em 1955, dedica um ano de seu seminário ao estudo da psicose, onde a dimensão da linguagem ocupa um lugar central, tanto na hipótese causal de explicação da psicose quanto na análise de seus fenômenos elementares. Cremos que esta passagem de Lacan pela clínica da psicose não é sem consequências para as formulações apresentadas em *Instância da letra*.

A fim de examinar um pouco a atuação da linguagem na psicose, apresentaremos de forma breve e resumida as principais relações do sujeito com a linguagem, evidenciadas mais na psicose do que na neurose, pois, conforme Freud

indicara, a organização psíquica é como a de um cristal, quebra-se nos pontos frágeis já existentes da estrutura. A noção de foraclusão e alguns dos fenômenos elementares da psicose, como a alucinação verbal, serão apresentados. Em seguida, veremos as transformações que Lacan imprimiu no modelo estruturalista de linguagem para dar conta da experiência da psicanálise.

## 4.1

### A Linguagem na Psicose

#### 4.1.1

##### A Foraclusão

A noção de foraclusão enquanto hipótese causal remete à causalidade significante na psicose, demarcando que tanto na neurose quanto na psicose o sujeito se constitui em relação ao significante. Portanto, esta noção assinala a emergência da linguagem não no nível fenomenal da psicose, mas em sua razão de ser mesma (Soler, 2007).

Nas formulações de Lacan da época do “Seminário 3 – As psicoses” (1955-1956) e do texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), o conceito de foraclusão é definido como um processo que resulta na ausência de um significante primordial, o significante Nome-do-Pai, que viria dar ao sujeito uma significação fálica através de uma metáfora dada quanto ao desejo da mãe.

Em outras palavras, para compreender esta operação, somos levados a supor um momento em que a criança estaria totalmente alienada ao desejo da mãe, identificada ao objeto de desejo da mãe, ao falo. Este momento seria seguido por um outro em que a mãe passa a ser percebida como portadora de um desejo referido a um terceiro, o pai. A criança é levada a se interrogar sobre o que ela precisa ser para atender ao desejo da mãe. Depois, em um último momento, segundo Homer (2005), a dialética de ser o falo é substituída por ter o falo. A criança percebe que o falo, o objeto que viria atender ao desejo da mãe, é apenas um significante.

É a intervenção de um significante chamado Nome-do-Pai - que confere um sentido ao desejo da mãe através da introdução do desejo de um terceiro, o pai, no mito de Édipo – que possibilita ao sujeito confrontar-se com a castração, ou seja, compreender que o falo, significante do desejo da mãe, não é alguma coisa que ele ou o pai poderiam ser, mas, antes, é um significante que alguns têm e podem perdê-lo e outros não têm e podem um dia ter. Somente por meio da crença de que existe um terceiro que tem o falo e pode atender ao desejo da mãe, é possível ao sujeito ganhar alguma significação – denominada significação fálica. Significação fálica enquanto confronto com o fato de que o falo é um significante, algo que pode vir a faltar.

Esse significante especial, que produz a significação fálica, realiza, portanto, a operação de metáfora, denominada de metáfora paterna, assim formulada por Lacan:

$$\frac{\text{Nome-do-pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado do sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-pai} \left( \frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right)$$

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), resumindo as principais teses desenvolvidas no *Seminário 3* (1955-56) sobre as psicoses, Lacan elabora o conceito de forclusão do significante Nome-do-Pai a partir da *Verwerfung*, rejeição, de que Freud fala como uma operação que caracteriza a psicose e fundamenta a alucinação do Homem dos Lobos.

Neste texto, Lacan busca encontrar nos textos freudianos um termo que exprima uma função do inconsciente distinta do recalcado, a fim de dar conta do fenômeno da psicose - ou seja, que se refira não a uma presença do significante no Outro, vedada ao sujeito, em estado recalcado (*verdrängt*), que insiste em se representar no significado através do automatismo da repetição. Para ele, esse termo é *Verwerfung* e se articula com a ausência da simbolização primordial, a *Bejahung*.

Ainda neste texto, Lacan esclarece que a *Bejahung* é postulada por Freud (1925) como precedente necessário da negação, *Verneinung*, operação que busca negar um significante que acaba por se confessar na experiência analítica, como

no exemplo de Freud: “O senhor está pensando que é minha mãe, mas não é minha mãe”.

Quinet (2006) destaca que o termo *Verwerfung*, forclusão, já havia sido evocado por Lacan antes mesmo dos trabalhos sobre a psicose, em “Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung*” (1954). Neste texto, evidencia-se que o mecanismo da psicose, a forclusão, designa uma negação ainda mais radical que a *Verneinung*, pois enquanto esta nega, mas ao mesmo tempo afirma a *Bejahung*, afirmação primordial, a *Verwerfung*, ao contrário, negaria a própria afirmação primordial, se opondo a ela.

Assim, se a *Verwerfung* não se refere nem ao recalcado, nem à negação, uma vez que sua condição, a *Bejahung*, estaria ausente, o que se passa neste fenômeno?

A este problema se acresce outro, pois, conforme assinala Rudge (1998), o processo que se opõe à simbolização primordial (*Bejahung*) no texto freudiano não seria *Verwerfung*, mas *Ausstossung*, expulsão fundamental que inaugura a constituição do sujeito. É a expulsão de um significante do espaço simbólico para o real que permite a própria constituição do real. Em um primeiro momento, há uma expulsão, pela qual se constitui o real como o que não está abrangido pela *Bejahung*. Em seguida, através da negação, *Verneinung*, o real é reencontrado através do juízo de existência, que instaura a distinção entre discurso e real. Essa é a operação de *Ausstossung*. O que ocorreria na psicose seria a expulsão de um significante sem a fundação do real, pois a *Verneinung* não operaria, deixando o sujeito entregue à linguagem sem distingui-la do real. Portanto, a forclusão da psicose não equivale à expulsão primordial.

Assim, a ausência da simbolização primordial não designa nem a expulsão primordial, nem permite o advento do recalque ou da negação. E parece ser devida a uma falha na introdução do juízo de existência, da *Verneinung*.

Sem adentrar muito nesta distinção freudiana, Lacan introduz, então, sua elaboração da forclusão, que foi inspirada na *Verwerfung* freudiana, mas que a ultrapassa. Lacan parte da noção de um significante chamado Nome-do-Pai, que possibilitaria ao sujeito inscrever-se em uma significação fálica, ou seja, adquirir uma significação que lhe permitisse se situar na divisão entre os sexos, ou ainda, se posicionar diante da castração por meio da saída do complexo de Édipo. Em suas palavras:

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como *forclusão* do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pois pode responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica (Lacan, 1957a, p.564).

Este significante que por sua ausência impede a operação de metáfora funciona como um S1 que viria dar sentido a um  $x$  em relação a um S2, que nesta situação seria o desejo da mãe, enquanto esse  $x$ , após a operação da metáfora paterna, torna-se a significação fálica. A operação de metáfora se efetua pela substituição na cadeia significante de um significante que é elidido por outro significante. Essa fórmula geral da metáfora se aplica à metáfora paterna: “Isso se aplica, assim, à metáfora do Nome-do-Pai, ou seja, à metáfora que coloca esse Nome em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação de ausência da mãe” (Lacan, 1957a, p.563).

Deste modo, podemos entender a introdução da metáfora paterna como a própria instauração do complexo de Édipo com a castração que lhe é inerente, inaugurando a ordem simbólica. É o que Lacan, no *Seminário 3* esclarece:

O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária, conflituosa, incestuosa nela mesma, está destinada ao conflito e à ruína. Para que o ser humano possa estabelecer a relação mais natural, aquela do macho com a fêmea, é preciso que intervenha um terceiro, que seja a imagem de alguma coisa de bem sucedido, o modelo de uma harmonia. Não é demais dizer – é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai. (Lacan, 1955-1956, p.114)

O resultado dessa operação simbólica é a significação fálica, o que justamente falta na psicose em virtude da ausência da metáfora paterna. Uma vez que na psicose uma parte da simbolização primitiva (*Bejahung*) não se efetua, sendo rejeitado no real algo de primordial quanto ao ser do sujeito, este permanece preso, ora à perda de sentido, ora à univocidade do sentido. A polissemia de sentido e a equivocidade da cadeia significante, enquanto destinos possíveis da *Bejahung*, não se manifestam na psicose. A *Verdichtung*, ou seja, a lei do mal-entendido - o que permite que ao participar da fala o sujeito possa

assumir diversas posições e receber variados sentidos – não é um destino possível para o que sofreu uma rejeição (*Verwerfung*).

Em lugar da significação fálica o que surge no fenômeno psicótico:

É a emergência na realidade de uma significação enorme que não se parece com nada – e isso, na medida em que não se pode ligá-la a nada, já que ela jamais entrou no sistema da simbolização – mas que pode, em certas condições, ameaçar todo o edifício (Lacan, 1955-1956, p.102).

Esta significação que, segundo Lacan, não vem de parte alguma, nem remete a nada – ou seja, não entra na cadeia significante ou na dialética simbólica, funcionando como um puro signo cujo sentido independeria da articulação com os outros signos – porta, no entanto, uma significação essencial para o sujeito.

Então Lacan se pergunta sobre o que se passa com o sujeito no momento em que o que não é simbolizado reaparece no real, e observa que o sujeito responde pela via imaginária:

(...) acontece apenas que, quando, em condições especiais que deverão ser precisadas, alguma coisa aparece no mundo exterior que não foi primitivamente simbolizada, o sujeito se vê absolutamente desarmado, (...). O que se produz então tem o caráter de ser absolutamente excluído do compromisso simbolizante da neurose, e se traduz em outro registro, por uma verdadeira reação em cadeia ao nível imaginário, (...). (Lacan, 1955-1956, p.104)

Lacan prossegue esclarecendo que, como o sujeito não pode estabelecer um pacto com o outro e fazer uma mediação simbólica entre ele e o que é o novo, ele utiliza um modo de mediação completamente diferente. A mediação simbólica é substituída por uma proliferação imaginária, que, ainda assim, é uma mediação possível, embora deformada. O próprio significante sofre profundos remanejamentos, mas Lacan, no entanto, assinala a insistência significante no mundo imaginário.

Em consequência dessa resposta no plano imaginário, a relação do sujeito com o mundo passa a ser em espelho, como se pode ver no delírio de Schreber, onde ele e Deus formam um duplo, oferecendo sua imagem invertida. Para Lacan, importa notar que esta tentativa de integrar o que surge no real pela via imaginária através do delírio é, sobretudo, uma exigência de ordem simbólica. O delírio seria resultado dessa exigência simbólica que demanda a integração de alguma coisa do

sujeito que ele mesmo nunca simbolizou, que nunca foi colocada no movimento dialético da história de vida do sujeito, e que, por ser impossível de ser atendida, acarreta uma desagregação em cadeia. Contudo, a despeito deste caráter decomposto do imaginário, Lacan salienta que: “Um delírio não é forçosamente sem relação com um discurso normal, e o sujeito é bem capaz de nos participar, e de satisfazer com isso, no interior de um mundo em que toda comunicação não foi rompida” (Lacan, 1955-1956, p.105).

O delírio geralmente é considerado uma tentativa de cura e, de fato, Lacan não ignora que o sujeito sente-se muito mais calmo no momento de estabilização do delírio do que no de sua eclosão. Deixa em aberto a questão: “Seria uma cura, ou não?” (Lacan, 1955-1956, p.103). Esclarece que é uma questão que só pode ser posta de modo abusivo, já que somente de modo abusivo se pode falar em “cura”.

Segundo Soler (2007), Schreber teria construído através de seu delírio uma metáfora delirante (“ser a mulher de Deus”) em resposta à significação fálica que lhe faltou no momento em que teria que responder a uma interpelação simbólica (ser nomeado Presidente do Tribunal). Ao mesmo tempo, “ser a mulher de Deus e dar origem a uma nova humanidade” dava sentido à sua intuição delirante desencadeadora do delírio, a saber, a ideia que lhe acometeu certo dia ao acordar de que “seria belo ser uma mulher durante o coito”.

A construção de uma metáfora delirante como uma tentativa de cura que produz alguma estabilização para o sujeito psicótico permite que se pressuponha uma falha na simbolização como hipótese causal da etiologia da psicose. Portanto, tanto o mecanismo que produz a psicose quanto suas manifestações e tentativas de cura se situam seguramente no âmbito da linguagem. No entanto, uma vez que a incidência da linguagem no sujeito psicótico se efetua de maneira bem particular, uma das consequências da forclusão é que, devido à falta desse significante primordial, o registro real emerge em sua dimensão mais radical, dando origem às mais variadas anomalias da linguagem.

#### **4.1.2**

##### **A Alucinação Verbal**

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957), Lacan inicia seu percurso “Rumo a Freud”, oferecendo uma definição da

alucinação através de propriedades intrínsecas à linguagem, a fim de contrapor-se à tese clássica segundo a qual a alucinação seria uma percepção sem objeto.

Esta definição tradicional defendida seja pela psiquiatria da época, seja por aquilo que ele denomina de psicologia metafísica, sustenta-se na crença metafísica de que as palavras correspondem às coisas, o que em psicologia redundaria na crença de que nossa percepção é uma operação que unifica os dados sensoriais formando o percebido. O sujeito seria o agente dessa operação de percepção, denominado *percepiens*. Ele realizaria a síntese psíquica dos dados sensoriais (*sensorium*), formando o objeto percebido (*perceptum*) em conformidade com o objeto que se apresenta na realidade. A alucinação seria, portanto, produto de um erro perceptivo, pois o objeto percebido não corresponderia à realidade.

Lacan denuncia que essa função de síntese psíquica compõe uma das funções imaginárias do “eu”. O próprio eu é uma unidade imaginária que se pensa como unificante dos dados da realidade, que pressupõe ser o agente da percepção, aquele que efetua a síntese psíquica. Uma vez que a função de síntese psíquica atrela-se ao domínio imaginário, Lacan não se interroga acerca de um possível distúrbio de uma função que é apenas imaginária. A alucinação não deve ser avaliada em termos de verdade enquanto adequação do percepto à realidade, mas passa a ser pensada, por Lacan, a partir da dimensão da fala.

Segundo Lacan:

(...) em nome do fato manifesto de que uma alucinação é um *perceptum* sem objeto, essas posições contentam-se em pedir ao *percepiens* justificativa desse *perceptum*, sem que ninguém se dê conta de que, nesse pedido, um tempo é saltado: o de interrogar se o *perceptum* em si deixa um sentido unívoco no *percepiens* aqui requisitado a explicá-lo. (Lacan, 1957a, p.538)

A ausência de univocidade do percepto revela-se no paradoxo que se apresenta quando o sujeito ouve alguém falar ou mesmo quando se ouve falando, indicando que ele é muito mais paciente dessa percepção singular do que agente da percepção.

Lacan esclarece que, ao ouvir o outro falar, o sujeito é passível de sucumbir à sugestão do outro – a não ser que tome a fala do outro como porta-voz de um discurso que não é dele. Este paradoxo também aparece na relação do sujeito com

sua própria fala, pois como não se pode falar sem se ouvir e não se pode ouvir-se sem se dividir, também quando ele fala, ele se divide.

Não se trata mais de indagar se o objeto percebido corresponde aos dados sensoriais, ao objeto na realidade, mas antes de se perguntar sobre a posição que o sujeito assume diante do percebido, diante daquilo que ele ouve.

Portanto, ao considerar que a dimensão da fala inaugura um tipo de síntese subjetiva, que de modo algum equivale a uma síntese da qual o sujeito seria o agente, formando um percebido correspondente aos dados sensoriais, a alucinação passa a ser concebida de outra maneira: a partir das propriedades da cadeia significativa que constituem o percebido (a fala escutada).

Por meio desta ideia, Lacan (1957a, pp.539-540), extrai os três principais aspectos da alucinação:

1º - a cadeia significativa se impõe por si ao sujeito em sua dimensão de voz;

2º - a cadeia significativa assume como tal uma realidade proporcional ao tempo que sua atribuição subjetiva comporta; ou seja, a cadeia significativa somente produz alguma significação ao identificar seu agente. É preciso saber quem está falando a frase para saber o que está sendo falado.

3º - a estrutura da cadeia significativa, por ser significativa, é determinante nessa atribuição subjetiva, que é distributiva – com diversas vozes. Uma vez que é distributiva a atribuição subjetiva da cadeia significativa, esta pode receber vários agentes. A atribuição subjetiva da cadeia é rotativa, o que quer dizer que o agente da cadeia pode ser ora aquele que fala (eu), ora aquele que ouve (tu), ora aquele de quem se fala (ele). Então, o caráter distributivo da atribuição subjetiva da cadeia significativa torna a ideia do *percepiens* pretensamente unificante um equívoco. É a cadeia significativa que designa seu agente, posição que pode ou não ser ocupada pelo sujeito.

Lacan ilustra a ação desse caráter distributivo da atribuição subjetiva da cadeia significativa na alucinação por meio do exemplo célebre da alucinação verbal “Porca”, apresentada primeiramente no *Seminário 3*. Ele descobre no relato da paciente que, antes de ter ouvido o insulto “porca”, ela havia pensado “estou vindo do salsicheiro”. Assim, ele reconstrói a cadeia significativa completa de onde adveio a injúria: a frase pensada e não assumida pela paciente: “Porca, eu venho do salsicheiro”. “Porca” então é a palavra arrancada da cadeia significativa e atribuída ao outro, ao vizinho, na distribuição de designação subjetiva.

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957a), Lacan indaga a quem alude esta frase. Conclui que o “Eu” como sujeito

da frase em estilo direto deixara em suspenso, em conformidade com sua chamada função de *shifter* na linguística, a designação do sujeito falante (Lacan, 1957a, p.541). Conforme vimos no capítulo primeiro, a noção de *shifter* designa a função que alguns pronomes e advérbios desempenham em uma frase, indicando a referência no contexto discursivo. Para Jakobson (1963), o *shifter* se insere nas relações do código sobre a mensagem. O *shifter* “eu” compõe uma classe de palavras cujo sentido somente pode ser apreendido em recorrência ao ato de enunciação, podendo designar diversas pessoas, uma vez que em cada situação concreta de fala pode ser ocupado por diferentes pessoas. Assim, Lacan (1957a) situa a alucinação nos fenômenos de mensagem.

No caso da alucinação verbal, o sujeito se recusa a ocupar a agência da fala, o lugar indicado pelo *shifter* Eu, por isso atribui a enunciação de “porca” a outra pessoa, ao vizinho. Consequentemente, Lacan arremata: “É assim que o discurso vem a realizar sua intenção de rejeição na alucinação” (Lacan, 1957a, p.541).

É neste sentido que a noção de “distribuição de atribuição subjetiva” da cadeia significante ocupa um lugar relevante na conceituação da alucinação verbal. Essa noção consiste na propriedade que a cadeia significante possui de designar um lugar para o sujeito. Como a atribuição subjetiva dada pela cadeia não é de forma alguma unívoca, mas distributiva, a cadeia significante pode designar vários lugares subjetivos, e o sujeito se posiciona em relação a eles.

Na alucinação verbal, algo ocorre que o sujeito não assume um significante da cadeia e o atribui ao outro, não se colocando como agente da enunciação. Lacan (1955-1956) esclarece que essa quebra da cadeia significante, que retira dela uma palavra, dá-se devido à carga libidinal da palavra “porca”, que possui um valor especial na história da paciente. Na história relatada da paciente, que tinha sido casada com um salsicheiro cuja família era também desse ramo, aparecia a fantasia, relacionada ao corpo fragmentado da psicose, de ser cortada em rodelinhas. O significante “porca” era, portanto, investido libidinalmente. Por isso, esse significante aparece como insuportável de ser admitido pela paciente como pertencente à frase completa pensada por ela; o que culminou na colocação em ação desse processo de defesa específico da psicose. Nenhum significante especial poderia vir a dar conta desse significante carregado de libido; ela, então, o exclui da cadeia significante, e o atribui ao outro. Na psicose, a atribuição

subjativa da cadeia é distribuída de modo que o sujeito não se coloque como o agente da fala do significante conflituoso.

A consideração dessa propriedade da cadeia significante em designar uma posição para o sujeito apela a uma linguística que não pode deixar de levar em conta o fato de que “todo discurso comporta fundamentalmente menções, que todo discurso é, neste sentido, indireto, que não existe discurso sem que, na própria enunciação, o sujeito não esteja recuado, e não se organize, não tome posição em relação àquilo que diz” (Miller, 1989, p.33). A distinção entre enunciado e enunciação é disso testemunha. Há sempre o enunciado - o que é dito -, e a enunciação - a posição subjetiva que o sujeito ocupa em relação ao que diz.

Assim, a noção de distribuição de atribuição subjetiva, que permite que o lugar de agente da fala possa ser designado de diversas formas, dá lugar para a posição do sujeito no ato de fala. Na alucinação verbal, a posição subjetiva do falante diante da cadeia significante consistiu em não se assumir como agente da fala, uma vez que certos significantes foram atribuídos a um outro.

Evidencia-se que o sujeito, embora não seja o agente da percepção, não se confundindo com o *percipiens*, ainda assim se posiciona diante do *perceptum*. Seu posicionamento é indicado pela propriedade da cadeia significante em realizar a atribuição subjetiva através dos designadores, ou seja, dos *shifters*. Contudo, como na psicose a inserção do sujeito na cadeia significante é problemática pela ausência do significante primordial, ocorre que o sujeito não se coloca na posição atribuída pela cadeia. Na alucinação, ele se posiciona de modo a não se colocar como agente de certos significantes que compõem aquilo mesmo que ele pensou, que ele ouviu dele mesmo.

Contudo, há de se ressaltar que definir a alucinação por meio de uma propriedade intrínseca à cadeia significante não implica uma conceituação inteiramente desvinculada da realidade – como se poderia ingenuamente depreender da crítica de Lacan à definição clássica de alucinação – nem tampouco reduz o fenômeno a uma manifestação estritamente linguística - pois se há uma propriedade da cadeia que permite ao sujeito se identificar ao *shifter* “eu”, há também espaço para a decisão do sujeito em ocupar ou não esse lugar, ainda que seja ao preço de não se adequar à instância discursiva, à situação concreta do ato de fala.

Ao se posicionar diante da cadeia significante ouvida de si mesmo, o sujeito somente atribui o significante rejeitado a um outro ao se remeter à situação concreta de fala, que comporta uma referência. Por isso, nos fenômenos psicóticos a referência opera de modo anômalo, pois atos, sintomas e manifestações do sujeito não são isolados da realidade discursiva, ou seja, do contexto do ato de fala.

### 4.1.3

#### Alguns Fenômenos da Psicose

As frases interrompidas são fenômenos recorrentes nas psicoses. Aos significantes que emergem nessas frases não se concede significação alguma, o que, paradoxalmente, faz com que o sujeito tenha certeza de que significam algo. A lógica contra-intuitiva que se apresenta é a seguinte: quanto menos isso significa, mais significa.

Há nessas experiências uma antecipação da significação, uma certeza de que “isso significa” sem que a significação tenha ocorrido, uma vez que a mera propriedade significante é suficiente para evocar a intenção de significação. Mas, então, se esta é uma característica geral da ordem significante, por que seria essa uma experiência própria da psicose?

Em “O inconsciente a céu aberto da psicose” (2007), Colette Soler aborda a experiência enigmática que o sujeito psicótico experimenta diante de significantes que o levam a pressupor uma significação da significação, que não designa nada mais que uma significação indeterminada.

Segundo Soler (2007), isso ocorre na psicose porque a ausência do significante que possibilita a metáfora paterna não permite o bastear da significação, o que ocasiona o vazio da significação. Devido à propriedade significante de evocar a significação, ocorre este curioso fenômeno, que evidencia que o vazio de significação é diretamente proporcional à certeza de significação.

Este fenômeno, para Lacan (1957a), se situa no nível das relações do código com ele mesmo. Conforme vimos no capítulo primeiro desta tese, Jakobson estabelece uma distinção análoga à distinção saussuriana entre língua e fala: a distinção entre o código e a mensagem. A mensagem e o código que lhe é

subjacente são os suportes da comunicação discursiva. Enquanto a mensagem diz respeito àquilo que é dito, o código consiste no conjunto de signos e regras que constituem a linguagem. As relações entre código e mensagem são de quatro tipos: código sobre o código, mensagem sobre a mensagem, código sobre a mensagem e mensagem sobre o código.

É no plano do remetimento do código ao próprio código que Lacan (1957a) situa este fenômeno de antecipação da significação. Outro caso é a “língua fundamental” de Schreber, assim como os nomes próprios o são para Jakobson, bem como os neologismos. Nesses casos, a palavra não possui uma significação comum compartilhada e convencionada pelo código geral da língua, pois ela mesma funciona como um código. Na língua fundamental de Schreber, as palavras são definidas pelas relações que elas mesmas enunciam, não pela relação com outras palavras. Os raios divinos do qual emanam as vozes que falam com Schreber são entificações das palavras que os sustentam, ou seja, das próprias vozes: o que as vozes formulam como “Não se esqueça de que a natureza dos raios é que eles devem falar” (Lacan, 1957a, p.544). E quanto mais as vozes enunciam palavras vazias, mais se supõe que estas palavras possuem importante significação na língua fundamental. Nas palavras de Lacan:

O curioso nesse caso é que, à medida mesma em que, para o sujeito, essa alta tensão do significante decresce, isto é, que as alucinações reduzem-se a ritornelos, a cantilenas cujo vazio é imputado a seres sem inteligência nem personalidade, até mesmo francamente apagados do registro do ser, é nessa mesma medida, dizemos, que as vozes se referem à *Seelenauffassung*, à concepção-das-almas (segundo a língua fundamental). (Lacan, 1957a, p.545)

Se na neurose, no lugar desse vazio, viriam significantes, cujo deslizar infinito poderia ser detido pela intervenção de um significante especial que operaria um ponto de basta; na psicose, no lugar desse vazio vem a certeza enigmática, irreduzível à equivocidade da cadeia significante.

Soler (2007) assim resume esta experiência:

A definição do fenômeno é clara: conversão de uma negatividade em positividade, que instaura graus no acesso à significação e implica uma temporalidade: ali onde, a princípio, no tempo um e no primeiro grau – ali onde, repito, no primeiro grau, ficava a falta, o vazio de significação, ou seja, simplesmente a impossibilidade de responder à pergunta “que significa isso?”, ali surge o que não é vazio, porém

certeza, certeza de que isso tem significação, inerente ao significante (Soler, 2007, p.101)

A incidência da dimensão significante nesta experiência enigmática viria, nesta perspectiva, demonstrar seu pertencimento ao nível do código, ainda que de forma isolada, de certa forma “alheia” à dimensão da mensagem, do “fecho da significação”. Isso porque é o ponto de basta, ausente na psicose, que permite a passagem do plano do código para o plano da mensagem, na medida em que a operação efetuada pelo ponto de basta situa o sujeito no campo simbólico (lhe dá uma significação fálica, inserindo-o no desejo do Outro). Uma vez que o plano da mensagem implica a situação discursiva na qual o sujeito se implica em um ato de fala, se este sujeito não estiver simbolicamente inserido, sofrerá muitas dificuldades em remeter-se ao plano da mensagem. Por isso, a autonomia significante se revela em vários fenômenos da psicose, nos esclarecendo acerca do caráter provisório do sentido ou da significação.

Duas experiências são apontadas por Lacan para ilustrar esta antecipação que se dá no nível do código: os neologismos da língua fundamental de Schreber e as mensagens interrompidas, ouvidas por Schreber de forma incompleta, a que ele se dedicava a completar – ambas adviriam de uma ruptura na significação. Estas duas modalidades são duas faces do vazio da significação e diferenciam-se do xingamento alucinado, como o “porca” em que o paranóico ouve ressoar a significação de seu ser. Soler (2007) adverte que o que se passa é algo bem diferente:

Ao contrário, elidem a “resposta do percepto”, mas não têm menos valor para o significante no real, ou seja, o significante sozinho, fora da cadeia, privado do S2 que geraria a significação. Longe de o significante ficar empobrecido por essa elisão, ele sai ganhando, ao contrário, por ser lastrear na certeza, no “assentimento” que “todo significante, uma vez percebido”, suscita no *percipiens* (...) (Soler, 2007, p.103).

Seria a intuição delirante que Schreber sofreu momentos antes do desencadeamento de seu surto, ao acordar pensando que seria belo ser uma mulher durante o coito, uma experiência enigmática desse tipo? Em caso afirmativo, a estabilização promovida pelo delírio, enquanto tentativa de cura, seria uma tentativa de fugir dessa certeza de significação, vazia de significação, fazendo uso de um significante que opere um ponto de basta. A metáfora delirante ocuparia justamente essa função, como uma resposta à experiência enigmática de significação.

Em suma, a experiência dessa significação enigmática na psicose expressa uma exigência da cadeia significante, a significação, mas somente enquanto referida a uma situação bem particular: quando um dos significantes da cadeia se rompe e é projetado no real. As frases interrompidas seriam significantes assim isolados que apareceriam no real, mas que ao invés de encerrarem algum significado, como no caso das injúrias alucinadas, lançam o sujeito nesta certeza de significação dada por uma antecipação da significação. São, deste modo, experiências próprias à psicose:

De qualquer modo, convém ressaltar que a forclusão, como falta do significante que permite o bastear da significação, condiciona o aparecimento do significante no real, não reduz – longe disso – a instância da significação. Ao contrário, ela a liberta, vez por outra deixando surgir seu “vislumbre” até “na própria superfície do real” (Soler, 2007, p.104).

Se a hipótese causal das manifestações sintomáticas da psicose resulta do modo particular pelo qual a estrutura significante incide no sujeito, vemos que as instâncias discursivas, como na alucinação verbal, têm que ser levadas em conta e que comportam algumas “anomalias” que se localizam na relação que o sujeito entretém com a referência, e com a relação que estabelece com os outros sujeitos em uma situação discursiva.

Se Lacan (1957a) sustenta sua definição de alucinação verbal em propriedades intrínsecas à cadeia significante, a fim de contrapor-se à tese realista segundo a qual a alucinação consiste em uma inadequação do objeto percebido ao objeto na realidade, vemos que nem por isso as manifestações da psicose deixam de se revelarem nas relações particulares que o sujeito trava com os outros. Embora a realidade seja chamada à título de realidade discursiva, em virtude da necessidade de apontar a função fundamental que o *shifter* desempenha na alucinação verbal, a questão da referência é colocada. Certamente, não se trata de uma referência absoluta, inteiramente apreensível na realidade, como pensava o positivismo lógico. Como vimos no capítulo primeiro, o positivismo lógico, por conceber a referência como um dado que poderia ser verificado na realidade, excluía as proposições que continham os dêiticos, ou seja, aquela classe de palavras que remete à instância de discurso, à situação concreta do ato de fala. São essas palavras designadores, ou *shifters*, tais como “eu”, “aqui”, “agora”. Como

assinalam Martins, Costa & Mourão (1997), com a introdução dessas noções, a referência deixa de ser pensada apenas como absoluta, passando a ser também relativa, pois pode depender exclusivamente de seu uso em um contexto restrito. De acordo com o contexto, essas palavras irão se referir a diferentes objetos. De acordo com os autores, a teoria de Jakobson sobre a circularidade dos polos do código e da mensagem, apresentada também no capítulo inicial de nosso trabalho, dissolve a dicotomia referência absoluta/referência relativa, por reuni-las no modo de funcionamento da linguagem.

É interessante notar que, embora Lacan defina a psicose pela estrutura da linguagem, nem por isso negligencia o âmbito do discurso, da situação particular do ato de fala. Em verdade, não poderia ser de outro modo. A noção de que a psicose resulta da ausência de um significante primordial, que poderia através de uma metáfora dar uma significação ao sujeito, é inseparável da ideia de que esse modo de constituição do sujeito pela linguagem se reflete na relação concreta que ele mantém com seus semelhantes. Prova disso é que, na psicose, a ausência desse significante especial levará o sujeito a se relacionar com os outros de forma inteiramente diferente da neurose:

Que significante foi portanto chamado, cuja falta produziu um tal transtorno num homem que até ali estava perfeitamente conformado ao aparelho da linguagem, na medida em que estabelece a relação corrente com seus semelhantes? A ausência de que significante pode explicar que a repetição da fala se torne para ele o modo de relação eletivo com um outro, que a alteridade seja reduzida ao registro único da alteridade absoluta, quebrando, dissipando a alteridade de todos os seres de seu meio (Lacan, 1955-56, p.319, grifo meu)

Na paranóia, por exemplo, a alteridade fica comprometida, o que se reflete na dificuldade que o sujeito encontra em se colocar em relação aos *shifters* pronominais. A identificação ao *shifter* “eu” não se estabelece de forma sólida, e também a identificação do *shifter* “tu” ao interlocutor a quem se refere torna-se vaga. A instância “tu” é então substituída por “eles”. A indeterminação assinala aí a alteridade absoluta em que o sujeito se encontra, visto que não pode mais referir-se a um interlocutor, a um “tu”. Em lugar de uma alteridade que viria assegurar ao sujeito sua inserção em um vínculo social, surge uma alteridade impessoal, totalmente estranha a ele e que o persegue. Martins & Costa (2003)

demonstram em um artigo intitulado “Quem são eles” como os *shifters* operam de modo anômalo na paranóia, através da análise de “O processo” de Kafka.

O processo de referência fica comprometido na psicose, o que se articula à utilização peculiar dos *shifters* - pronomes pessoais, mas também pronomes demonstrativos e advérbios de tempo e lugar. Martins, Costa & Mourão (1997) destacam que os trabalhos de Jakobson sobre a circularidade do código e da mensagem, que inserem a questão da referência no âmbito linguístico, permitem a abordagem dos distúrbios de referência presentes na esquizofrenia, a partir da noção de anáfora. As anáforas são recursos da linguagem que possibilitam a referência a um outro segmento do mesmo discurso. Por exemplo: “Pedro foi à feira, mas ele não trouxe a maçã”. Os *shifters* se prestam a serem utilizados na anáfora, referindo-se a elementos anteriores. Podem ainda referir-se a elementos posteriores, como em uma catáfora: “A verdade é esta: Pedro não trouxe a maçã”. Os autores demonstram que essa função se apresenta de modo anômalo do discurso do esquizofrênico, culminando no que se denominou, por muitos anos, como desagregação do pensamento. Trata-se, na verdade, de um prejuízo no uso dos *shifters*, tornando a referência discursiva comprometida, pois apesar de utilizarem as anáforas, não deixam claro a que se referem, assim como as conjunções e pronomes relativos não evidenciam relações de causalidade, sucessão temporal e espacial, oposição, inclusão e exclusão.

A consideração das alterações do uso da linguagem e, conseqüentemente, da relação que o sujeito mantém com os outros em um ato de fala, é muito importante de ser notada, pois revela que, ao abordar a constituição do sujeito pela estrutura da linguagem, Lacan não deixou de apontar seus efeitos no âmbito do discurso. Veremos que essa ressalva merece ser notada porque nos anos seguintes de seu ensino, Lacan, ao procurar descrever a concepção estrutural de inconsciente, parece muitas vezes reduzir o âmbito do discurso à instância simbólica que caracteriza a sociedade humana, tal como Lévi-Strauss formalizou. Observaremos que Lacan fez isso em *Instância da Letra*, como se tivesse esquecido seu ponto de partida.

### 4.3

## A Instância da letra

Nas primeiras linhas de “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957), Lacan esclarece que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente a estrutura da linguagem, demarcando que o inconsciente não é apenas a sede dos instintos.

A fim de salvaguardar a instância psíquica do inconsciente de considerações obscurantistas, Lacan a caracteriza como instância da letra, definindo a letra como “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (Lacan, 1957b, p.498, grifo meu). Portanto, de saída, vemos que a noção de inconsciente abarca tanto o discurso concreto quanto a dimensão estrutural. E de que maneira essa oposição se articula nesta fase, denominada estruturalista, do ensino de Lacan?

A definição de letra como suporte material evoca por si só a noção saussuriana de significante, aspecto material do signo, conforme vimos no capítulo primeiro deste trabalho. Contudo, se Lacan recorre a Saussure é somente para aproximar-se do uso que os estruturalistas dele fizeram. Por isso, afirma, logo no início do texto aqui examinado, que devemos nos fiar nas premissas confirmadas das ciências humanas que elegeram a linguística estrutural como ciência piloto, por esta ter alçado seu objeto ao status científico. A crença na linguística estrutural como método que possibilita às ciências humanas tornarem-se mais rigorosas é manifesta, chegando mesmo a sugerir que as ciências do homem são ciências da linguagem:

De nossa parte, vamos fiar-nos apenas nas premissas que viram seu valor confirmado pelo fato de a linguagem ter efetivamente conquistado, na experiência, seu status de objeto científico. Pois é por esse fato que a linguística se apresenta numa posição-piloto nesse campo em torno do qual uma reclassificação das ciências assinala, como é de costume, uma revolução do conhecimento: e somente as necessidades da comunicação fazem com que o inscrevamos no frontispício deste volume sob o título de “ciências do homem”, malgrado a confusão que aí pode encontrar meios de se acobertar. (Lacan, 1957b, p.499)

O frontispício a que Lacan faz referência é o do volume 3 de *Psychanalyse et sciences de l’homme* para o qual escreveu o presente texto, o que indica a natureza da comunicação feita: demarcar a incidência da linguística estrutural em psicanálise, em conformidade com o movimento que as ciências humanas

empreendiam. A reserva quanto ao termo “ciências do homem” diz respeito aos equívocos a que o qualificativo “homem” pode dar origem, por ter sido, durante muito tempo, relacionado à subjetividade contra a qual se insurge o estruturalismo em prol da redução dos fenômenos humanos a fenômenos de linguagem. A advertência de Lacan parece ser da mesma ordem do receio em pensar o inconsciente como sede dos instintos, ao invés de instância da letra.

Sabemos que Lacan adere ao estruturalismo através das obras de Lévi-Strauss, que, por sua vez, se inspira em Jakobson. Portanto, o recurso a Saussure na definição de letra já traz a marca das inovações operadas pelo estruturalismo. Por isso, se a noção de letra remete ao significante saussuriano, é preciso lembrar, por outro lado, as transformações que o estruturalismo imprimiu em algumas noções do *Curso de Linguística Geral*. Uma delas refere-se à união indissolúvel do significado/significante, que, apesar de serem unidos arbitrariamente, são inseparáveis. A indivisibilidade do signo parece ser colocada em questão por Lévi-Strauss, ao assinalar que existem mais significantes do que significados, e que há sempre uma inadequação entre eles:

(...) o homem dispõe, desde a sua origem, de uma integralidade de significante, a que lhe é muito difícil vincular um significado, dado como tal sem ser no entanto conhecido. Há sempre uma inadequação entre os dois, reabsorvível só para o entendimento divino, e que resulta na existência de uma superabundância de significantes em relação aos significados que se lhe podem agregar (Lévi-Strauss, 1967, p.187).

Lacan, por sua vez, leva às últimas consequências a inadequação entre o significante e o significado, a ponto de afirmar que o significante não tem a função de representar o significado e se sobrepõe a ele. Embora Saussure formule em um esquema o significado sobre o significante (s/S), Lacan afirma que o significante ocupa uma posição primordial em relação ao significado e que, apesar de não estar estritamente escrito no *Curso de Linguística Geral*, o “algoritmo saussuriano” que funda a linguística moderna seria: S/s.

Lacan extrai a primazia do significante sobre o significado da tese da não correspondência biunívoca da palavra com a coisa, defendida por Saussure. A tese principal que abre o *Curso de Linguística Geral* critica a teoria da correspondência, pois Saussure demonstra, com a noção de sistema da língua, que não apreendemos o sentido das palavras por sua adequação com os objetos a que

se referem, mas somente a partir da relação que os signos mantêm com os outros signos. Esse é o princípio do caráter diferencial do signo e o fundamento mesmo da noção de sistema da língua, conforme vimos no capítulo inicial deste trabalho. Então, Lacan adverte que esse debate filosófico da correspondência das palavras com as coisas retorna na noção de correspondência do significante ao significado, como se o significado ocupasse o lugar da coisa. Assim como as palavras corresponderiam às coisas para a teoria da correspondência, os significantes corresponderiam aos significados. Por isso, sustentando que não há correspondência biunívoca da palavra com a coisa, Lacan defende que a linguística moderna inaugurada por Saussure está presa à primazia do significante sobre o significado e à ideia de que entre esses dois elementos distintos há uma “barreira resistente à significação” (Lacan, 1957b, p.500).

É sob esta perspectiva que Lacan reformula o algoritmo de Saussure, a favor de Saussure, abandonando a indivisibilidade do signo e o primado do significado sobre o significante, a fim de salvaguardar o caráter diferencial que distingue a noção de sistema. A primazia do significante vem derrubar o último e único resquício de realismo filosófico que haveria em Saussure, no interior da noção de signo:

E fracassaremos em sustentar sua questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer. (Lacan, 1957b, p.501)

É interessante notar que Lacan ressalta ainda que só podemos nos livrar dessas considerações filosóficas referentes à correspondência das palavras com as coisas se partirmos “do lugar de onde a linguagem nos interroga sobre sua natureza” (Lacan, 1957b, p.501). Ora, sabemos de onde Lacan parte: das manifestações do inconsciente, compreendidas a partir das leis estruturais da linguagem.

Lacan se situa, portanto, ao lado dos estruturalistas, pelo esforço em estender a noção saussuriana de sistema a todos os elementos da língua, através da valorização do caráter diferencial, segundo o qual os elementos não possuem definições positivas, independentes das relações que mantêm com os outros elementos. Não é a toa que *Instância da Letra* foi publicado também em uma

coletânea dedicada exclusivamente a textos teóricos sobre o estruturalismo<sup>1</sup>, pois é quase uma ciência da letra que Lacan elabora, ou, nas palavras de Nancy e Lacoue-Labarthe (1991), “uma linguística sem teoria do signo”. Mesmo tendo transcorrido muitos anos de seu ensino, Lacan retorna a este tema, confirmando a leitura de Nancy e Lacoue-Labarthe: “Como indica o livrinho que fiz vocês lerem com o título de *Titre de La Lettre*, é bem de uma subordinação do signo para com o significante que se trata em tudo que adiantei” (Lacan, 1975, p.138).

Vimos, no capítulo inicial, que Jakobson foi o primeiro a extrair da noção de sistema a noção de estrutura, estendendo-a aos mínimos elementos da língua. Ele realizou esse objetivo ao elaborar sua fonologia. O fonema, mínima unidade da língua, desprovida de sentido e que contribui à significação, já é definido por traços distintivos. O caráter diferencial, restrito em Saussure à relação dos signos com outros signos, é estendido aos fonemas. Se em Saussure, o significante se reduzia a uma mera imagem acústica, inteiramente desprovida de sentido, ligada de forma indissolúvel, por um acordo convencional, ao significado; em Jakobson, podemos dizer que mesmo o significante (termo que será abandonado e substituído por fonema) é recortado por unidades diferenciais mínimas, os fonemas, que embora desprovidas de sentido, contribuem para a significação.

Por isso, para Lacan “(...) a estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele ser articulado” (Lacan, 1957b, p.504). É da noção de fonema que Lacan se serve para especificar as unidades da estrutura significante, pois esclarece que para serem concebidas como tal, precisam atender a duas condições: reduzirem-se a elementos diferenciais últimos e os comporem segundo as leis de uma ordem fechada, ou seja, leis de um sistema. Se a estrutura significante é definida como um sistema regido por leis que lhe são imanentes, cujas unidades são elementos diferenciais mínimos, esses elementos que compõem o significante são os fonemas:

Esses elementos, descoberta decisiva da linguística, são os *fonemas*, onde não se deve buscar nenhuma constância *fonética* na variabilidade modulatória em que se aplica esse termo, e sim o sistema sincrônico dos pareamentos diferenciais

<sup>1</sup> COELHO, E. P. (org). **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugalíia Editora, s/d.

necessários ao discernimento dos vocábulos numa dada língua. (Lacan, 1957b, p.504)

Lacan complementa essa observação, esclarecendo que, através da noção de fonema, um elemento da fala que é o discernimento das diversas palavras, depende dos elementos diferenciais que são os fonemas, que representam a estrutura localizada do significante, denominada por ele como “letra”. A letra é, portanto, uma parte do significante, ou ainda, um fonema.

A segunda condição que Lacan postula às unidades da estrutura significante é se comporem segundo as leis de uma ordem fechada, leis que constituem o léxico e a gramática. A noção de “cadeia significante”, cuja imagem evocada por Lacan é a de anéis em um colar que se fecha no anel de outro colar, vem ilustrar que “somente as correlações do significante com o significante fornecem o padrão de qualquer busca de significação” (Lacan, 1957b, p.505).

A célebre historinha dos irmãos viajando de trem ilustra que a significação advém da relação de um significante com outro, ao invés de vir de um significado que seria atrelado ao significante. A historinha contada é essa:

*Um trem chega à estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres”; “Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?” (Lacan, 1957b, p.503)*

Havia duas portas iguais, em cima das quais figurava em uma o significante “Homens”, em outra o significante “Mulheres”, designando cada um o sanitário para cada um dos sexos. Como os dois irmãos estavam em posições simétricas e opostas, cada um viu, através da janela, apenas uma das inscrições, donde deduziram que o significante designava o nome da cidade em que se situava a estação de trem. A história ilustra que a significação só pode ser depreendida da relação de um significante com outro. Como eles não viram as duas portas lado a lado, não entenderam que estavam diante de banheiros, pois seria preciso ver o significante “Homens” em relação ao significante “Mulheres”.

Poderíamos concluir disso que a noção saussuriana de “caráter diferencial” do signo linguístico, segundo a qual um signo somente adquire “valor” ou

“unidade de sentido” através da relação com outros signos, é deslocada por Lacan para o plano do significante. Assim como para Saussure os signos são puras diferenças, para Lacan são os significantes que são concebidos como puras diferenças. No entanto, há de se notar mais uma torção que Lacan opera na propriedade significante, indicando que a significação advinda é algo mais que a simples produção de sentido, pois é extrapolada para a posição do sujeito. É o que Lacan assinala, ao interpretar a historinha do trem:

A partir desse momento, Homens e Mulheres serão para essas crianças duas pátrias para as quais a alma de cada uma puxará sua brasa divergente, e a respeito das quais lhes será tanto mais impossível fazer um pacto quanto, sendo elas em verdade a mesma, nenhum deles poderia ceder da primazia de uma sem atentar contra a glória da outra. (Lacan, 1957b, p.504)

Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) explicam esse ponto através da noção de “lei simbólica”, destacando que Lacan emprega o termo “simbolizar” para dizer que as duas portas iguais “simbolizam” um “imperativo”. Assinalam que “(...) em lugar do significado, introduz-se a *simbolização de uma lei*, que é uma lei de segregação sexual que Lacan indica bem como sendo praticamente universal – e comparável neste ponto às leis gerais da cultura” (Nancy & Labarthe, 1991, p.49). A oposição significante “Homens/Mulheres” não remete ao significado ou conceito de homem e mulher, mas à inscrição da lei simbólica como pura diferença.

Imediatamente somos remetidos à função simbólica abordada no capítulo anterior deste trabalho, quando, nos primeiros anos de seu ensino, vimos que Lacan atribuía à fala a função fundadora do símbolo. A recorrência frequente a Lévi-Strauss é, agora, elucidada pela leitura que Lacan faz da linguística estrutural, como testemunha o uso da noção de significante em lugar da noção de símbolo. A partir de *Instância da Letra* Lacan deixa claro que o simbólico funciona tal como a estrutura da linguagem concebida através do primado do significante. Antes que uma mudança de perspectiva, a passagem de *Função e Campo* para *Instância da Letra* se dá por uma leitura mais apurada da linguística estrutural, o que não quer dizer que todas as noções anteriores serão mantidas. A noção de “fala plena” como o que permitiria abolir o sintoma devolvendo a ele

seu significado recalçado não poderá mais ser sustentada, uma vez que a barreira de resistência à significação entre o significado e o significante passa a ser concebida como indissolúvel, sendo uma propriedade imanente à estrutura da linguagem.

Do primado do significante sobre o significado decorre que a significação advém da relação entre significantes, sem passar pelo significado. Além disso, “o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão” (Lacan, 1957b, p.502), conforme vimos, aliás, na experiência enigmática da psicose. Lacan dá como exemplo as frases interrompidas: “Eu nunca...”, “A verdade é que...”. Algo semelhante sentimos ao ouvirmos frases em que os significantes não estão claramente articulados para serem dotados de sentido, e a ausência da frase escrita torna ainda mais ambíguo o encadeamento da cadeia. Ainda assim somos levados a dotar a frase ouvida de significação. Quando ouvimos esse verso do Caetano<sup>2</sup>, “sol, palavra, dança, nua”, não poderíamos chegar à sua significação como “só palavra dança nua”? Nela veríamos a confirmação da intuição freudiana acerca da perspicácia dos poetas nos assuntos do inconsciente, pois só a palavra, tal como o significante sem significado, dança nua na cadeia, podendo vestir os diversos sentidos que lhe serão conferidos conforme a articulação com as outras palavras. Essa propriedade do significante de evocar a significação é ainda usada pelos poetas para que um significante com determinado sentido na cadeia remeta ainda a outra significação. Por exemplo, nesse outro verso de Caetano: “Céu azul que vem até onde os pés tocam a terra e a terra inspira e exala seus azuis”<sup>3</sup>. Será que o poeta não queria sugerir ao significante “seus” a significação de “céus”, para reforçar a imagem da terra refletindo o azul do céu – o que é ainda destacado pela rítmica da música (pés/céus) e pelo sotaque baiano do autor, que tende a abrir o acento das vogais fechadas?

A autonomia significante acaba por dotar a cadeia de poder de significação. Por isso, Lacan conclui: “Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que

<sup>2</sup> Cf. site do próprio Caetano Veloso, com letras revisadas por ele: <http://www.caetanoveloso.com/site/letras>. O verso mencionado foi extraído da música “Lindeza”.

<sup>3</sup> Estes versos foram extraídos da música “Luz do sol”. Cf.: <http://www.caetanoveloso.com/site/letras>

o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse momento” (Lacan, 1957b, p.506).

Resta saber, então, como se dá a significação sem passar pelo significado, dependendo tão somente da relação entre significantes. Uma vez que a cadeia significante é concebida por Saussure conforme o princípio da linearidade do significante, segundo o qual os significantes vêm sempre um após o outro, Lacan se pergunta por que não haveria aí um deslizamento incessante do significado sob o significante. A linearidade da cadeia significante é considerada insuficiente por Lacan. Nancy e Labarthe (1991) resumem, a partir de *Subversão do sujeito*, a crítica que Lacan faz:

Entre os dois encadeamentos... o dos significantes em relação a tudo que há de significados ambulantes circulando – pois estão sempre a ponto de deslizar – a ação de afixar de que estou falando ou ainda, o ponto de basta é mítico, pois nunca alguém pode afixar uma significação a um significante; em compensação, porém, o que se pode é afixar um significante a um significante e ver o que isto faz. Neste caso, porém, produz-se sempre algo de novo...isto é, o surgimento de uma nova significação. (Lacan, 1960, *apud*, Nancy & Labarthe, 1991, p.63)

A noção de “ponto de basta”, noção propriamente lacaniana apresentada no *Seminário 3* sobre as psicoses, busca responder à questão. Como vimos no tópico anterior, é preciso que haja um significante especial que possa deter a cadeia. Se temos um significante S1, é preciso outro significante S2, a partir do qual o significante primeiro ganhará sentido retroativamente. Caso contrário, a linearidade da cadeia redundaria em um deslizamento infinito. É, aliás, o que Lacan (1955-56) diz ocorrer na psicose, devido à ausência de metáfora paterna, ou seja, ausência desse significante especial que estabeleceria alguma fixidez à metonímia da cadeia.

Tomando de empréstimo a Jakobson as noções de metonímia e de metáfora, formuladas no texto sobre os dois tipos de afasia, que vimos no capítulo primeiro, Lacan conclui que a cadeia significante é metonímica, ou seja, ela funciona através do eixo sintagmático da linguagem, por combinação. Como em uma sucessão, temos sempre um significante após o outro. Já a operação de metáfora, por se situar no eixo paradigmático da linguagem, possibilita a substituição de um significante por outro.

No *Seminário 3*, Lacan ainda emprega a noção de que o ponto de basta permitiria atrelar o significado ao significante, mas, com o primado agora concedido ao significante, podemos entender que se trata de afixar um significante a outro, para produzir significação. É interessante notar que no capítulo XXI desse *Seminário*, intitulado “Ponto de basta”, Lacan recorre à análise da tragédia *Atália* de Racine para nela destacar um único significante a partir do qual todos os outros significantes da peça vão ganhar sentido – seria esse o significante que permite o “ponto de basta”. Em suas palavras:

A frase só existe acabada, e seu sentido lhe vem só depois. É preciso que tenhamos chegado inteiramente ao fim, (...). Estamos aí na ordem dos significantes, e espero ter-lhes feito sentir o que é a continuidade do significante. Uma unidade significante supõe uma certa laçada enlaçada que situa os seus diferentes elementos. (Lacan, 1955-56, p.297)

O recurso à busca de um significante especial que ordena a peça *Atália* é importante de ser observado, porque no texto aqui abordado, *A Instância da Letra*, Lacan, logo após ter lamentado a insuficiência do princípio da linearidade do significante e remeter-se ao ponto de basta, lembra que Saussure, em seu trabalho sobre os anagramas, havia escutado na poesia a polifonia do discurso. Ora, os estudos sobre o anagrama parecem da mesma natureza do que Lacan fez com *Atália* para destacar o ponto de basta.

Segundo Gori (2004), nos estudos sobre anagrama, que não estão presentes no *Curso de Linguística Geral*, Saussure busca a “paráfrase fonética” de um nome ou palavra, cujas sílabas e palavras se apresentam dispersas no poema, organizando sua estrutura. Ele reconstrói, assim, o “tema”, “hipograma” ou “anagrama” que ordena o texto manifesto. Gori assinala ainda que seria mais justo utilizar a palavra “anafonia”, como o próprio Saussure chegou a indicar, pois a pesquisa de Saussure consiste em decodificar as combinações de fonemas, “pôr em evidência a ‘sequência vocálica’ constituída pelo poema a partir de uma única palavra, que se revela frequentemente um nome cujos elementos sonoros regulam implicitamente e de maneira exigente a estrutura dos versos” (Gori, 2004, p.88). O autor ressalta também que Saussure observou que a “lei do anagrama” não organiza apenas a cadeia significante dos versos, mas também a prosa. No entanto, Saussure recua diante da extrapolação para a prosa, por temer que a

leitura anafônica do texto pudesse resultar de uma construção arbitrária do leitor. Para Gori, Saussure teria hesitado diante da escuta analítica, que arrisca suspender os efeitos de significação das palavras, não para encontrar o que está sob o texto, como uma estrutura preexistente, mas para produzir a “assinatura do nome inconsciente do sujeito”, artificialmente construída pelo dispositivo da análise.

Esta observação de Gori (2004) é de suma importância para a discussão de nosso trabalho, pois, se a noção de ponto de basta traz a marca do sujeito do inconsciente - ou ainda, se a noção de anagrama encerra o lugar do sujeito pela eleição dessa palavra especial que é a sua assinatura inconsciente - teríamos que concordar com a crítica segundo a qual o estruturalismo em Lacan teria culminado na redução do sujeito à estrutura da língua. Mas não é isso que Gori destaca. Ao subordinar a gramática inconsciente, ordenada conforme a lei do anagrama, ao gesto da psicanálise, Gori demonstra que a lógica inconsciente a partir da qual surge o sujeito é produzida pelo contexto da análise, e, por isso, se aproximaria mais de uma pragmática do que de uma ontologia da linguagem. Conforme assinala Gori:

Essa lógica inconsciente não é dada *a priori* em uma exterioridade transcendental à escuta, o que condenaria os sujeitos a serem tão somente marionetes de um patrimônio fonemático ou silábico de um texto comparável a um código genético de significantes, historicamente determinados e fixados de uma vez por todas, e até mesmo transmissível de uma geração a outra, mas se revelaria como criada pelo trabalho psicanalítico, mais do que descoberta por ele. Essa lógica inconsciente, cujas anafonias recalçadas organizam tanto os relatos de sonhos como os sintomas e a transferência, seria construída ao longo das regras de uso da linguagem e da fala na prática psicanalítica. (Gori, 2004, p.91)

Podemos concluir, com isso, que a crítica de que a psicanálise teria executado a “morte do sujeito” se revela improcedente, uma vez que o que está em jogo não é uma teoria sobre o sujeito, que, por sua vez, o subordinaria à estrutura da linguagem. Ao contrário, a psicanálise utiliza uma teoria da linguagem para produzir um sujeito.

No entanto, nada disso é muito claro em *Instância da letra*, dado que o objetivo de Lacan neste texto era explicitar que o inconsciente é a estrutura da linguagem. Para sustentar o caráter pragmático da estrutura significante do

inconsciente, temos que nos remeter a *Função e Campo*, onde Lacan esclarece o motivo pelo qual não se deve negligenciar o âmbito da fala e da linguagem: “(...) a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente” (Lacan, 1953a, p.248). Acrescenta ainda que o cerne da função da fala em psicanálise é que não há fala sem resposta, sem ouvinte. O ouvinte de que se trata é o analista, o que quer dizer que não se trata de qualquer escuta, e sim daquela que se encarrega de ouvir a cadeia significante. De onde se conclui que é da escuta analítica que se parte para afirmar que o inconsciente tem a estrutura de uma linguagem.

Partindo do dispositivo clínico para investigar em que consiste tal estrutura, Lacan realmente instaura uma abordagem do sujeito que dá margem para pensá-lo como determinado pela estrutura significante, caso estejamos propensos a buscar na psicanálise uma “teoria” sobre o sujeito. Para tanto, *Instância da letra* fornece muitos subsídios, pois mesmo na formulação do “ponto de basta”, que é também o ponto onde aparece o sujeito, vemos que Lacan recorre exclusivamente ao âmbito da linguagem.

Que o *Curso de Linguística Geral* de Saussure se mostre insuficiente para fundamentar a noção de ponto de basta não impede que seja à estrutura significante, da maneira particular como Lacan a define, que se recorra. Aliás, a própria noção de anagrama vem dar prova disto. Como Arrivé (2001) notou muito bem, não há nada no *Curso de Linguística Geral* que fundamente a noção lacaniana de “ponto de basta”. De acordo com o autor, esse significante especial, responsável pelo “ponto de basta”, é concebido como o “significante da falta no Outro”, sendo o Outro concebido como o tesouro dos significantes.

Em outras palavras, significante da falta no Outro quer dizer significante como pura diferença. O Outro concebido como tesouro significante possuiria um significante especial, que permitiria aos outros significantes ganharem significação na cadeia significante. Seu caráter especial residiria em ser “pura diferença”, sem termo positivo algum, o que, aliás, caracteriza qualquer significante. Mas a distinção consiste em que os outros significantes podem ganhar alguma positividade, sempre provisória, ao se articularem com outros e ganharem alguma significação. Na historinha dos irmãos na estação de trem, “Homens” e “Mulheres” somente são combinados e ganham sentido a partir dessa combinação, porque um significante especial operou um “ponto de basta” na cadeia. Nessa ilustração, Lacan não nos oferece o significante em questão, mas,

no *Seminário 3*, ao abordar o caso Schreber, esse significante é isolado. É o significante “ser pai”, ou “procriação”. Para Lacan, a irrupção da psicose no caso Schreber teria ocorrido quando esse significante foi evocado e faltou. Como vimos no tópico anterior, a ausência desse significante especial que permite o “bastear da significação”, e conseqüentemente a construção do que Lacan denomina metáfora paterna, é o que caracteriza a psicose.

Já a definição desse significante primordial como significante da falta no Outro (que nós entendemos aqui como o significante que encarna a pura diferença que constitui a cadeia significante) é explicitada por Arrivé (2001) através do que Lacan formula em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960). Esse significante teria o privilégio de estar e não estar na bateria significante, ou seja, de estar e não estar no Outro, enquanto tesouro do significante, por isso representaria a falta no Outro - por ser um elemento “êxtimo” ao conjunto. Um conjunto que comporta um elemento que está e não está nele comporta uma falta. Nas palavras de Lacan:

Ora, estando a bateria dos significantes, tal como é, por isso mesmo completa, esse significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes. (Lacan, 1960, p.833)

Paradoxalmente é esse elemento mesmo que permite a significação da cadeia, assim como o anagrama permite o poema, mas não está inteiramente em seus versos, neles aparece apenas de forma dispersa.

Lacan nos embaraça muitas vezes com a profusão de nomes que dá para as noções e ideias de sua obra, e com a imaginação fecunda expressa nos grafos, desafiando o leitor a vislumbrar neles algum esclarecimento. Em *Subversão do sujeito*, a noção de ponto de basta é retomada no que ele denomina “grafo do desejo”, a fim de salientar que se trata de pedir que o Outro responda em termos de pulsão. Pedir ao Outro o ponto de basta, dele demandar a significação que impediria o deslizar infinito da cadeia significante, seria o mesmo que perguntar “que quer de mim o Outro”. Pulsão e desejo são concebidos aqui em relação à estrutura significante que constitui o Outro, o que assinala a apropriação bem particular que Lacan faz do estruturalismo. Neste texto, a significação propiciada

pelo ponto de basta situa o sujeito diante da cadeia significante, ou ainda, lhe assegura seu lugar no desejo do Outro.

A definição do significante especial como significante da falta no Outro articula ao mesmo tempo a posição do sujeito implicada no ponto de basta, pois esse significante especial: “(...) será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito” (Lacan, 1960, p.833). Na historinha do trem, podemos dizer que o significante especial permitiu aos sujeitos não somente obter a significação de homens/mulheres, mas se posicionarem diante dessa oposição, por isso a ênfase de Lacan no caráter imperativo do significante, por ser ele uma lei simbólica, no sentido forte do termo. O que instaura essa lei simbólica, no sentido de ser ela uma fala fundadora, fundando os sujeitos por seu intermédio, tal como vimos no capítulo anterior, é justamente uma falta no Outro.

Essa é a novidade que a formulação do inconsciente como estrutura significante, aprofundada em *Instância da Letra*, traz para a noção de simbólico apresentada nos primeiros anos do ensino de Lacan. A noção de “fala plena” fica interdita, uma vez que a barreira entre significante e significado é indissolúvel. Mas a noção de fala fundadora permanece como lei simbólica, que agora é instaurada por uma falta no simbólico. O simbólico, concebido como o campo do Outro, tesouro do significante, passa a abarcar um significante especial que está e não está em seu conjunto. Essa incompletude do simbólico, assinalada pelo significante da falta no Outro, passa a ser justamente o que possibilita o aparecimento do sujeito: “Como tal, ele [o significante da falta no Outro] é impronunciável, porém não sua operação, pois ela é o que se produz toda vez que um nome próprio é pronunciado” (Lacan, 1960, p.833).

Com essa definição de Outro, podemos agora passar para questão colocada no início deste tópico: verificar se relação que a noção de letra mantém com o âmbito do discurso concreto permite conciliar a estrutura significante que caracteriza o inconsciente com a dimensão da fala enquanto endereçamento que visa reconhecimento.

Essa dimensão não é abandonada: “Se eu disse que o inconsciente é o discurso do Outro com maiúscula, foi para apontar o para-além em que se ata o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento” (Lacan, 1957b, p.528). Contudo, o acento deve ser colocado sobre o Outro com maiúscula, ou seja, o Outro como tesouro do significante, que não se confunde com o interlocutor ao

qual nos dirigimos na fala cotidiana. O endereçamento da fala se direciona agora à própria estrutura da linguagem. Tanto o sujeito quanto o interlocutor estão subordinados a ela. Nas palavras de Lacan:

O que essa estrutura da cadeia significa revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar *algo completamente diferente* do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade. (Lacan, 1957b, p.508)

É a estrutura significante que determina o lugar do sujeito. Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) destacam que a posição que a cadeia significante designa para o sujeito é situada por Lacan na noção de *shifter* de Jakobson, tal como vimos no capítulo primeiro. Isso explica também que o fenômeno da alucinação na psicose se caracterize pela impossibilidade de o sujeito ocupar o *shifter* “eu”. Faltaria justamente aquele significante especial através do qual o sujeito se situa diante da cadeia significante.

No entanto, convém assinalar que, se Jakobson avança em relação a Saussure ao inserir em sua teoria da linguagem o contexto da enunciação, sem o qual a noção de *shifter* não seria possível, por outro lado, a importação dessa noção para a psicanálise poderia ainda culminar na redução do sujeito à linguagem.

Certamente há uma distinção entre a linguagem concebida como estrutura significante e a dimensão do discurso concreto, à qual Lacan atrela o sujeito: “Também o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (Lacan, 1957b, p.498). A noção de nome próprio remete à noção austiniana de um ato performativo, apresentada no capítulo inicial. Além de não designar um objeto geral, o nome próprio resulta de um ato de nomeação específico, autenticado institucionalmente por meio de certidões de nascimento. Através desse ato performativo, uma criança se insere em uma comunidade social. Mas o nome próprio parece ser mais que isso. É também, tal como um anagrama, a assinatura inconsciente do sujeito, portanto, desempenha a função de um significante especial, de um traço unário.

Ao indicar uma articulação do nome próprio com o âmbito do discurso, para afirmar que o sujeito não é subordinado apenas à ordem significante, Lacan parece referir-se à noção de simbólico de Lévi-Strauss, que, certamente possui alcance social, mas ainda assim é concebido a partir da estrutura significante.

Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) destacam que o âmbito do discurso evocado por Lacan, ainda que se refira a uma “realidade transindividual”, não diz respeito à experiência particular dos sujeitos em um contexto histórico atual, mas às estruturas elementares da cultura, tal como conceituadas por Lévi-Strauss. Realmente, o próprio Lacan (1957b) esclarece que a realidade social humana, em sua oposição à natureza, se caracteriza tão somente por ser uma cultura, reduzida às leis estruturais da linguagem.

Veremos no capítulo seguinte que a constituição do sujeito pela linguagem sofre uma inflexão diferente com a formulação da noção de *objeto a*. Maior autonomia será concedida ao sujeito, não porque este deixará de ser pensado a partir da linguagem, mas porque a própria noção de linguagem será ampliada. O que acarretará também um alcance maior para a dimensão do discurso como uma prática social que envolve os sujeitos nela implicados.

## 5

**LINGUAGEM E OBJETO a: DISCURSO COMO LAÇO SOCIAL**

A partir da oposição entre modelos de linguagem que privilegiam tão somente o sistema da língua e modelos que abarcam os sujeitos falantes na situação concreta do ato de fala, procuramos observar de que maneira essa oposição se apresenta no uso que Lacan faz de termos referidos aos estudos de linguagem. Vimos que, na primeira fase de seu ensino, ambos os modelos pareciam conjugar-se, pois a estrutura da linguagem explicava as manifestações inconscientes, e a noção de fala abrangia a intersubjetividade através da qual a história do sujeito era construída. Os falantes envolvidos no ato de fala eram, ao mesmo tempo, fundados como sujeitos, por meio da dialética intersubjetiva. Por exemplo, sob a forma de um ato de fala, tal como “Tu és minha mulher”, o sujeito se definia como esposo à medida que definia o interlocutor como esposa. A mediação simbólica consistia no ato do sujeito de reconhecer o outro e através desse reconhecimento obter como retorno o que seria seu “ser”. O objetivo da análise era construir a história do sujeito, esquecida e obstruída no sintoma, concebido como “fala amordaçada”, ou ainda, como um significante cujo significado estava recalcado. A intervenção da “fala plena” viria, através dessa mediação simbólica, recuperar o significado recalcado do sintoma, devolvendo à fala seu caráter fundador.

Em seguida, vimos que, com a valorização da estrutura da linguagem na concepção do inconsciente, o aprofundamento do modelo estruturalista culminou na redução do sujeito a um efeito do significante. Ao invés de conceber o sujeito como um agente da fala que ao endereçá-la ao outro obtém o reconhecimento do outro e de si, a partir de *Instância da Letra*, o sujeito passa a ser, antes, um produto da estrutura significante. Doravante, o sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante. O campo simbólico ainda mantém sua dimensão fundadora da fala, pois apesar de ser concebido somente a partir da

estrutura significante, comporta um significante primordial, que está e não está na bateria significante, e que, além de possuir a característica de dotar de sentido a cadeia, detendo seu deslizamento metonímico, possui a força de um “imperativo”, ou seja, situa o sujeito em relação aos significantes que constituem o campo do Outro. Esse significante especial instaura a “lei simbólica”, da qual o sujeito é um produto, pois é esse significante especial que representa o sujeito para os outros significantes. A dimensão intersubjetiva através da qual o sujeito se fundava pelo reconhecimento de outro sujeito é inteiramente abandonada, pois agora o sujeito resulta da articulação significante. Do mesmo modo, também a noção de “fala plena” será rechaçada, uma vez admitida a primazia do significante, pois já que nenhum significado corresponde a um significante, fica impossibilitado à fala plena devolver o significado recalcado do sintoma. Desde então, a intervenção do analista deixará de consistir na promoção da fala plena, sua tarefa será trabalhar sobre o material significante das formações inconscientes a fim de fazer emergir o sujeito, efeito da cadeia. Portanto, neste período, a estrutura significante da linguagem passou a subordinar a dimensão concreta do ato de fala, que, ao ser desconsiderada junto à dimensão intersubjetiva, somente reaparece como um efeito secundário da constituição do sujeito pela estrutura significante – como vimos nos efeitos diferentes que a psicose acarreta na relação que o sujeito mantém com os outros, em virtude do modo particular pelo qual o psicótico é constituído na e pela linguagem.

Nessas duas fases, a dimensão pulsional havia sido muito pouco trabalhada. Na fase inicial, era relegada ao âmbito imaginário, caracterizado como um deslocamento do que seria um instinto animal. A fixidez da libido e a fantasia, próprias à sexualidade humana, eram alocadas no registro imaginário, que, por ser inalisável, era dispensado, a não ser quando se interpunha a esse registro a dimensão simbólica instaurada na dialética intersubjetiva. Por exemplo, como vimos no fragmento clínico relatado por Lacan, o elemento imaginário da fantasia não deve ser interpretado por si mesmo, mas somente em relação ao contexto da análise, que, ao ser endereçado ao analista, permite que a intervenção da mediação simbólica. Já na segunda fase, a dimensão pulsional foi ainda menos abordada. Vimos que ela foi apenas evocada na demanda do sujeito em pedir ao grande Outro a resposta à questão “o que quer de mim o Outro?”. Esta questão exigiria que o Outro respondesse em termos de pulsão porque asseguraria ao sujeito um

lugar no desejo do Outro. Mas como Lacan equipara essa questão a um pedido de ponto de basta, ou seja, à intervenção de um significante primordial que está e não está no tesouro significante que constitui o Outro, e que, por isso, é definido como o significante da falta no Outro,  $S(A)$ , podemos concluir que a resposta em termos de pulsão é reduzida à incompletude do simbólico. A pulsão é, assim, definida como um limite do simbólico.

Veremos neste capítulo que, após ter formulado a noção de *objeto a*, Lacan retomará a constituição do sujeito pela linguagem, integrando nela a dimensão pulsional. Se antes o sujeito se reduzia àquilo que um significante representa para outro significante, agora, desta operação resulta um elemento heterogêneo à cadeia significante, o *objeto a*. É isso que a formulação das operações de alienação/separação que constituem o sujeito na e pela linguagem vem assinalar, ao englobar a dimensão da pulsão no interior do âmbito simbólico. Uma das consequências deste novo modo de conceber a constituição do sujeito pela linguagem será a ênfase na noção de gozo como uma política de relação do sujeito com o Outro. Uma vez que a entrada do sujeito na e pela linguagem ( $S1-S2$ ) produz um sujeito incompleto, cindido ( $\$$ ), e um resíduo denominado *objeto a*, veremos que estes quatro termos se ordenam, constituindo quatro tipos de modalidades de laço social. Em outras palavras, o sujeito extrai um gozo do fato de ser constituído através da representação que um significante dá dele a outro significante, e por meio dos modos de gozo ele se relacionará com o Outro. O que Lacan chama de discursos são os modos pelos quais advém um gozo da inserção do sujeito no campo do Outro, ao fazer vínculo social. Portanto, veremos que a noção de *objeto a*, como objeto do gozo (mais de gozar), irá articular a estrutura significante da linguagem à dimensão do discurso, que comporta a relação entre sujeitos.

## 5.1

### **Alienação e Separação**

Vimos no capítulo anterior que, com a ênfase dada à estrutura significante, o sujeito deixou de ser pensado como agente, o agente da fala fundadora, e passou a ser um efeito da estrutura significante que tem a força de um mandato simbólico. No entanto, o caráter fundador da dimensão simbólica, da qual o sujeito era um mero efeito, residia, paradoxalmente, na incompletude simbólica, designada como o significante da falta no Outro, ou seja, aquele significante especial, que como pura diferença permitiria aos significantes da cadeia ganhar alguma significação. O sujeito ficaria ao lado dessa significação, seria, como ela, pontual e evanescente. Esse significante especial que representa o sujeito para os outros significantes já era apontado como um significante da incompletude do Outro. Veremos agora que essa incompletude passará a ser concebida a partir de um elemento heterogêneo ao significante, ainda que resultante da incidência da ordem significante na constituição do sujeito. Não será mais ele que representará o sujeito para os outros significantes, pois esse elemento é um resíduo dessa operação, que, por sua vez, não mais permitirá a identificação completa do sujeito com o significante que o representa, pois a nova conceituação de sujeito implicará concebê-lo como resultado da impossibilidade de uma identidade. O elemento heterogêneo de que estamos falando será denominado como *objeto a*, comportará o que do sujeito concerne à pulsão, e a operação em questão será desdobrada em duas: alienação e separação.

As operações alienação/separação são apresentadas por Lacan no “Seminário 11- Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964) não propriamente como um novo modo de conceber o sujeito, embora possamos ver nítidas diferenças entre a noção de sujeito enquanto mero efeito do significante e a noção de sujeito atrelada a um resíduo irreduzível à ordem que o constitui. O que Lacan pretendia esclarecer com essas operações era que a constituição do sujeito pela estrutura significante não negligenciava a dimensão pulsional. Por isso ele logo afirma na abertura da lição sobre alienação/separação:

(...) aconteceu, num tempo que espero ultrapassado, que objetassem que, fazendo isto, dando a dominante à estrutura, eu negligencio a dinâmica, tão presente em nossa experiência – chegando a dizer que eu consigo eludir o princípio afirmado na doutrina freudiana de que essa dinâmica é, em sua essência, de ponta a ponta, sexual. Espero que o processo de meu seminário deste ano, e nominalmente no

ponto em que ele chegou ao seu cúmulo da última vez, lhes mostre que essa dinâmica está longe de perder com isto (Lacan, 1964a, p.193).

Nas operações lógicas de alienação e separação, a incidência da linguagem não opera conforme um modelo estritamente estrutural, por isso Lacan recorre à noção de topologia: “Se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Daí deduzi uma topologia cuja finalidade é dar conta da constituição do sujeito” (Lacan, 1964a, p.193).

Deste modo, Lacan responde aos que lhe criticam ter reduzido o sujeito ao primado da estrutura, pois ao extrair uma topologia do que tomou do estruturalismo, a dimensão dinâmica, negligenciada pelo modelo estrutural, retoma o seu lugar na constituição do sujeito. Por isso, para Laurent (1997a), o *Seminário 11* marca uma ruptura de Lacan com o estruturalismo, pois as categorias de metáfora e metonímia, tomadas de Jakobson e elevadas a operações de constituição do inconsciente, são substituídas pelas operações lógicas de alienação e separação enquanto constituintes do sujeito. Estas operações de fundação do sujeito não se deixam subsumir a uma estrutura.

Uma estrutura é um sistema fechado que possui um modo de funcionamento interno, independente do que lhe é exterior. Os seus termos são definidos uns em relação aos outros, formando um sistema que possui leis universais próprias que regem o funcionamento de seus elementos (Dosse, 1993). Em uma estrutura não há lugar para resto, todo produto é dedutível da estrutura e por ela assimilado. Uma estrutura é um todo. Seria a operação de alienação e separação redutível a um tal sistema? A noção de topologia viria dar nome ao caráter incompleto do processo pelo qual a estrutura significante vem constituir o sujeito do inconsciente. E como se dá esse processo?

Alienação/separação é uma operação dialética construída por Lacan para dar conta da constituição do sujeito, demarcando que este só se constitui em relação ao Outro, sendo o Outro compreendido como “o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito (...)” (Lacan, 1964a, p.193-194). Assim, Laurent (1997a) reduz o Outro ao par significante S1 – S2, ou seja, como o campo de onde pode advir um sentido, ainda que sempre provisório.

Utilizaremos aqui as letras, S1, S2, \$ e *objeto a* para reduzir as operações de alienação e separação, tal como Laurent (1997a/b) faz, porque apesar de nesta lição do *Seminário 11* não constar S1 e S2, constam ao longo do *Seminário 11*. Estes termos nos oferecem uma clareza maior para articular esse processo de constituição do sujeito com os quatro discursos, que abordaremos mais adiante. Além disso, é comum encontrar o uso destes termos na definição das operações de alienação e separação em diversos comentadores de Lacan (Miller, 2000; Soler, 1997; Laurent, 1997).

Isso posto, a alienação é a operação que primeiramente identifica o sujeito aos significantes-mestres do Outro. Através da identificação com o S1, o sujeito adquire uma suposta “identidade”, entrando no campo do sentido, ou seja, dando sequência à cadeia significativa S1–S2. Agora, neste momento do ensino de Lacan, o significante que representa o sujeito para os outros significantes é o S1.

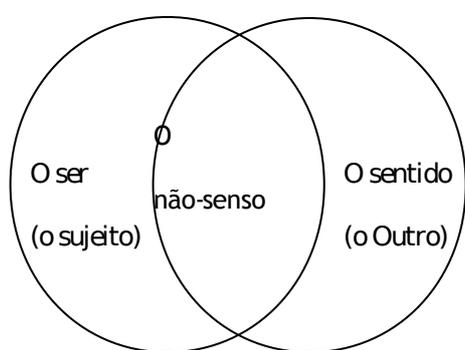
Até aqui não parece haver grande novidade, pois essa lógica se assemelha a de que um significante representa o sujeito para outro significante e que esse significante especial, o que representa o sujeito, possui a característica de estar e não estar na bateria significativa. Haveria apenas uma substituição de termos, o significante-mestre desempenharia a mesma função do significante primordial, designado por Lacan ao longo de seu ensino, ora como o significante Nome-do-Pai, ora como o significante da falta no Outro, ora como traço unário. E os outros significantes da bateria para quem o significante da falta no Outro representa o sujeito seriam designados, agora, como S2.

Contudo, a operação não se detém apenas neste ponto. Da identificação do sujeito ao significante-mestre, significante inteiramente esvaziado de sentido, resulta a petrificação do sujeito, ou seja, algo de si desaparece. Nas palavras de Lacan:

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais que um mero significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito. (Lacan, 1964a, p.197)

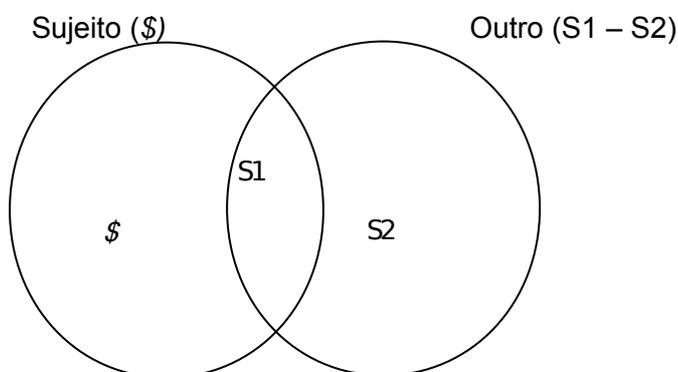
A consequência disso, denominada por Lacan como afânise, é que o sujeito, por se constituir pelo significante do Outro, se identifica ao não-senso, ao significante unário, desprovido de significação, através do qual ganha algum sentido no campo do Outro. Em suas palavras: “Não há sujeito sem, em alguma

parte, *afânise* do sujeito, e é nessa alienação, nessa divisão fundamental, que se institui a dialética do sujeito”. (Lacan, 1964a, p. 209). A perda de ser do sujeito é o quinhão que o sujeito dá para se constituir no campo do Outro, se identificando a seu ponto de não-sentido. Se ele escolhe o ser, perde o sentido, e se escolhe o sentido, também opta pelo não sentido, pois somente através dele se vincula ao campo do sentido. Trata-se sempre de uma escolha forçada, como “a bolsa ou a vida”. Se escolhe a vida, perde a bolsa, e se escolhe a bolsa, não perde somente a vida, mas a bolsa também. Lacan (1964a, p.200) assim designa esse movimento, denominado também como o fechamento do inconsciente:



Em outros termos, para que o sujeito adquira uma representação no campo do Outro, ele tem que identificar-se ao significante-mestre (S1), por meio do qual será representado para os outros significantes que constituem a bateria do Outro (S2). Zizek (2005) dá a seguinte ilustração: um homem está em um hospital, sob seu leito consta o prontuário com suas informações, tais como temperatura, pressão, medicamentos administrados, etc. Esse prontuário seria como um S1, ele representa o sujeito para o saber médico, para o conjunto dos outros significantes (S2) para os quais o sujeito é representado - desde que esse S1 se insira neste conjunto, formando a cadeia de sentido, S1-S2. O que é o sujeito? É uma substância, um homem dotado de subjetividade, um ser? Não, ele é o que o prontuário representa para o saber médico. Se a representação do sujeito para os outros significantes fosse unívoca, o processo de constituição do sujeito se deteria aí. Ele seria inteiramente identificável ao significante-mestre, portanto, seria efeito somente do significante. Mas o que as operações de alienação/separação vêm mostrar é que o sujeito não é apenas efeito do significante, é efeito também do *objeto a*. Por quê? Uma vez inserido no campo do sentido (S1-S2), produz-se um

excedente, algo não abarcado pelo Outro. Vejamos como Laurent (1997b) desenha essa operação primeira de alienação, o sujeito fica do lado de fora da cadeia:



Vemos na ilustração que no círculo do sujeito nem tudo é identificável ao significante-mestre, S1. Ao identificar-se com os significantes do Outro, algo permanece não representável pelo Outro. A sua “identidade” é forjada pelos significantes do Outro, conseqüentemente, o sujeito não é idêntico a ele mesmo, assim como também não é idêntico ao Outro. Por ser o sujeito vestido pelos significantes do Outro, alguma coisa poderá sempre não “cair” muito bem, não porque o sujeito seria alguma substância, teria uma essência original independente do campo do Outro, pois nenhuma autenticidade é dada *a priori* ao sujeito do inconsciente, sem passar pela linguagem. Laurent (1997a) fornece o exemplo do rapaz identificado ao significante “menino mau”. Esse significante norteará a vida do sujeito. Mas acontece que o rapaz não é somente um “menino mau”, ele é também outras coisas, pois, uma vez que esse significante se insere na cadeia, surgem significações decorrentes do deslizamento significante. Portanto, da alienação emerge uma primeira falta: a de que o sujeito não é inteiramente representável pelo Outro. Da definição que o Outro lhe fornece algo permanece de fora. No esquema acima de Laurent (1997a) é o próprio sujeito (\$) que permanece excluído.

O sujeito tem, então, de fazer algo em relação a isso que escapa ao Outro. Então, surge a segunda operação, a separação, que completará a dialética através da qual o sujeito constitui-se através do Outro. Se uma falta emerge porque o Outro não representou inteiramente o sujeito, pressupõe-se que também no Outro

falta alguma coisa: aquilo que poderia representar o que permaneceu não representável. A falta no sujeito é suposta como correlata da falta no Outro. Retomando a ilustração do significante “menino mau”, ocorre a suposição de que falta algo no Outro que possa representar tudo o que significa ser um “menino mau”. Nesse segundo momento, a questão que se coloca diz respeito a essa suposição de que a falta do sujeito corresponde à falta no Outro. Se a condição para o Outro ser pensado como completo é que ele deva possuir aquilo que falta no sujeito, podemos dizer que essa suposição sustenta a crença de que a falta do sujeito é imprescindível ao Outro, ou ainda, que Outro necessita do sujeito. Lacan assim resume o movimento inicial da operação de separação:

(...) o sujeito traz a resposta da falta antecedente de seu próprio desaparecimento, que ele vem aqui situar no ponto da falta percebida no Outro. O primeiro objeto que ele propõe a esse desejo parental cujo objeto é desconhecido, é sua própria perda – *Pode ele me perder?* (Lacan, 1964a, p.203)

Novamente, a resposta do Outro não é suficiente. Como o Outro, tesouro de significantes que jamais se articulam de modo a conceder um significado ou uma significação última, poderia representar tudo o que pode advir da identificação do sujeito ao significante-mestre (S1), que por sua vez entra também na cadeia, se tornando também S2? Advém, portanto, uma segunda falta. Se não surgisse daí uma segunda falta, haveria a realização plena do desejo que se apresenta através dessa suposição, que, em última instância, é a suposição de completude do Outro. A satisfação que adviria desse preenchimento seria total, tal como a da experiência de satisfação originária da qual somente seu caráter mítico pode dar a ilusão de que seu objeto um dia existiu. Por isso, em lugar do gozo total da experiência originária, Lacan assinala que vem um gozo parcial, ou seja, alguma satisfação é obtida a despeito da não realização da satisfação almejada.

Então essas duas operações através das quais o sujeito do inconsciente se constitui provêm de um excedente de significante e de um excedente de gozo. Em outras palavras, a alienação produz um excedente pela constituição do sujeito via significante, ou seja, o que permanece não inteiramente representável pelo Outro, originando a primeira falta: são as significações que advém de S1-S2, não redutíveis à cadeia, e que são o próprio “sujeito”, \$, dessa primeira operação. A separação produz um excedente de satisfação, ou seja, uma satisfação obtida em

buscar a satisfação mítica, a que seria realizada caso a falta originada na alienação correspondesse a uma falta no Outro. A impossibilidade desse preenchimento produz uma satisfação outra, um gozo parcial, de onde Lacan extrai a noção de *objeto a*, como o caráter parcial da pulsão.

Duas faltas se recobrem para que advenha o sujeito: a falta da alienação e a falta da separação:

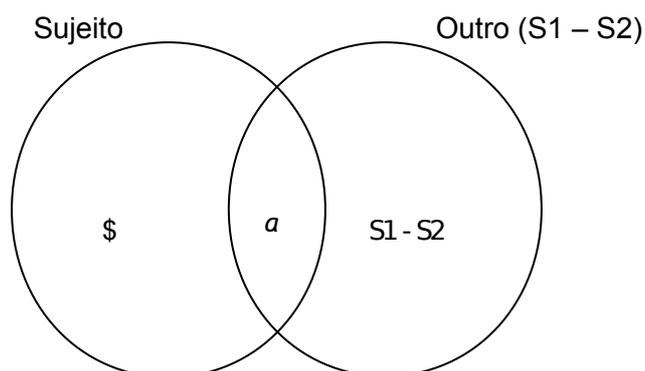
Uma falta recobre a outra. Daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro – há muito tempo que eu lhes disse que era a mesma coisa – essa dialética passa pelo seguinte: que aí ele não é respondido diretamente. É uma falta engendrada pelo tempo precedente que serve para responder à falta suscitada pelo tempo seguinte (Lacan, 1964a, p.203).

A separação não é tanto um movimento posterior à alienação, é, antes, uma espécie de “esclarecimento” ao avesso da alienação, ou seja, para que o sujeito surja não basta que ele se identifique a um significante do Outro, é preciso ir um pouco mais além e lhe perguntar sobre seu modo de gozo: daquilo do sujeito que não é representado inteiramente pelo Outro e da satisfação apenas parcial extraída da impossibilidade de o Outro vir preencher essa falta há um gozo.<sup>1</sup>

É justamente essa parcialidade do gozo, designada como *objeto a*, que vincula o sujeito ao Outro. Conforme vimos no capítulo anterior, Lacan concebia um momento anterior em que a criança se identificava ao objeto de demanda do Outro. Pela intervenção do significante Nome-do-Pai o sujeito adviria, passando a ser sujeito do desejo. É a intervenção de uma ordem terceira que possibilita à criança apropriar-se dos significantes dados pelo Outro e se tornar sujeito. É preciso haver aí a separação, por meio do qual o sujeito, ao mesmo tempo, se constitui pelo Outro, se diferindo um pouquinho dele, pois esse Outro consiste em uma alteridade – algo familiar e também estranho. O que Lacan acrescenta agora é que esta separação não se efetua sem a delimitação do gozo extraído desta constituição nem um pouco harmônica. Provavelmente este é o motivo que leva Lacan a dizer que “a relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro em um processo de hiância” (Lacan, 1964a, p.196).

Laurent (1997a) apresenta graficamente a separação do seguinte modo:

<sup>1</sup> Utilizo aqui o termo “esclarecimento” no sentido de que a separação revela que “a alienação (isto é, o fato de que o sujeito, não tendo identidade, tenha de identificar-se a algo) encobre ou negligencia o fato de que, num sentido mais profundo, o sujeito se define não apenas na cadeia significante, mas, no nível das pulsões, em termos de seu gozo em relação ao Outro” (Laurent, 1997b, p.43).



De acordo com Laurent (1997a), ao tentar inscrever no Outro uma representação de seu gozo através da fantasia, tentando também se definir deste modo, o sujeito se defronta com uma outra falta: “o fato de que seu gozo é somente parcial” (Laurent, 1997a, p.38). Do caráter parcial do gozo, Lacan extrai o que ele denomina como *objeto a*, designando aquilo que liga o sujeito ao campo do Outro através da perda.

Portanto, as operações que constituem o sujeito, a alienação/separação, não se coadunam, de forma alguma, ao modelo estrutural. Não se trata de um processo que possa ser reduzido a uma estrutura fechada, a um todo. Ao contrário, as operações de alienação e separação funcionam por meio de uma dialética a partir dos restos, das faltas de cada um dos processos, cujo recobrimento faz advir o sujeito. Este se constitui a partir de duas faltas: uma falta no plano significante e uma falta no plano pulsional. Com isto, Lacan se defende dos que consideravam que seu ensino havia subordinado o sujeito à estrutura, reduzido o sujeito ao significante, sem dar lugar à dinâmica pulsional, pois, doravante, o advento do sujeito comporta um elemento irreduzível ao significante. Como esse elemento se relaciona com a pulsão?

### 5.3

#### **Pulsão: Peça de Atividade**

Mesmo antes de formular a noção de *objeto a*, que, ao ser introduzida nas operações de constituição do sujeito pela linguagem, articulou a ordem significante com a dinâmica pulsional, Lacan já se referia ao campo do Outro também como campo do desejo. Tanto o significante Nome-do-Pai, responsável por metaforizar o desejo da mãe e assim dar uma significação fálica ao sujeito, quanto aquele significante especial (significante da falta do Outro, significante (-1) ou traço unário) que representa o sujeito para os outros significantes, inseriam o desejo do Outro na constituição do sujeito. O Outro enquanto tesouro dos significantes era também lugar de desejo, pois seus significantes que constituem o sujeito são também frutos do desejo do Outro.

Parece haver aí um salto, do significante ao desejo, que se torna um pouco mais claro a partir da introdução do *objeto a* na constituição do sujeito pela linguagem. Se recorrermos à ideia freudiana de desamparo e à experiência mais genuína que a criança vive em seus primeiros contatos com o outro, a dimensão do desejo articulada ao simbólico parece mais simples. Nesses primeiros contatos do bebê com os cuidadores, revela-se que a iniciativa do adulto em lidar com o desamparo infantil não se efetua sem que seu desejo se implique. O desejo daqueles que zelam pela sobrevivência do bebê torna o cuidado com as necessidades do organismo indiscernível de uma prova de amor. Junto com os cuidados pela manutenção da vida do bebê vem uma pleora de significantes com os quais o sujeito poderá identificar-se.

O que parece ser a novidade introduzida por Lacan nas operações de alienação e separação é que a constituição do sujeito pelos significantes envolverá um elemento heterogêneo, relacionado à pulsão e ao desejo do Outro, que dará corpo à incidência da incompletude simbólica no advento do sujeito. Nos termos a que nos referíamos, sob a perspectiva do desamparo, esses significantes que vêm amparar o bebê são também palavras de amor, que, mesmo sendo proferidas com as melhores intenções, exercem a função de imperativos com os quais o sujeito lidará com dificuldade, mas também com alguma satisfação. Dois resultados podem ser possíveis dessa identificação ao significante-mestre. O “sujeito” pode permanecer “petrificado”, ou seja, identificado a esses significantes sem se interrogar acerca do sentido que eles portam – permanecendo na alienação. Mas poderá ainda advir propriamente como sujeito do desejo, ao se perguntar sobre o lugar que este significante lhe designa no desejo do Outro. Em outros termos, o

S1, significante especial que permitiria deter o deslizamento da cadeia, acaba por se inserir também na cadeia. Por isso, tanto a identificação ao significante-mestre promove o aparecimento de sentidos provisórios e diversos, quanto o próprio campo do Outro também não comporta um sentido último, definitivo e seguro, por ser também cadeia significante. A metonímia do desejo impossibilita ao Outro conceder um sentido último ao significante. Curiosamente, a despeito do fato de que, mesmo identificado ao significante-mestre, o sujeito não é representado integralmente pelo Outro, ainda assim, uma satisfação é extraída, assinalando a satisfação parcial da pulsão. Tomando o exemplo de Laurent (1997a), o sujeito identificado ao significante-mestre “menino mau”, não saberá o que é ser um menino mau para o Outro. Este, por sua vez, não lhe responderá, mas o sujeito procurará responder de algum modo na fantasia e se satisfará da ausência de resposta através do sintoma. Mas quando essa identificação ao significante-mestre é abalada, o sujeito questionará a identificação a esse significante que lhe permitia se ordenar na vida cotidiana. Um problema dessa natureza encerra uma aporia que é a condição mesma de entrada em análise, que somente se efetua pela via do gozo, uma vez que esta satisfação aponta para a incompletude do simbólico.

Essa aporia somente é colocada claramente quando Lacan especifica a incidência da linguagem na constituição do sujeito no *Seminário 11*, pois, doravante, embora o sujeito se constitua a partir do significante do Outro, essa identificação não opera como uma determinação, havendo algo do sujeito que, permanecendo não representável no Outro, lhe propiciará uma satisfação parcial. Em outras palavras, essa aporia é colocada pelo sujeito, que, mesmo identificado ao significante do Outro, não sabe o que o Outro quer dele. Como o sujeito identificado a “menino mau”. É como se ele dissesse: “Eu sou um menino mau. Mas o que é ser um menino mau? O que ele quer quando me chama de menino mau?”

A introdução, na constituição do sujeito pela linguagem, da noção de gozo como uma satisfação parcial foi importante por assinalar a descontinuidade no campo do Outro, que fornece significantes para o sujeito identificar-se sem, contudo, poder integrá-lo em seu campo. Por isso também a dimensão clínica é imprescindível para compreender o aparecimento do sujeito a partir da operação de separação, pois o sujeito que entra em análise traz em sua fala essa questão. Poderia acontecer, como acontece em muitos momentos da vida de um sujeito,

que em sua vida cotidiana a incongruência da identificação ao significante-mestre não aparecesse. No âmbito imaginário é mais ou menos assim que as coisas funcionam. Como no exemplo de Žižek (1992), o significante-mestre “comunismo” possibilita uma ordenação do universo da vida do sujeito, que, identificado a esse significante, dará sentido aos outros significantes com os quais se deparar. Diante do significante “Estado”, o sujeito dará a significação de “meio pelo qual a classe dominante assegura as condições de sua dominação”; diante do significante “liberdade”, entenderá que se trata de algo que somente se efetiva pela superação da liberdade formal burguesa, que é uma forma de escravidão, e assim por diante (Žižek, 1992, p.100). Se a constituição do sujeito pela linguagem se detivesse aí, o estruturalismo daria conta deste processo de advento do sujeito. Contudo, não haveria clínica, pois o sujeito que chega à análise interroga-se quanto à legitimidade de seus significantes - assinalando que o Outro não oferece um sentido para eles – sem se dar conta da satisfação que obtém da fantasia através da qual se articula ao Outro por meio do *objeto a*. Nas palavras de Lacan:

É claro que aqueles com quem temos que tratar, os pacientes, não se satisfazem com o que são. E, no entanto, sabemos que tudo o que eles são, tudo o que eles vivem, mesmo seus sintomas, depende da satisfação. Eles satisfazem algo que vai sem dúvida ao encontro daquilo com o que eles poderiam satisfazer-se, ou talvez melhor, eles dão satisfação a alguma coisa. Eles não se contentam com seu estado, mas, estando nesse estado tão pouco contentador, eles se contentam assim mesmo. Toda a questão é justamente saber o que é esse *se* que está aí contentado. (Lacan, 1964a, p.158)

Esse modo singular pelo qual Lacan (1964a) conceitua o sujeito abarca a dimensão pulsional e assinala que a linguagem constitui o sujeito, mas não o determina, uma vez que produz um resto irreduzível ao significante. Até então, conforme vimos no capítulo 2, o sujeito era inicialmente pensado como doador de sentido, ou seja, como uma instância fundadora, instaurada na dialética intersubjetiva. A partir de *Instância da Letra*, como vimos no capítulo 3, o sujeito, ao contrário, passou a ser efeito do significante, reduzido ao sentido produzido pela combinatória significante. Agora, com as operações de alienação e separação, o sujeito aparece no ponto em que há um questionamento do sentido dado pelo Outro e uma satisfação parcial extraída da falta no Outro. De acordo com Calazans (2004), o abandono das duas primeiras fases lacanianas aqui

mencionadas implica também o afastamento de referenciais externos à psicanálise, respectivamente, a fenomenologia e o estruturalismo, que foram substituídos pela perspectiva inaugurada pela inclusão de um elemento heterogêneo ao significante. Com a introdução da noção de *objeto a*, a questão do sujeito é situada no âmbito da ética, onde a indagação pelo sentido é incompatível seja com a noção de um sujeito como instância fundadora, doadora de sentido, seja como mero efeito do significante, redutível a sua combinatória. Um sujeito que se interroga acerca do sentido não poderia ser aquele que doa sentido, nem aquele que é efeito de sentido produzido pelos significantes.

Mas, afinal, o que seria essa coisa irreduzível à ordem significante, que se apresenta como um resíduo da operação pela qual advém o sujeito? Esse *objeto a* se articula de que modo à pulsão?

Retomando a experiência genuína do desamparo infantil, de que maneira esse elemento heterogêneo se introduz neste processo de constituição do sujeito? A criança se constituirá como sujeito a partir do desejo do Outro, que pode se manifestar nos cuidados dedicados ao bebê. A identificação com os significantes que vêm junto com o zelo dedicado na conservação da vida do bebê não fará com que o sujeito atenda integralmente ao desejo do Outro, uma vez que mesmo o significante-mestre com o qual ele se identifica é suscetível de ganhar significações ao se inserir na cadeia significante do Outro. Em outros termos, ainda que o rapazinho se identifique ao significante-mestre “menino mau” nada garante que, com isso, ele realize o desejo do Outro. Ser um “menino mau” não significa o mesmo para o sujeito e para o Outro. Se essa identificação não atende ao objetivo ao qual se destina, o que sustenta essa identificação que não serve para nada? Ora, a operação de separação vem revelar que essa identificação é sustentada por uma satisfação peculiar, denominada gozo, que, por sua vez, é inapreensível pelos significantes do Outro. O gozo que o rapaz experimenta em ser um “menino mau” se apresenta como um excedente ao mandato simbólico expedido pelo Outro. O objeto dessa satisfação estranha é denominado *objeto a*, para diferir de qualquer objeto que atenda ao princípio de homeostase, uma vez que ele não assegura ao sujeito o preenchimento da falta no Outro. Uma dissimetria é introduzida na relação do sujeito com Outro, posto que o desejo do sujeito em satisfazer o desejo do Outro não se efetua integralmente. O que então é satisfeito?

Essa satisfação estranha que o sujeito obtém ao identificar-se ao significante-mestre, mesmo sem poder atender integralmente ao desejo do Outro, não se conforma apenas ao desejo, mas também à conservação do organismo. Conforme assinala Brousse (1997), “a satisfação da pulsão é paradoxal do ponto de vista do princípio do prazer, bem como do ponto de vista biológico” (Brousse, 1997, p.126). A constituição do sujeito pelo significante promove a perda de qualquer instinto natural, subvertendo as funções do organismo, quando este é tomado pela pulsão. A designação, dada por Lacan (1964a), da libido como “perda de ser vivo”, advinda da incidência da linguagem, busca considerar este caráter da pulsão, já assinalado por Freud tanto no primeiro dualismo pulsional, ao enfatizar nas pulsões sexuais um funcionamento contrário à conservação da vida orgânica, quanto no segundo dualismo, ao abordar a pulsão de morte.

Segundo Rudge (1998), Lacan introduz a noção de gozo a fim de delimitar com maior rigor o abismo entre o princípio de prazer e a satisfação pulsional, levantado por Freud em “Além do Princípio do Prazer” (1920). Desde “O Seminário 7 – A ética em Psicanálise (1959), o gozo já era apresentado por Lacan como “o que não pode levar a vida em consideração” (Rudge, 1998, p.33), transgredindo os limites designados pelo princípio do prazer, norteados pelo princípio da realidade. O objeto dessa satisfação peculiar não coincide com o objeto do princípio de prazer, entendido como o princípio da Constância, cujo objetivo consiste em manter o mais baixo possível o nível de tensão no psiquismo, a fim de assegurar a sensação qualitativa de prazer. Mas essa não coincidência é remetida ao princípio do prazer por se situar no ponto que este princípio fracassa.

Para Freud (1920), a pulsão de morte, regida pelo Princípio de Nirvana cujo objetivo consiste na anulação completa da tensão psíquica, contraria o programa do princípio do prazer. Portanto, esta função de dissolução levada a cabo pela pulsão de morte, em oposição à construção empreendida pela pulsão de vida, aponta para “o fracasso das integrações ancoradas na linguagem a partir da atividade pulsional” (Rudge, 1998, p.32). Uma vez que também o princípio do prazer se sustenta na linguagem, enquanto campo de significantes que permitiria a obtenção do equilíbrio ou da homeostase, podemos entender que a pulsão de morte se situa no ponto em que este projeto falha. Neste sentido, a pulsão de morte seria o paradigma da pulsão a que Lacan (1964a) se refere na operação de

separação, por demarcar a relação desarmônica que o sujeito entretém com o campo dos significantes que o constitui.

A fim de delimitar a satisfação própria da pulsão, enquanto o que difere do princípio do prazer, Lacan a designa como “gozo” e lhe atribui um objeto específico, denominado *objeto a*. Esse é o objeto que satisfaz o gozo parcial, que aparece como resíduo das operações dialéticas de alienação e separação.

O *objeto a* é conceituado de forma tão peculiar quanto a satisfação a que serve de esteio. Se o gozo sustentado por esse objeto possui a singular característica de satisfazer-se da falta no Outro, seu objeto, portanto, não coincidirá com qualquer objeto que venha preencher essa falta. O *objeto a* não é o objeto visado pelo desejo, pois não é relativo às coordenadas estabelecidas pelo princípio de prazer. Tampouco seria um objeto passível de uma objetivação na contramão do princípio de prazer, ou seja, se ele se opõe ao princípio do prazer nem por isso estriba-se no desprazer, correlato do prazer. Seria, antes, irreconhecível em termos de prazer e desprazer, comportando para o sujeito a dimensão de não reconhecimento, tal como vemos nos sintomas e, sobretudo, na compulsão à repetição.

De acordo com Rudge (1998), Lacan atrela o *objeto a* à pulsão, a partir da atividade da pulsão de morte e da pulsão parcial, bem como da distinção freudiana entre o objeto da pulsão e seu fim.

Na lição XIV do *Seminário 11*, Lacan enfatiza a distinção entre o objeto da pulsão (*Object*) e seu fim (*Ziel*) a partir dos quatro termos com que Freud aborda a pulsão no artigo “A pulsão e suas vicissitudes” (1915). Da leitura deste artigo de Freud, Lacan extrai a ideia de que a pulsão pode atingir seu fim sem atingir seu objeto. Em suas palavras: “É isto que nos diz Freud. Peguem o texto – *Para o que é do objeto da pulsão, que bem se saiba que ele não tem, falando propriamente, nenhuma importância. Ele é totalmente indiferente*” (Lacan, 1964a, p.159).

A pulsão a que Lacan se refere é a pulsão parcial, cujo objeto se relaciona à sexualidade e à libido, por diferir do objeto de amor, relacionado ao narcisismo. O corpo ao qual o *objeto a* remete é o corpo fragmentado do auto-erotismo, pois seus objetos são pedaços do corpo. Certamente, esse corpo auto-erótico a que os objetos da pulsão fazem referência não diz respeito a um corpo pré-simbólico ou anterior à constituição narcísica, à constituição do eu como imagem corporal unificada. Mas, antes, aos resíduos fragmentados do corpo, produzidos pela

constituição simbólica, como tal inconsistente. Com isso, Lacan pretende demarcar duas importantes considerações acerca do objeto da satisfação pulsional.

Primeiramente, a satisfação pulsional extraída deste objeto não serve a funções biológicas: “(...) em relação à finalidade biológica da sexualidade, isto é, a reprodução, as pulsões, tais como elas se apresentam no processo da realidade psíquica, são pulsões parciais”. (Lacan, 1964a, p.166)

Poderíamos concluir, a partir da oposição da pulsão sexual à pulsão de auto-conservação, que o objeto da pulsão parcial - apesar de não visar os objetos do instinto, ou seja, objetos naturais e pré-simbólicos, que serviriam à conservação da espécie – consistiria em uma parte do corpo totalizada, unificada, a que se poderia atingir integralmente. Depreenderíamos daí uma duplicação de funções do corpo, como Freud sugeria em “Perturbações Psicopatógenas da Visão” (1910). A boca, por exemplo, serviria tanto para comer quanto para beijar, pois os dois tipos de pulsão poderiam aderir a um mesmo órgão.

Contudo, além de o dualismo ter sido abandonado, Lacan (1964a) revela que a satisfação da pulsão parcial não se refere a um objeto da necessidade:

A pulsão apreendendo seu objeto, aprende de algum modo que não é justamente por aí que ela se satisfaz, Pois se se distingue, no começo da dialética da pulsão, o *Not* e o *Bedürfnis*, a necessidade e a exigência pulsional – é justamente porque nenhum objeto de nenhum *Not*, necessidade, pode satisfazer a pulsão. (Lacan, 1964a, p.159)

Então, o segundo ponto importante é que o objeto da pulsão produz satisfação tão somente por ser contornado. Nesse sentido, o objeto seria “indiferente” para que a pulsão atingisse seu fim, a satisfação. Ele atende à exigência pulsional de satisfação, em termos freudianos, “exigência de trabalho psíquico” – donde podemos depreender que o trabalho psíquico extrapola a tarefa do psiquismo de dar um destino à tensão psíquica ligando-a a representações, pois visa, simultaneamente, à satisfação pulsional, produzida na execução desta tarefa mesma. A satisfação pulsional seria um excedente produzido por este trabalho, tal como o excedente de produção capitalista dá origem à mais-valia e move a própria produção, conforme Lacan (1969-1970) desenvolverá alguns anos depois.

Essa exigência pulsional que parece visar à satisfação, prescindindo da obtenção do objeto, é ilustrada por Lacan (1964a) na satisfação da pulsão parcial

oral. A fim de delimitar o que seria esse objeto, designado com *a* minúsculo, Lacan procura circunscrevê-lo na satisfação da pulsão oral, explicando que esta não se satisfaz pelo alimento, mas pelo “prazer da boca”. Que a pulsão não se satisfaça por um objeto do instinto não é nenhuma novidade, o que é novo na formulação de Lacan é que este “prazer da boca” é satisfeito por um pedaço do corpo, o seio, sem estar atrelado a nenhuma função específica, sendo inteiramente esvaziado de sentido. Em suas palavras, assim Lacan coloca esta consideração:

O objeto da pulsão, como é preciso concebê-lo, para que se possa dizer que, na pulsão, qualquer que ela seja, ele é indiferente? Para a pulsão oral, por exemplo, é evidente que não se trata de modo algum de alimento, nem de lembrança de alimento, nem de eco de alimento, nem de cuidado da mãe, mas de algo que se chama o seio e que parece que vai sozinho porque está na mesma série. Se Freud nos faz esta observação de que o objeto na pulsão não tem nenhuma importância, é provavelmente porque o seio deve ser revisado por inteiro quanto à sua função de objeto. (Lacan, 1964a, p.159-160)

Em sua função de objeto, o objeto da pulsão não se confunde com o objeto visado pelo desejo. Por isso Lacan o designa como *objeto a*, a fim de salientar que ocupa o lugar de um vazio, que por ser contornado exerce a função de objeto causa do desejo. Essa é a revisão que Lacan opera na função de objeto desempenhada pelo objeto da pulsão: a sua função é ser causa do desejo: “A esse seio, na sua função de objeto, de objeto *a* causa do desejo, tal como eu trago sua noção – devemos dar uma função tal que pudéssemos dizer seu lugar na satisfação da pulsão. A melhor fórmula nos parece ser esta – que a *pulsão o contorna*”. (Lacan, 1964a, p.160)

O *objeto a* é então o que satisfaz a pulsão em seu retorno em circuito:

Se a pulsão pode ser satisfeita sem ter atingido aquilo que, em relação a uma totalização biológica da função, seria a satisfação ao seu fim de reprodução, é que ela é pulsão parcial, e que seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em curto circuito. (LACAN, 1964a, p.170)

Vemos, na última cena do filme “Blow-up - Depois daquele beijo” de Antonioni, uma bela ilustração dessa função do objeto em ser causa do desejo que o contorna, como em um circuito em torno de um vazio. Na última cena deste filme, Thomas, o personagem principal, assiste a um jogo de tênis muito peculiar.

Sob a quadra, dois jovens fantasiados, cercados por uma platéia também de *clowns*, jogam tênis em perfeita sintonia. No entanto, não há bola alguma no jogo. O jogo de tênis se desenrola ao redor de uma bola inexistente. Que o objeto na cena não esteja encarnado, como ocorre ao objeto da pulsão, não parece oferecer prejuízo algum à imagem evocada, uma vez que a bola, por estar ausente, se mostra ainda mais presente. Muito mais presente do que na imagem de um jogo de tênis comum.

Podemos dividir o filme em três tempos. No primeiro tempo do filme, Thomas, um jovem fotógrafo entediado, mas cheio de energia, percebe que outras pessoas possuem interesse por alguma coisa e, às vezes, ele também se interessa provisoriamente por algo. Nas primeiras cenas do filme, ele vai à casa de um amigo pintor que lhe mostra uma de suas telas e lhe aponta alguma coisa que ele é incapaz de ver. Um pouco depois disso, Thomas vai a um parque e fica tirando fotos casualmente de um casal desconhecido, que ele observa em surdina. Mas quando está indo embora, a mulher que ele fotografava vai atrás dele no parque, querendo desesperadamente os negativos; ele não os entrega, a mulher sai correndo e ele tira mais fotos dela. Nada realmente absorve seu interesse por muito tempo até o momento em que a tal mulher vai à sua casa em busca dos negativos e Thomas lhe entrega um negativo qualquer. Após esse encontro, começa o segundo tempo do filme, quando Thomas encontra alguma coisa que lhe faz enigma, provocando-lhe o interesse que, antes, ele só observava nas outras pessoas. Thomas descobre, ao ampliar os negativos das fotos que fizera no parque, que o homem com quem a mulher estava fora assassinado com um tiro, no momento mesmo em que tirava as fotos. Ele vai ao parque e, de fato, encontra o corpo do homem morto. Volta para a casa e percebe que roubaram os negativos e as fotos. Vai a uma festa procurar um amigo seu para contar o que está acontecendo, mas este não dá a menor importância para o ocorrido. Absorto com o assunto, Thomas, ao acordar de manhã ainda na festa, retorna ao parque, mas dessa vez já não encontra mais nada. Após não mais ver o corpo, inicia-se o terceiro e último momento do filme, no qual Thomas se defronta com a bola inexistente que mobiliza o jogo de tênis. O interesse que, ao longo do filme, ele buscava encontrar em algo existente, Thomas descobre, na última cena do filme, que ele gira em torno de algo que, realmente, ninguém vê. Nesta cena final, ao aderir ao jogo de tênis da bola invisível, quando vai pegá-la fora da quadra de

tênis, Thomas passa também a escutar o som deste objeto, que até então estava em off. Será que Thomas não teria percebido neste jogo de tênis que o objeto que ele tanto procurava para livrar-se do tédio consiste em um vazio que causa o desejo, e a partir de então teria aberto sua escuta?

Certamente, há de se ponderar que este caráter vazio do *objeto a* consiste no esvaziamento de significação que ele comporta, pois este objeto, como vimos, encarna uma parte do corpo, mas “é do vazio que os centra, portanto, que esses objetos retiram a função de causa em que surgem para o desejo” (Lacan, 1969, p.325). A ilustração da cena do filme foi evocada, portanto, de forma metafórica. Mas, se concordarmos que Thomas teria, na cena final, se confrontado com o objeto causa do desejo, poderíamos ver neste filme uma ilustração paródica do percurso de uma análise. O personagem teria se deparado com a fórmula da fantasia fundamental, na qual o objeto não aparece como objeto da demanda do Outro, mas como objeto causa do desejo. De acordo com Brousse (1997), “em análise, vai-se do objeto como demanda, demanda do Outro, ao objeto como perda” (Brousse, 1997, p.133). Segundo a autora, o trabalho da análise sobre a fantasia fundamental, a que a pulsão se liga não como objeto da demanda, mas como *objeto a*, permitiria uma mudança na posição de gozo do sujeito.

Nesse sentido, a análise circunscreveria o objeto de gozo, tal como na operação de separação. Da operação de separação um objeto é extraído com o qual o sujeito obtém a satisfação pulsional, dependente também de sua constituição precária pelos significantes do Outro. De acordo com Miller (2005): “Quando se opera a separação, algo do organismo vivo vem se colocar, a libido, os objetos ditos pulsionais, o que evidencia que a energia pulsional está ligada ao objeto perdido” (Miller, 2005, p.75).

Poder-se-ia pensar que a perda evidenciada na operação de separação designaria um para além da linguagem, como pode sugerir a expressão “energia pulsional” empregada por Miller na citação precedente. Contudo, a operação de separação não funciona isoladamente, é simultânea à sua contrapartida dialética, a operação de alienação pela qual o domínio do significante é introduzido. Então, o que poderia nos levar a pensar que a dinâmica pulsional seria incompatível com a dominância do significante? Certamente, é por que ela surge ali onde os significantes do Outro não respondem ao sujeito. Mediante essa falta do Outro, o sujeito é levado a indagar sobre o desejo, confrontando-se, então, com a

parcialidade do gozo. Essa é a perda da operação de separação, através da qual Lacan, no *Seminário II*, convoca a pulsão.

Em “Posição do Inconsciente” (1964b), texto escrito por Lacan em 1964 a partir de uma apresentação sua em 1960 no *Congresso de Bonneval*, a operação de separação é abordada através do mito da *lamela*, de modo a precisar a perda que se efetua nesta operação. Figuras como “homelete”, “placenta” e “lamela” são utilizadas para designar a libido, órgão irreal do ser vivo, advindo dessa perda, que coloca o desejo do sujeito em relação ao desejo do Outro. Essas figuras evocam a imagem da castração, de uma perda de si, como perda de uma parte do corpo, a fim de evocar a dimensão real da pulsão. Nas palavras de Lacan, trata-se da “parte do ser vivo que se perde no que ele se produz pelas vias do sexo” (Lacan, 1964b, p.861). A imagem da “placenta”, por exemplo, remete ao mesmo tempo a uma divisão e a uma perda. Lacan não evoca a imagem do corte do cordão umbilical que ligava o bebê à mãe, pois não se trata pura e simplesmente da separação do bebê e da mãe. A placenta - órgão destacado do corpo do bebê, para que este advenha - culmina na imagem paradoxal de um órgão que deixa de ser tanto da mãe quanto da criança, mas, que, curiosamente, os vincula. A relação do sujeito com o Outro se efetua, então, através de um objeto que não é propriamente de nenhum dos dois, mas sem o qual nenhum deles se constitui. Assim, retomando a dialética alienação/separação, Lacan, como faz também no *Seminário II*, nela introduz a libido, como um órgão do ser vivo que se destaca do sujeito e que o vincula ao Outro:

O importante é apreender como o organismo vem a ser apanhado na dialética do sujeito. Esse órgão do incorporal no ser sexuado é aquilo do organismo que o sujeito vem estabelecer no momento em que se opera sua separação. É por meio dele que ele pode realmente fazer de sua morte objeto de desejo do Outro (Lacan, 1964b, p. 863, grifo meu).

Esse modo particular de vincular o sujeito ao Outro é inteiramente diferente da maneira como essa relação era formulada tanto na primeira fase de seu ensino quanto na segunda. Conforme vimos nos capítulos anteriores, inicialmente era a dialética intersubjetiva, de sujeito a sujeito, que dava conta deste modo de relação. Essa dialética, por ser sustentada pela intervenção simbólica, diferia da relação especular do semelhante ao semelhante, mas inaugurava ainda assim um modo de

relação entre os sujeitos fundados pelo ato de fala. O simbólico, como fala fundadora, comportava uma unidade. Vimos que na segunda fase essa totalidade do simbólico é desfeita, em virtude do primado do significante, concedido à estrutura simbólica. O simbólico, a partir de então, é incompleto. Ao invés de instaurar sujeitos que se constituem na dialética intersubjetiva, nenhum fundamento é concedido ao sujeito, pois este passa a ser um efeito, pontual e evanescente, da estrutura significante. A posição dos sujeitos falantes, por sua vez, é reduzida a lugares estruturais esvaziados de sentido, uma vez que a rede social na qual o sujeito se insere é concebida como o próprio campo do Outro, cuja matriz simbólica consiste na estrutura elementar de parentesco, fundamento do social. A rede social, pensada deste modo, reduz-se a uma estrutura esvaziada de sentido, conseqüentemente, a função dos sujeitos falantes na linguagem é apagada.

De que modo a função dos sujeitos falantes na linguagem será pensada, agora, a partir da introdução desse elemento heterogêneo ao significante no processo de constituição do sujeito? Certamente, é ainda a partir do Outro que a relação de sujeito a sujeito se efetua. Contudo, a inserção do sujeito no campo do Outro não mais se reduz a um lugar ocupado na estrutura simbólica, pois, doravante, o sujeito se vincula ao Outro a partir do *objeto a*. A satisfação pulsional obtida a partir dos significantes do Outro configurará um modo particular de o sujeito estabelecer vínculo com outros sujeitos, através da fantasia: por meio da relação do sujeito com seu *objeto a*, o sujeito se inscreverá no desejo do Outro. Esse objeto perdido, ao permitir que o sujeito ocupe um lugar no desejo do Outro, também norteará a relação de sujeito a sujeito, nas modalidades de discurso.

Vê-se, portanto, que o modelo estrutural é incompatível com este modo de conceber a constituição do sujeito pela linguagem, pois as estruturas simbólicas, tal como Lévi-Strauss formula, não abarca a relação de sujeitos falantes fora de lugares simbólicos esvaziados de sentido. Uma estrutura somente engloba elementos que lhe são inerentes, não podendo, assim, dar conta da relação de sujeito a sujeito a partir de um elemento que é estranho à ordem significante.

A inclusão deste elemento heterogêneo ao significante na própria dimensão da linguagem enquanto constituinte do sujeito promove ainda uma revisão da noção de letra, tal como formulada em *Instância da Letra*. Segundo Freire (1999),

com a introdução do objeto *a*, a noção de letra enquanto pura diferença é radicalizada à pura heterogeneidade.

Vimos, no capítulo anterior, que a letra equivalia ao significante, tal como enfatizado pelos estruturalistas. Diferentemente do significante saussuriano, reduzido a uma imagem acústica, Lacan (1957b) aborda o significante tal como um fonema, concebido por Jakobson (1976) como mínima unidade diferencial. A noção de letra era, então, definida como um significante, ou ainda, um fonema. Como tal, não corresponde a um significado, e somente ganha alguma significação em relação a outro significante. O sujeito, por sua vez, era situado no lugar dessa significação pontual e evanescente. Logo, a noção de letra derrubava a indivisibilidade do signo, demarcando no interior da noção de signo saussuriano a irredutibilidade da barra, como resistência à significação.

Com a introdução de um elemento heterogêneo ao significante, ou seja, o *objeto a*, nas operações de alienação e separação, a irredutibilidade, que antes se restringia à relação do significante ao significado, é estendida à propriedade do significante de representar integralmente o sujeito para outro significante. Dessa operação através da qual um significante especial representa o sujeito para os outros significantes resulta um elemento heterogêneo ao significante, que impossibilita ao sujeito ser representado integralmente.

Em *Posição no Inconsciente*, Lacan novamente se refere à letra, relacionando-a não mais à mera função de diferença, mas à perda de ser vivo produzida como resto da constituição do sujeito pelo significante, como resíduo da não integração do sujeito pelo Outro. Conforme vimos, da incidência significante advém a perda de ser vivo, que a libido, órgão irreal, vem apresentar como seus objetos, o olhar, a voz, as fezes e o seio. Dessa perda, que aponta para o domínio da pulsão de morte, o sujeito faz dela objeto de desejo do Outro. A sexualidade se atrela a esses objetos dele se satisfazendo, tal como se satisfaz a pulsão parcial, atingindo seu fim apenas contornando-os. A partir daí, Lacan (1964b) parece introduzir a noção de letra para abordar essa propriedade significante de produzir a perda. Em suas palavras:

O sujeito falante tem o privilégio de revelar o sentido mortífero desse órgão e, através disso, sua relação com a sexualidade. Isso porque o significante como tal, barrando por intenção primeira o sujeito, nele fez penetrar o sentido da morte. (A

letra mata, mas só ficamos sabendo disso pela própria letra.) Por isso é que toda pulsão é virtualmente pulsão de morte (Lacan, 1964b, p.862-863).

Conforme assinala Freire (1999), a identificação da noção de letra ao elemento heterogêneo ao significante progride ao longo do ensino de Lacan, sobretudo a partir da década de 70, quando letra e gozo serão intrinsecamente relacionados. Mas já em *Posição no Inconsciente*, conforme assinala a autora, em virtude da introdução da noção de *objeto a*, seria possível distinguir significante e letra, o que indica uma modificação da noção de letra tal como formulada por Lacan em 1957. A noção de letra se distingue, desde então, da noção de significante, em virtude de sua relação com o elemento heterogêneo ao significante. Ao invés de ocupar a função de diferença pura, a letra passa a comportar aquilo que da ordem significante impossibilita que o sujeito seja inteiramente representado. Em suas palavras:

Lacan quer com o termo letra não apenas acentuar o "obstáculo" à unidade do signo, como também apontar a operação de barra própria ao sujeito e, portanto, ao seu descentramento (o que ele designa como *aphanisis* do sujeito), e à sua própria irreducibilidade ao representar. Eis aqui uma preliminar diferença, pois a barra da letra não se reduz ao encadeamento de um significante ao outro ou à barra própria da significação quando do remetimento de um representante a outro, mas à barra própria do sujeito se fazer todo representar no significante (Freire, 1999).

Ainda de acordo com Freire (1999), essa nova conceituação de letra assinala um afastamento do estruturalismo, uma vez que, ao remeter-se à irreducibilidade do sujeito ao Outro, ou mesmo, do sujeito ou do objeto ao significante, a letra extrapola a função de diferença como condição de possibilidade da estrutura. Nesse sentido, ela se torna cada vez mais atrelada à heterogeneidade em relação ao significante, e mais próxima da noção de gozo.

Outra ruptura realizada com a fase estruturalista do ensino de Lacan consiste na inclusão da pulsão na própria operação de constituição do sujeito pela linguagem, pelo campo simbólico. Vimos no capítulo anterior que a pulsão se reduzia a um limite do simbólico, pois se situava no ponto em que o sujeito demanda um ponto de basta do Outro. Lacan (1960) dizia que esta demanda pede que o Outro responda em termos de pulsão. Além disso, a resposta do Outro, em termos de pulsão, era dada como significante, o significante da falta no Outro.

Agora, através da noção de *objeto a*, a pulsão, ao invés de ser abordada como um limite ao campo do Outro, passa a ser um produto deste campo. Ainda que seja irreduzível ao significante, integra o modo pelo qual a linguagem incide na produção do sujeito. De certo modo, a noção de pulsão permanece ainda referida ao ponto em que a estrutura falha em se constituir como um sistema, apontando para a falta no Outro. Mas essa falta deixa de ser representada por um significante, pois manifesta, antes, a impossibilidade da ordem significante de tudo representar. Essa falta passa a ser corporificada pelos objetos pulsionais, resíduos da perda de ser vivo.

Outra consequência, importante para nosso trabalho, consiste na função que a pulsão passa a desempenhar na relação do sujeito ao Outro, pois, conforme indicamos, ainda que os objetos pulsionais advenham da irreduzibilidade do sujeito ao campo do Outro, por outro lado, é através dessa perda mesma que o sujeito se insere no desejo do Outro. Certamente, essa inserção se dá mediante um gozo parcial. Mas o que importa destacar aqui é a atividade a que a pulsão se empenha - a de contornar os objetos e, com isso, produzir um vínculo com o Outro.

Como suporte e resíduo do desejo do Outro, os objetos perdidos, apontados por Lacan como seio, excremento, voz e olhar, são circundados pela pulsão. Portanto, Lacan (1964b), tal como Freud, define a pulsão como uma atividade: “É em revolver esses objetos para neles resgatar, para restaurar em si sua perda original, que se empenha a atividade que nele denominamos de pulsão” (Lacan, 1964b, p.863). A pulsão é, então, definida como uma atividade que visa resgatar a perda original do sujeito em ser definido por meio dos significantes do Outro. Pela pulsão essa perda é colocada em relação ao desejo (que é também do Outro) mediante um gozo parcial.

Podemos depreender, portanto, que a noção de pulsão como atividade remete à noção de ato. Conforme destaca Rudge (1998), a atividade da pulsão implica algo de não representável, que, somente através da realização do fim pulsional, pode ser representado através de seus efeitos. A dimensão de não reconhecimento, presente na satisfação substitutiva das formações do inconsciente, em que somente *a posteriori* é possível atribuir-lhes algum sentido, em virtude de serem essas formações ligadas a representações, aponta para a dimensão de ato inerente à pulsão, que é ainda mais radicalizada nas compulsões

de destino e nas passagens ao ato. A dimensão de ato na pulsão é responsável pelo não reconhecimento que o sujeito experimenta em suas manifestações, uma vez que a atividade da pulsão não oferece uma representação prévia de seu objeto e de seu fim. Nas modalidades de discurso a dimensão de ato da pulsão é ampliada, abrangendo as formas de vínculo social possíveis, mantendo também a dimensão de não reconhecimento própria da pulsão: “O sujeito do discurso não se sabe como sujeito que sustenta o discurso” (Lacan, 1969-1970, p.66). Nos discursos, a satisfação pulsional sob a forma de *objeto a*, ao articular-se aos seus elementos constitutivos (S1, S2 e  $\$$ ) em determinadas posições (dominante, dominado, verdade e produto), tornar-se-á ato, no sentido de prática exercida no plano social, ou seja, o plano da relação de sujeito a sujeito, que desde o abandono da noção de intersubjetividade havia sido pouco abordado. Nos discursos, esse plano ressurge, resgatando a noção de ato de fala, mas prescindindo da dialética intersubjetiva, ou seja, sem pressupor que os vínculos sociais entre sujeitos se baseiem em uma relação complementar e harmoniosa.

#### 4.4

#### **Discurso como Laço Social**

Se, em 1964, Lacan buscava responder à crítica segundo a qual a incidência do estruturalismo em sua abordagem da psicanálise havia negligenciado a dimensão pulsional, em 1969, se empenhará em demonstrar que sua abordagem abrange as questões da alçada social. Lacan, em “O Seminário 17 – O avesso da psicanálise” (1969-1970), replica à provocação do movimento estudantil de 1968, grafada nas paredes de Paris: “As estruturas não vão às ruas”. A fim de responder a essa crítica, Lacan (1969-1970), de um golpe só, demonstra que seu ensino pode dar conta dos acontecimentos sociais e revela a mudança discursiva que se operava em maio de 68. Ao mesmo tempo em que se contrapunha à ideia de que a noção de estrutura era incapaz de atingir os eventos da vida social, denunciava

que o discurso universitário, mascarado sob a forma de um saber neutro, imparcial e válido para todos, legitimava uma forma de dominação. Segundo Zizek (2005):

Nesse seminário, Lacan se esforça por demonstrar que as estruturas caminham sim pelas ruas, ou seja, que os arranjos estruturais podem explicar irrupções sociais, como as de 1968. Em lugar de um Outro simbólico com seu conjunto de regras *a priori* que garantiriam a coesão social, temos a matriz de passagens de um discurso a outro: o interesse de Lacan está focalizado na passagem do discurso do mestre ao discurso da universidade como discurso hegemônico na sociedade contemporânea. (Zizek, 2005, p.105)

É interessante notar que a cada vez que Lacan se defende de alguma crítica referente à dominância do estruturalismo em sua obra acaba por dele se afastar – o que acentua seu modo particular de se apropriar desta corrente. No *Seminário 11*, a fim de destacar a dimensão pulsional, Lacan não somente introduz na constituição do sujeito pela linguagem um elemento heterogêneo ao significante, mas também utiliza uma noção inteiramente diferente da noção de estrutura, a saber, a noção de operação dialética e de topologia, a fim de dar conta do advento do sujeito pela linguagem. No *Seminário 17*, como decorrência da fórmula extraída das operações de alienação e separação, Lacan elabora as modalidades de discurso, que consistem em vínculos sociais, abarcando, portanto, a dimensão social que os opositores do estruturalismo julgavam inapreensível pela estrutura. Ora, Lacan apreende essa dimensão apenas em virtude da ruptura/apropriação empreendida no *Seminário 11*.

E que fórmula é essa de onde Lacan extrai os discursos?

Assim é a fórmula.

Que diz ela? Ela situa um momento. (...) Ela diz que é no instante mesmo em que o S1 intervém no campo já constituído dos outros significantes, na medida em que eles já se articulam entre si como tais, que ao intervir junto a um outro, do sistema, surge isto,  $\$$ , que é o que chamamos de sujeito como dividido. (...)

Enfim, nós sempre acentuamos que desse trajeto surge alguma coisa definida como uma perda. É isto o que designa a letra que se lê como sendo o objeto *a*. (Lacan, 1969-1970, p.13)

Conforme assinala Zizek (2005), “os quatro discursos de Lacan, que articulam as quatro posições subjetivas dentro de um laço social discursivo, derivam logicamente da fórmula do significante” (Zizek, 2005, p.107). Lacan

retoma a dinâmica da alienação e separação, segundo a qual um significante-mestre (S1) representa um sujeito ( $\$$ ) para outro significante (S2), produzindo um resto, denominado *objeto a* ( $a$ ). São esses quatro elementos que compõem o matema dos quatro discursos, com a ressalva, feita por Lacan na primeira lição do *Seminário 17*, de que o S2 não designa apenas um significante, mas a bateria significante, já articulada de algum modo, como um saber. E o S1 designa propriamente um significante, aquele que intervém na bateria significante, ou seja, no campo de saber. Em suas palavras, Lacan assim retifica a forma fundamental pela qual o sujeito advém da “estrutura”:

Mas, simplificando, consideramos S1 e, designada pelo signo S2, a bateria dos significantes. Trata-se daqueles que já estão ali, ao passo que no ponto de origem em que nos colocamos para fixar o que vem a ser o discurso, o discurso concebido como estatuto do enunciado, S1 é aquele que deve ser visto como interveniente. Ele intervém numa bateria significante que não temos direito algum, jamais, de considerar dispersa, de considerar que já não integra a rede do que se chama um saber. (Lacan, 1969-1970, p.11)

A distinção entre S1 e S2 não consiste, portanto, na diferença entre dois pólos opostos dentro de um mesmo universo, mas, antes, de um corte no interior deste universo, interno ao campo do Outro. Segundo Žižek (2005), o par original não reside em S1-S2, senão em S1 e S1-S2, pois um mesmo termo compõe as duas superfícies topológicas. O que quer dizer, como já havíamos ressaltado a propósito da primeira falta da operação de alienação, que o significante-mestre, ao representar o sujeito para outro significante, se insere na cadeia, sendo, por sua vez, ressignificado. Disso resulta que o sujeito permanece não representado integralmente pelo Outro e que mesmo identificado ao significante-mestre do Outro não cumpre o mandato simbólico.

Colocada esta nova maneira de situar S1 e S2 – o S1 como o significante sozinho, inteiramente desprovido de significação, tal como um traço unário, e o S2 como a bateria significante, campo de saber por já possui alguma articulação, plano binário do significante – Lacan insere a fórmula fundamental nas posições designadas nos matemas dos discursos, de tal modo que o que denomina discurso do mestre coincide com a operação de constituição do sujeito pelo significante. As posições são as seguintes:

Na lição VI do *Seminário 17* (p.87), Lacan assim as especifica:

desejo	Outro
verdade	perda

Em *Radiofonia* (1970, p.447), as formula deste modo:

o agente	o outro
a verdade	a produção

Esses lugares do discurso são fixos, o que distingue um discurso de outro são os termos que os ocupam: “S1”, significante-mestre que desempenha a função de mandato simbólico do Outro; “S2”, significante do saber, encarregado de dar consistência ao significante-mestre; “\$”, sujeito, dividido por se situar no intervalo significante, como um efeito de significação sempre provisório e inconstante, uma vez que o significante (S2) que viria dar um sentido para o significante que o representa (S1) acaba por ressignificá-lo indefinidamente; e “*objeto a*”, resíduo de gozo desta operação e encarnação da inconsistência simbólica, funcionando como causa do desejo, por levar o sujeito a buscar um significante que dê conta da falta no Outro. Estes termos, a partir do discurso do mestre, dão origem aos outros três discursos, permutando através de um “quarto de giro”, obedecendo à ordem da lógica de constituição do sujeito pelo significante: S1, S2, *objeto a* e \$.

O ponto de partida dos discursos é o discurso do mestre, que retoma a lógica de constituição do sujeito pelo significante, ao situar o significante-mestre no lugar de agente. No lugar de agente, o significante-mestre coincide com o mandato simbólico que instaura, ocultando, no lugar da verdade, a divisão subjetiva tributária da inconsistência simbólica. Dirigido a um campo de saber, ou seja, a um campo de significantes que ele supõe dispersos e se encarrega de unificá-los, o mestre produz uma região que será rejeitada e excluída de seu alcance (*a*), a pretexto de realizar integralmente o mandato simbólico. É o caso,

exemplificado por Zizek (1992, 2005) várias vezes, da irrupção do nazismo na Alemanha. Buscando unificar a Alemanha em situação de crise, surge o significante-mestre nazista, impondo um mandato simbólico, a fim de ocultar, no lugar da verdade, a divisão da sociedade alemã. Para que a Alemanha seja unificada, é necessário, no entanto, a produção de algo que deve ser excluído dessa sociedade, a saber, o judeu, como dejetos que ao ser eliminado permitiria a constituição da nação alemã. O mestre, situado no lugar de agente, jamais questiona seu mandato, nunca se interroga acerca da legitimidade de seu ato - como podemos ver no filme “A queda. As últimas horas de Hitler”, de Oliver Hirschbiegel, em que Hitler é apresentado como detentor de uma certeza inabalável, quando, mesmo no momento em que Berlim é invadida, jamais hesita quanto a seu fim, nem duvida do poder de seu exército. Conforme destaca Zizek (2005):

A ilusão do gesto do mestre é a coincidência completa entre o nível da enunciação (a posição subjetiva a partir da qual estou falando) e o nível do conteúdo enunciado, o que quer dizer que o que caracteriza o mestre é um ato de fala que me absorve totalmente, no qual “sou o que digo”, em suma, um performativo plenamente realizado, autônomo. (Zizek, 2005, p.108)

O matema do discurso do mestre é assim formulado por Lacan (1969-1970):

$$\frac{S1}{\$} \qquad \frac{S2}{a}$$

Já o discurso da histérica, no lugar de agente, situa o sujeito dividido, assumido pela histérica, que endereça ao mestre a demanda por uma resposta para sua divisão, apontando, ao mesmo tempo, a inconsistência do mandato simbólico. O que ela produz, ao dirigir sua demanda ao mestre, é um saber, um conjunto inconsistente de significantes, que poderia vir a dar algum sentido para a questão de seu ser. No lugar da verdade, subjaz o gozo obtido pela histérica ao dirigir sua demanda ao Outro. Como no caso, ilustrado por Laurent (1997a), do rapazinho identificado ao significante-mestre “menino mau”. Ele não sabe o que é ser um

menino mau para o Outro, e, por isso, encarna a pergunta da histórica ao mestre: “por que sou o que você diz que sou?”. No gesto mesmo em que dirige essa pergunta ao Outro, supondo que ele possa respondê-la, a histórica assinala a incompletude simbólica. Em outros termos, ela castra o Outro, apontando sua divisão. O discurso da histórica, portanto, questiona a legitimidade e a eficácia do mandato simbólico. De acordo com Zizek (1992):

Essa pergunta emerge como uma reação do sujeito ao que Lacan, no início da década de 1950, chamava a “fala fundadora”, o ato de conferir uma missão simbólica, o ato que, ao me nomear, define, estabelece meu lugar na rede simbólica: “És meu Mestre” (minha Mulher, meu Rei etc.). A propósito da “fala fundadora”, a pergunta formulada é sempre: “O que, em mim, me faz ser o Mestre (a Mulher, o Rei etc.)?” (Zizek, 1992, p.173)

Lacan (1969-1970) assim designa o matema do discurso da histórica:

$$\begin{array}{cc} \S & S1 \\ \hline a & S2 \end{array}$$

O discurso universitário, por sua vez, parte do saber no lugar de agente. O saber se dirige ao “a”, ou seja, ao irreduzível à rede simbólica, como uma tentativa de objetivar o que se apresenta como inapreensível pelo significante. Por exemplo, conforme indica Zizek (2005), no modelo pedagógico conservador, os representantes do saber se dirigem ao estudante, considerado como matéria bruta inassimilável, a qual convém incutir um saber neutro, imparcial e universal. O resultado produzido é um sujeito dividido, de plena posse de saberes, informações e teorias, mas completamente incapaz de servir-se delas para se orientar na vida, bem como orientar a dos demais. O que se oculta, no lugar da verdade, é que esse saber é sustentado por uma opinião particular, sacramentada pela academia e tornada palavra de autoridade, a que a exigência de citações vem atender. Nisso o uso de citações em textos do discurso universitário difere totalmente de seu uso em textos do discurso analítico. Conforme destaca Lo Bianco, as citações no texto analítico se distinguem do uso universitário desde “que se esteja incluindo nelas uma relação de transferência, de reconhecimento de filiação, que, por sua vez, não se confunde com a crença e a adoção cega do ponto de vista da(s) autoridade(s) no assunto” (Lo Bianco, 2006).

Em um âmbito mais amplo, o da relação das ciências, sobretudo das ciências humanas, com a sociedade, esta modalidade de laço social revela-se ainda mais perniciosa, por permitir a legitimação de ideologias, mascaradas sob a forma de saberes objetivos e imparciais. É o que, por exemplo, podemos assistir diariamente em qualquer noticiário sobre economia. Aumento ou diminuição de taxas de juros, destinação de verbas a determinados setores em detrimento de outros, etc, são justificados por “sofisticados” cálculos fundamentados pelo campo de saber da economia. O que se mascara no uso do saber econômico é que ele somente serve de pretexto a decisões políticas. Mesmo as ciências propriamente ditas, as que operam um corte com toda e qualquer esfera de valor, construindo objetos inteiramente alheios a nossa realidade sócio-simbólica, delimitando regiões de validade parciais e provisórias, podem sucumbir à apropriação de seus objetos, tanto pelo discurso da universidade quanto pelo discurso do mestre, e, deste modo, servirem a ideologias. François Jakob, genético, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina, assim desabafa seu ressentimento das apropriações que a ideologia faz da ciência:

E, não obstante o Dr. Frankenstein e o Dr. Strangelove, as catástrofes da História são menos obra de cientistas do que de padres e políticos.

(...) Nada é mais perigoso do que a certeza de que se tem razão. Nada causa tanta destruição como a obsessão de uma verdade considerada absoluta. (...) Com efeito, não são as ideias da ciência que engendram as paixões. São antes as paixões que utilizam a ciência para esteio de sua causa. (...) No final deste século XX já deveria estar claro para toda a gente que nenhum sistema poderá explicar o mundo em todos os seus aspectos e em todas as suas minudências. Ter contribuído para desfazer a ideia de uma verdade intangível e eterna não é talvez um dos menores títulos de glória da atividade científica. (Jacob, 1985, p.12)

O discurso da universidade desconhece, no entanto, que seu pretense saber neutro se ampara em uma postura de mestria. Nos termos da filosofia da linguagem ordinária de Austin, abordada no capítulo primeiro, podemos dizer que o discurso da universidade ignora que seu enunciado supostamente constataivo se sustenta em um enunciado performativo. Conforme destaca Zizek (2005):

A “verdade” do discurso da universidade, oculta atrás da barra, é o poder, ou seja, o significante-mestre: a mentira constitutiva do discurso universitário é que recusa sua dimensão performativa, apresentando o que efetivamente equivale a uma

posição política baseada no poder como simples percepção do estado fático das coisas. (Zizek, 2005, p.113)

Lacan (1969-1970) designa deste modo o discurso da universidade:

$$\begin{array}{ccc} S2 & & a \\ \hline S1 & & § \end{array}$$

O discurso do analista, por sua vez, é o único que não considera o seu endereçado como campo de saber, como significante-mestre ou como objeto. O analista se dirige ao sujeito dividido, ou seja, àquele que demanda uma significação para seu ser, que se queixa da inconsistência simbólica. Mas, ao invés de responder à demanda do sujeito, ele encarna a impossibilidade mesma de seu pedido, porque, no lugar de agente, o analista ocupa a posição de *objeto a*. Desse lugar de agente, o analista encarna a própria inconsistência simbólica da qual o sujeito padece em sua pressuposição de que seria possível supri-la. Por ocupar assim esse lugar, antes que conceder uma interpretação que viesse preencher a busca de sentido a que o sujeito dividido se entrega, o analista opera meramente sobre a sua fala (endereçada e composta de significantes). Da fala do sujeito, o analista não destaca o sentido que lhe é demandado, mas tão somente seus significantes-mestres - que não lhe asseguram a realização integral do mandato simbólico e se sustentam apenas no gozo que o sujeito extrai dessa realização parcial. Esse significante que sustenta o sintoma inconsciente do sujeito, como cifra de gozo, cujo deciframento o sujeito demanda sem cessar do Outro, é justamente o que é produzido pelo discurso do analista (Zizek, 2005). Certamente, não se trata de produzir um novo mandato simbólico, mas de trazer à luz, ou melhor, à fala, esse significante que estava emaranhado na bateria dos significantes, sustentado por um gozo do qual o sujeito não tinha a menor ideia, embora fosse o seu sentido o que era demandando a todo momento. Dar ouvidos a esse significante não parece algo muito diferente do que Lacan (1953a) propunha, anos antes, como o modo de abordar o sintoma concebido como “fala amordaçada”. Como vimos no capítulo segundo, tratava-se, nessa ocasião, de “libertar da linguagem a fala”. Como leríamos esta fórmula a partir de 1969? Poderia ser “libertar da cadeia significante o significante-mestre? Conforme assinala Quinet (2006), ao revelar o significante-mestre, o discurso do analista

desvela que o S1 é apenas um significante, enquanto nos outros três discursos ele era encarnado por alguém: no discurso da histeria, pelo mestre; no discurso universitário, pelo autor; e no discurso do mestre, pelo governante que realiza a própria lei simbólica. Através do discurso do analista, esse significante-mestre, que propiciava ao sujeito padecimento e satisfação, é revelado como apenas um significante. E o que sustenta o discurso do analista para que, se dirigindo ao sujeito dividido, se torne possível a irrupção do significante-mestre? O que, em seu discurso, subjaz no lugar da verdade? Lacan nos diz que é um saber, S2. Contudo, diferentemente do discurso universitário, o saber que ocupa o lugar da verdade no discurso do analista não se refere a um saber neutro e universal. Se levarmos em consideração a definição que Lacan (1969-1970) dá de saber, como a bateria significante na qual os significantes estão de algum modo minimamente articulados, não seria abusivo depreender daí que o saber que o analista porta diz respeito ao saber do inconsciente, da cadeia de significantes, que jamais oferece um sentido último. O saber consiste naqueles significantes que fracassam em dar consistência ao significante-mestre como mandato simbólico. Portanto, o discurso do analista, antes que oferecer um saber positivo e objetivável sobre o inconsciente, encerra, como verdade, a inconsistência simbólica da bateria significante, encarnada pelo analista, no lugar de agente. Colocar no lugar da “verdade” um saber pontual e evanescente é prescindir de uma verdade última e admitir que a única instância a que se resta recorrer é justamente a da inconsistência simbólica. Um saber desta natureza não parece apropriado a sustentar uma verdade no sentido forte do termo, mas, por parte do sujeito dividido, não é absurdo que ela a suponha. Em *Radiofonia* (1970, p.441-442), Lacan confessa sua surpresa em nunca lhe terem perguntado se esse saber é suposto saber a verdade, e esclarece que, no decurso de uma análise, vai-se do saber suposto saber a verdade ao saber fazer com a verdade – esta, por sua vez, Lacan assinala que só possui relação com a castração.

Lacan assim formula o discurso do analista:

$$\begin{array}{cc} a & \$ \\ \hline S2 & S1 \end{array}$$

Essas quatro modalidades discursivas são as quatro formas possíveis de se fazer vínculo social. Através da linguagem, relações fundamentais e estáveis no campo do gozo são instauradas, a partir de uma série de enunciados primordiais que determinam uma modalidade de laço social específica. Lacan (1969-1970, p. 11) diz tratar-se de “um discurso sem palavras”: “Pois não há necessidade destas [as palavras] para que nossa conduta, nossos atos, eventualmente, se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais”. Mas acrescenta que, apesar de serem “discursos sem palavras”, não podem manter-se sem a linguagem.

Dependem da linguagem porque são maneiras de lidar com o resto produzido pela constituição do sujeito pela linguagem. Conforme assinala Žižek (2005, p.111), “o gesto do mestre é o gesto fundacional de todo laço social”. Portanto, se o discurso do mestre é extraído diretamente das operações de alienação e separação, ou seja, do fato de que um significante, ao representar um sujeito para outros significantes, produz um resto irreduzível ao significante, podemos concluir que é a própria constituição do sujeito pela linguagem que constitui o laço social. A ideia, embora discutível, de que na psicose não há laço social porque nela a incidência do simbólico na constituição do sujeito em questão teria se efetuado de uma forma diferente, reforça a estreita dependência entre a constituição do sujeito pela linguagem e a noção de laço social. Contudo, a prova mais incisiva é que as modalidades de discurso configuram formas de arranjo possíveis dos quatro termos que integram as operações pelas quais advém o sujeito. Uma vez que essas operações são a matriz do discurso do mestre, de onde derivam os outros três discursos, a noção de laço social integra a dimensão da linguagem no âmbito da constituição do sujeito do desejo.

Além disso, Lacan (1973) destaca que o discurso é da ordem de um dizer. Um dizer, diferentemente de um dito, funda fatos, laços sociais entre os sujeitos. Portanto, o discurso é um ato, como tal é inseparável da instituição da ordem significante, uma vez que não há ato fora do contexto instaurado pela lei simbólica. Conforme Lacan (1969-1970) assinala:

Não poderia haver ato fora de um campo já tão completamente articulado que aí a lei não tivesse seu lugar. Não há outro ato a não ser o ato que se refere aos efeitos dessa articulação significante e que comporta toda a sua problemática – com, por um lado, o que comporta, ou melhor, o que é de queda da própria existência do que

quer que possa ser articulado como sujeito, e, por outro lado, o que ali preexiste como função legisladora. (Lacan, 1969-1970, p.118)

A introdução da noção de *objeto a* como resíduo da constituição do sujeito pelo significante não foi importante apenas por ter possibilitado a elaboração das modalidades de discurso, mas também por ter destacado que, através da delimitação do gozo enquanto atividade da pulsão, o sujeito se vincula ao Outro, bem como faz laço social com os outros sujeitos. Conforme assinala Quinet (2006), ao abordar o sujeito através do campo do gozo, foi possível pensar o sujeito implicado no gozo do laço social. Em suas palavras:

A conceitualização do objeto *a* é o que permite a Lacan dar esse passo a mais e propor um novo campo estruturado por aparelhos de linguagem que determinam as relações entre as pessoas. Pois é o objeto *a* que “tetraedra” o campo do gozo em quatro discursos. (Quinet, 2006, p.27)

Deste modo, a relação entre os sujeitos, que fora enfatizada por Lacan no início da década de 50 através da noção de uma fala fundadora que somente se efetuava através da dialética intersubjetiva, é resgatada, sem que seja necessário recorrer, como outrora, à noção de uma relação complementar entre sujeitos que se autodeterminariam, fundando-se, a um só tempo, no ato de fala. Doravante, uma vez que o caráter fundador da dimensão simbólica se mantém, mas permanece inconsistente, nada mais assegura essa complementariedade. No entanto, como do caráter inconsistente da dimensão simbólica advém um resíduo heterogêneo ao significante do qual o sujeito extrai um gozo e por ele se vincula ao Outro, a relação entre os sujeitos é novamente abarcada pela dimensão da linguagem no que ela incide no sujeito. Ao se vincular ao Outro através da perda advinda de sua constituição significante, um gozo é extraído através do laço social que o sujeito poderá fazer com os outros sujeitos.

De acordo com Rudge (1998), ao definir o discurso como “vínculo social”, Lacan utiliza a mesma expressão com que Austin caracteriza os atos de fala, e, com isso, introduz na dimensão da linguagem algo que é da ordem de uma pragmática. Subordinar a linguagem a uma pragmática implica enfocar a incidência da estrutura da linguagem em uma prática, a saber, a prática analítica. Por isso, Lacan (1973) esclarece que se o inconsciente é estruturado como uma

linguagem, “é na análise que ele se ordena como discurso” (p.452). Esse é um dos motivos pelos quais as leis da linguística ou da antropologia estrutural se diferenciam da abordagem do sujeito do inconsciente. Portanto, a apropriação desses referenciais externos à psicanálise não redundaria na construção de um saber especulativo sobre o sujeito. De acordo com Rudge (1998), a valorização da dimensão do ato, que só pelos seus efeitos se dá a conhecer, situa a incidência da linguagem no plano de uma prática que, como tal, não se orienta a partir de um saber neutro e imparcial, mas, antes, permite que se forje um saber a partir dela.

A noção de discurso como laço social comporta ainda a dimensão pragmática porque o discurso, tal como os atos de fala em Austin, diz respeito aos efeitos que um dizer produz no mundo pela relação que o sujeito mantém com outros sujeitos. Como vimos no capítulo primeiro, Austin (1990) considera a fala como um ato que produz efeitos na realidade a partir de determinadas convenções que, quando preenchidas, realizam o performativo.

Vimos que, para Lacan, a função simbólica possui a força de um imperativo, ou seja, ela desempenha a função de um mandato simbólico, que possui o caráter de um performativo, inaugurando um estado de coisas. O significante-mestre vem instaurar o mandato do Outro. Que essa função não se efetue de forma bem-sucedida, dada a inconsistência do simbólico, isso não significa que a dimensão performativa seja excluída da incidência da linguagem no inconsciente. Em todos os quatro discursos ela se manifesta. No da histórica, a dimensão performativa do significante-mestre é questionada. No universitário, ela é oculta como o que sustenta, no lugar da verdade, o próprio saber. No do analista, a dimensão performativa do significante-mestre é destacada da cadeia significante. Somente no discurso do mestre ela coincide com seu agente, sendo plenamente assumida, a ponto de, mesmo sob condições inadequadas à sua realização, jamais ser colocada em questão – como no exemplo do Hitler no momento em que perde a guerra.

No plano da comunicação ordinária, a estreita dependência da realização do performativo à adequação às circunstâncias apropriadas, que são fruto de convenções, como vimos no capítulo inicial, poderia fazer empecilho à ideia de que o mandato simbólico é inconsistente. Se o mandato simbólico é inconsistente como garantir que a convenção seja inequívoca? Se o performativo depende da convenção, um simbólico inconsistente seria incompatível com a noção de ato de ato de fala, pois nada assegura ao sujeito compreender o significado da convenção

– como na anedota do soldado que recebe do comandante a ordem “Volver!” para mudar a direção da marcha, e, erroneamente, lhe obedece meditando “Vou ver...”

Realmente, conforme assinala Recanati (1970), a tese convencionalista de Austin não foi seguida pela maioria de seus sucessores e deu origem a uma corrente da filosofia da linguagem que estabeleceu uma distinção entre “atos institucionais”, que são sancionados convencionalmente, e “atos comunicativos”, que seriam os atos propriamente ditos, para os quais não há convenções. Para Recanati, há uma gama de atos de fala que empregamos na linguagem ordinária para os quais não existem “condições de felicidades” convencionadas.

Contudo, o que Recanati (1970) e esses sucessores de Austin parecem ignorar é que mesmo no interior da definição de performativo há lugar para um ato não convencionado. Conforme exposto no capítulo primeiro, quando Austin (1990) constrói sua teoria dos atos de fala propriamente ditos, distingue, em todo e qualquer proferimento, a realização de três tipos de atos simultaneamente: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. Ora, o ato perlocucionário, que consiste no efeito que o proferimento provoca no sujeito, não é convencionado. Em suas palavras: “Atos ilocucionários são atos convencionais; atos perlocucionários *não* são convencionais. (...) embora se possam utilizar atos convencionais para produzir o ato perlocucionário” (Austin, 1990, p.104).

Portanto, em virtude do caráter perlocucionário do ato de fala, a inconsistência do simbólico não se revela incompatível com o caráter performativo do mandato simbólico. Pois devido à inconsistência no próprio plano das convenções que regem os atos de fala, nada garante ao sujeito obter o efeito que pretende realizar no outro a quem se dirige em seu performativo. A despeito da realização do efeito que pretende provocar no interlocutor, ainda assim seu proferimento é um ato, perlocucionário, por provocar um efeito qualquer no endereçado.

No plano mais amplo dos discursos como laço social, a dimensão convencional do performativo também não se revela incompatível com a inconsistência simbólica. Se, por um lado, os discursos se inscrevem em determinados “enunciados primordiais”, que desempenham a função de convenções, por outro, eles somente se configuram como discursos enquanto resultado da inconsistência simbólica, pois eles são formas de articular os elementos que derivam da incidência do simbólico na constituição do sujeito.

Nesse sentido, a inconsistência simbólica não assinala a impossibilidade de uma convenção, ao contrário, é a incompletude simbólica mesma que permite o estabelecimento de convenções, pois estas viriam oferecer algum ordenamento àquilo que não funciona como um determinismo. Em outros termos, é justamente porque o simbólico não assegura uma orientação definitiva e segura para a ordem social, que existem modalidades de laço social, já convencionadas e estruturadas como formas de lidar com a inconsistência da estrutura. Deste modo, o erro de Recanati (1970) é não perceber que somente existem “atos institucionais” convencionados, porque, em nossa linguagem cotidiana, os “atos comunicativos” não são convencionados, no sentido forte do termo.

Assim como a noção de *objeto a*, solidária do relevo dado à pulsão a partir de 1964, permitiu a abordagem do plano social, ao aproximar a relação do sujeito com o Outro através desse elemento irreduzível ao significante, também a relação entre significante e objeto será aproximada, após 1970, através da noção de letra.

De acordo com Freire (1999), se, na década de 60, a noção de letra se distinguia da noção de significante por designar aquilo que do significante impede não apenas que a estrutura simbólica seja reduzida a um sistema completo, mas também que ela possa vir a oferecer uma representação integral do sujeito; na década de 70, este caráter da letra que aponta para a noção de *objeto a* será ainda mais enfatizado, a ponto de ser ela definida, por Lacan, como um significante condensador de gozo.

Já no *Seminário 17*, Lacan indicava que a repetição, à qual se relaciona a insistência pulsional, era a repetição da intervenção do S1, sendo, portanto, repetição significante. Alguns anos mais tarde, em *Televisão*, Lacan claramente concebe a cadeia significante como uma atividade gozosa: “Pois essas cadeias não são de sentido, mas de gozo, não são de *sens*, mas de *jouis-sens*, a ser escrito como queiram conforme ao equívoco que constitui a lei do significante.” (Lacan, 1974, p.25).

Portanto, se a própria noção de gozo passa a comportar a noção de significante, e vice-versa, a noção de letra, por sua vez, que antes se distinguia do significante por se remeter ao *objeto a*, não mais se diferenciará do significante, dado que este já se atrela à pulsão. Este novo estatuto da letra aproxima o significante e o *objeto a*, bem como assinala uma concepção da linguagem muito mais ampla do que a estrutural. Em suas palavras:

Todavia, esta distinção entre letra e significante só tem sentido em uma perspectiva estruturalista do que vem a ser linguagem. Se por linguagem ou estrutura da linguagem concebermos não apenas a articulação significante, mas também o objeto - como resto desta operação de representação do sujeito pelo significante -, certamente a concepção de estrutura se alargaria e incluiria tudo : a identidade e o que se exclui, ou o significante, o sujeito e o objeto, ou ainda o real, o simbólico e o imaginário. Nesse sentido, como nos lembra Lacan "tudo surge da estrutura significante", uma vez que letra, objeto e sujeito são respectivamente, fixação, resto como produto, efeitos do significante. (Freire, 1999)

De fato, se no *Seminário 11* e no *Seminário 17*, Lacan se afastava do estruturalismo, paradoxalmente tentando responder a críticas que apontavam a insuficiência do modelo estrutural para dar conta, seja da dimensão pulsional, seja do plano social, observa-se, a partir de 1970, que Lacan passa a confessar esse afastamento. Em suas palavras: “Assim, a referência pela qual situo o inconsciente é justamente aquela que escapa à linguística...” (Lacan, 1973, p. 491).

Importa notar que esta valorização da pulsão no âmbito da linguagem é solidária do relevo concedido à noção de ato. A partir da década de 70, Lacan refere-se à linguagem como *lalangue*, traduzida nas versões de nosso idioma, ora por “lalingua”, ora por “alíngua”. Com essa nova denominação, Lacan pretende distinguir a linguagem que convém à psicanálise da noção estruturalista da linguagem. *Lalangue* é língua materna, ou seja, o plano dos significantes carregados de gozo. Conforme destaca Rudge (1998), ao integrar pulsão e linguagem, Lacan revela que a noção de linguagem da linguística estrutural é um saber construído a partir de uma abstração da “alíngua”, dela excluindo o que concerne à psicanálise, a fim de constituir um sistema cuja universalidade é incapaz de dar conta da dimensão da linguagem tal como se apresenta na experiência analítica.

Para a psicanálise, a condição para que o inconsciente seja estruturado como uma linguagem é concebê-la de forma a integrar a pulsão, o que implica abordar o inconsciente como da ordem do ato, mais propriamente do ato analítico, uma vez que este ato situa a incidência da linguagem no inconsciente a partir de uma prática.

## 6

**CONCLUSÃO**

Ao nos interrogarmos acerca da concepção de linguagem que subjaz à importância concedida por Lacan à linguagem na teoria e na prática psicanalíticas, buscamos, neste trabalho, averiguar se tal concepção restringe-se a leis imanentes ao sistema da língua ou se abarca a posição dos falantes no contexto discursivo. Consideramos necessário observar essa distinção de modelos de linguagem, uma vez que a fala, enquanto material da clínica, é sempre situada em um contexto específico, o da transferência, sendo, portanto, endereçada a alguém e sustentada por quem fala. Levando em conta a circunstância particular da experiência analítica na qual Lacan enfatiza que tudo se passa no campo da linguagem, nos surpreendemos com o fato de que a teoria mais citada como modelo era a linguística estrutural, cujo objeto se reduz às leis internas à estrutura da linguagem. Verificamos, no entanto, que Lacan, ao invés de utilizá-la simplesmente, nela empreende transformações, introduzindo noções estranhas à sua alçada, como as de sujeito do inconsciente e de pulsão. Ao observarmos este gesto de apropriação, nos perguntamos se Lacan não teria, com isso, se aproximado das teorias que incluem a posição dos falantes na noção de linguagem, a saber, as concepções pragmáticas de linguagem. O que encontramos foi uma verdadeira *bricolage* realizada com as noções remetidas aos diferentes modelos de linguagem, que, a cada momento de seu ensino, ganham nuances e relevos diversos. Sem prejuízo algum à consistência da concepção de linguagem na experiência psicanalítica, a manifestação simultânea de modelos distintos de linguagem vem, antes, assinalar a especificidade de seu campo.

De forma resumida, de acordo com o que apresentamos nos capítulos deste trabalho, como esses modelos podem ser observados nos diferentes períodos da obra de Lacan?

Saussure é utilizado por Lacan ao longo de todo seu ensino. Primeiramente, no início da década de 50, a distinção saussuriana entre significante e significado serve à definição de sintoma como um significante cujo significado foi recalcado. A abolição do sintoma consistia em devolver o significado recalcado ao

significante, o que era alcançado através da “fala plena”, instaurada pela intervenção simbólica operada pela análise, que consistia em inserir a fala do sujeito na dialética intersubjetiva. Se o sintoma era definido pela distinção saussuriana, já sua abolição era conceituada a partir de outro modelo de linguagem. Também nesse período, Lacan, às vezes, parecia evocar a distinção de Saussure entre língua (*langue*) e fala (*parole*). Contudo, para Lacan (1953a, p.294), apesar do caráter universal da língua, a linguagem era também peculiar ao sujeito por ser através dela que o desejo buscava reconhecimento. A fala, antes que reduzir-se à atualização concreta da língua, pela articulação de movimentos fonatórios e pela escolha individual feita no código, como queria Saussure, era concebida por Lacan como endereçada, na dialética intersubjetiva.

Na segunda fase de seu ensino, Lacan relê Saussure a partir do estruturalismo. A indivisibilidade do signo, postulada por Saussure, é dissolvida por Lacan, ao formular que um significante não corresponde a um significado, antes, se relaciona a um outro significante, produzindo alguma significação. Do primado concedido ao significante, Lacan é levado a efetuar mais uma modificação no modelo saussuriano, pois se não há mais um significado atrelado ao significante, é preciso explicar o que deteria o deslizamento significante. Lacan introduz a noção de “ponto de basta”, como uma operação efetuada por um significante especial que fixa um significante a outro, ocasionando o aparecimento de uma significação retroativa. Vimos que esse significante especial, ao longo do ensino de Lacan, foi denominado ora como significante Nome-do-Pai, ora como significante da falta no Outro, e, ainda, como traço unário, significante (-1). Uma vez que é esse significante que promove o aparecimento do sujeito – lembrando que, por exemplo, através da operação de metáfora realizada pelo significante Nome-do-pai, concede-se uma significação fálica ao sujeito – Lacan chega a uma definição de significante completamente diversa do significante saussuriano, visto que para o linguista o sujeito não estava em questão. Para Lacan, o significante é o que representa o sujeito para outro significante.

Em um terceiro momento, ao formular as operações de alienação e separação, a fim de abordar a constituição do sujeito através da ordem significante, Lacan afasta-se ainda mais de Saussure, pois introduz, como resultado da incidência significante, a noção de um elemento heterogêneo ao significante, o *objeto a*. Este elemento inclui a pulsão no âmbito da linguagem,

que, nos últimos anos do ensino lacaniano, será cada vez mais amalgamada à noção de significante, a ponto de Lacan passar a se referir à linguagem na experiência analítica como *lalangue*, em oposição à *langue* saussuriana.

Já de Jakobson, Lacan utiliza as noções de metáfora e metonímia, de *shifter* e de fonema como mínima unidade diferencial. Na primeira fase, as noções de metáfora e metonímia, desenvolvidas por Jakobson em “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, são equiparadas, por Lacan, aos dois mecanismos do inconsciente revelados por Freud, a condensação e o deslocamento, respectivamente. Essas noções são apontadas nas formações do inconsciente, que, contudo, implicam a dimensão intersubjetiva da qual as noções de Jakobson prescindem. Mais tarde, como vimos no terceiro capítulo, Lacan estende essas noções, empregando a noção de metáfora para abordar a metáfora paterna, ausente na psicose, como o que detém a metonímia da cadeia significante. Ao menos neste uso, Lacan parece bem fiel às noções de Jakobson, embora o que decorra da incidência dessas operações em psicanálise, a saber, o sujeito, extrapole o âmbito da linguística estrutural. Nesta segunda fase, também o sintoma é abordado como metáfora, e o desejo, como metonímia.

Assinalando um encaminhamento para as teorias da enunciação, que abarcam a posição dos falantes no contexto discursivo, Lacan toma de empréstimo a noção de *shifter*, de Jakobson, demarcando que o sujeito pode ocupar ou não lugares determinados pela estrutura significante. Os *shifters* consistem em uma classe de palavras que possuem significação no código da língua, mas que somente podem ser compreendidas ao remeter-se ao plano da mensagem; são palavras tais como pronomes pessoais, advérbio de lugar e tempo, pronomes relativos. Ao abordar a clínica da psicose, entre a primeira e a segunda fase de seu ensino, Lacan utiliza o *shifter* “eu” para indicar que a alucinação verbal não resulta de uma inadequação do percepto à realidade, mas de uma posição assumida pelo sujeito, ao atribuir um significante ouvido de si mesmo a um terceiro, ao invés de colocar-se no lugar do *shifter* “eu”.

Lacan aplica também a noção de fonema, elaborada pela fonologia estrutural de Jakobson. Na segunda fase de seu ensino, o fonema serve de modelo para sua conceituação de letra, que, neste momento de seu ensino, equivale ao significante. É o caráter diferencial do fonema o que permite a Lacan conceder o primado ao significante, e recusar a indivisibilidade do signo. A letra, neste

momento, integra também o discurso concreto, que, contudo, não se refere ao campo das atualizações da linguagem em um contexto social, mas ao campo simbólico estruturado por leis esvaziadas de sentido, sem referência a qualquer realidade empírica, tal como Lévi-Strauss propunha. Já na terceira fase, a partir da introdução do *objeto a*, a noção de letra se distingue do significante, pois deixa de assinalar a diferença interna à estrutura, passando a se referir à impossibilidade de a estrutura significante representar o sujeito integralmente. Com isso, a articulação da noção de letra com o *objeto a* torna-se cada vez mais estreita, indicando uma ruptura radical com o modelo estrutural do qual fora extraída.

Uma vez que, na primeira fase do ensino de Lacan, a dialética intersubjetiva era uma dimensão necessária à intervenção simbólica ou da ordem da linguagem na constituição do sujeito, consideramos apropriado abordar a noção de dialogia, formulada por Bakhtin, a quem Lacan jamais menciona nos textos examinados em nossa pesquisa. A concepção de linguagem a que Lacan faz referência nestes textos é a linguística estrutural. Mas uma vez que no modelo estrutural de linguagem a compreensão do sentido é explicada somente através das leis estruturais do sistema da língua, sem levar em consideração que a posição dos falantes em determinado contexto condiciona a doação de sentido, decidimos utilizar a noção bakhtiniana de dialogia, a fim de dar conta da dialética intersubjetiva presente na análise. Neste momento inicial do ensino de Lacan, o objetivo da análise consistia em promover a “fala plena”, ou seja, fala que permitiria ao sujeito restaurar a potência fundadora da fala através da relação com o outro. Portanto, se, por um lado, Lacan mencionava Lévi-Strauss na noção da dimensão simbólica que intervinha na análise, por outro, o que nos pareceu dar conta da dialética intersubjetiva presente nesta intervenção foi a noção de dialogia, segundo a qual toda fala comporta um sentido que vem do outro e ainda ganha o sentido que o interlocutor lhe atribui.

Recorremos também à teoria dos dêiticos de Benveniste, citada por Jakobson no texto a que Lacan (1957a) faz referência quando aborda a noção de *shifter* na alucinação verbal. Os dêiticos são designadores na língua, tais como pronomes, advérbios de lugar e tempo e pronomes relativos e demonstrativos, que se referem à instância de discurso. Vimos no capítulo terceiro, que, por eles remeterem-se à referência da situação concreta em que a fala é proferida, se apresentam, na fala da psicose, de forma inadequada. Benveniste poderia ainda

nos oferecer uma importante contribuição por abordar a linguagem não como instrumento de comunicação entre dois sujeitos falantes, mas como aquilo mesmo que permite o surgimento da subjetividade através da relação que os indivíduos estabelecem através da fala. Caso a noção de subjetividade não fosse reduzida à função da consciência, sua teoria teria se revelado fecunda.

A teoria dos atos de fala de Austin, embora não seja mencionada por Lacan nos textos aqui utilizados, é bastante promissora por situar a linguagem em uma dimensão pragmática, por envolver os sujeitos falantes e por enfatizar o alcance social da linguagem.

Quando a linguagem é abordada a partir da visada pragmática, passa a ser compreendida em função de seus efeitos na situação concreta em que é proferida, de acordo com o contexto apropriado. Ora, a concepção de linguagem presente na obra de Lacan não se confunde com uma “teoria” sobre a linguagem em geral, mas resulta, antes, da necessidade de esclarecer o móvel mesmo da prática clínica. Portanto, as considerações de Lacan acerca da linguagem se situam também no âmbito pragmático, por se restringirem ao contexto específico da experiência analítica, no qual a fala é levada em consideração pelos efeitos que produz.

Os atos de fala para serem realizados precisam estar em conformidade com as circunstâncias apropriadas de sua enunciação, estabelecidas por um acordo convencional. O lugar que os falantes ocupam na situação concreta em que a fala é proferida é imprescindível para a realização do ato de fala, pois os falantes devem desempenhar o papel que a convenção estabelece para que o ato em questão se efetue. Não há, portanto, ato de fala sem os sujeitos nele envolvidos. Por isso, na primeira fase do ensino de Lacan, a noção de fala fundadora, como um ato que funda os sujeitos, é exemplificada por falas que caracterizam os primeiros tipos de proferimentos abordados por Austin, ou seja, os enunciados imperativos, qualificados de performativos, como “Tu és minha mulher”. Na segunda fase do ensino de Lacan, a dialética intersubjetiva é abandonada, mas o caráter performativo do simbólico é mantido. Os significantes-mestres com os quais o sujeito identifica-se são também “palavras de ordem”, pois desempenham a função de um mandato simbólico, conforme vimos. Contudo, seu caráter performativo não se realiza plenamente, dada a inconsistência da estrutura simbólica. Na terceira fase, dessa inconsistência resultam modalidades de discursos que instauram laços sociais específicos, o que reintroduz, na abordagem

lacaniana, a relação entre os sujeitos que havia sido pouco enfatizada desde o abandono da noção de dialética intersubjetiva.

Além disso, a noção de ato de fala elaborada por Austin é concebida como uma prática social, pois os falantes envolvidos no ato de fala, ao desempenharem as funções específicas convencionados, estabelecem entre si um vínculo social que tem efeitos também na esfera social. Por um caminho inteiramente diverso da abordagem austiniana, Lacan, partindo da impossibilidade de realização integral do performativo imanente ao mandato simbólico, chega, paradoxalmente, à instauração de laços sociais entre sujeitos através das modalidades de discurso. Estes, por sua vez, são atos, como testemunha a atuação da pulsão por meio da qual o sujeito, extraíndo um gozo do objeto que permanece inassimilável pela estrutura, irá se vincular ao Outro.

Enfim, a maneira como Lacan aborda a noção de linguagem própria à experiência analítica utiliza ambos os modelos da oposição em questão, introduzindo neles modificações. A noção de estrutura é fundamental, mas Lacan radicaliza seu caráter diferencial até culminar na inconsistência simbólica, como impossibilidade da ordem significante representar o sujeito integralmente, da qual resulta um resto irreduzível à estrutura significante. Como desse resto o sujeito extrai um gozo, vinculando-se ao Outro através dessa perda mesma, e podendo ocupar quaisquer dos quatro lugares que as modalidades discursivas lhe fornecem, concluímos que também os modelos pragmáticos de linguagem são indispensáveis para se pensar a constituição do sujeito do inconsciente – uma vez que através dos discursos a linguagem torna-se ato, abarcando a posição dos sujeitos e as formas de vínculo social.

Resta acrescentar que, ao se apropriar assim desses diferentes modelos de linguagem, Lacan, além de assinalar a especificidade da incidência da linguagem na experiência psicanalítica, indica também que a oposição, presente nos estudos de linguagem, mascara a dificuldade própria das teorias da linguagem em tentar dar conta da esfera da linguagem sem levar em consideração o sujeito do inconsciente. Conforme esclarece Lacan, em Radiofonia:

A linguística fornece o material da análise, ou o aparelho com que nela se opera. Mas um campo só é dominado por sua operação. O inconsciente pode ser, como

disse, a condição da linguística. Esta, no entanto, não tem sobre ele a menor influência.

É que ela deixa em branco o que surte efeito nele: o objeto *a*, com o qual, ao mostrar que ele é o pivô do ato psicanalítico, pensei em esclarecer qualquer outro ato. (Lacan, 1970, p.407)

Neste sentido, poderíamos inverter a questão colocada no início de nossa pesquisa, e nos perguntar se, ao invés de buscar qual seria o modelo mais apropriado à abordagem psicanalítica da linguagem, não seria, antes, à psicanálise que caberia recorrer a fim de esclarecer a questão que dá origem à oposição desses dois modelos. De certo modo, para que se pense a passagem da linguagem como estrutura para a linguagem como ação em um contexto, ou ainda, a passagem do sistema da língua para o plano do discurso, não seria necessário passar pelo sujeito do inconsciente? Pois o que observamos foi que a utilização/apropriação de ambos os modelos por Lacan derivou da consideração de noções ignoradas ou somente insinuadas nos estudos de linguagem, a saber, a noção de sujeito do inconsciente e de *objeto a*.

Assim como no ensino de Lacan essas noções somente foram rigorosamente desenvolvidas a partir de 1964, também a oposição dos dois modelos de linguagem foi mais claramente articulada. Desde então, tornou-se mais evidente que o modelo estrutural fora utilizado de modo a assinalar a inconsistência da ordem significante, enquanto o modelo pragmático veio dar conta do ato do sujeito, seja na maneira particular pela qual se coloca diante do mandato simbólico que incide sobre ele, seja no modo como irá fazer laço social através das modalidades de discurso.

Com isso, a questão que motivou nossa pesquisa, ou seja, a de interrogar a pertinência da utilização de um modelo estritamente formal de linguagem na abordagem de uma experiência particular, como é a da análise - na qual a história do sujeito, sua posição diante dela e diante da ordem simbólica, a satisfação obtida em seu modo singular de se colocar diante da ordem que o constitui e de estabelecer laços com as pessoas – também foi respondida neste mesmo momento do ensino de Lacan.

A noção de *objeto a* como resíduo da operação pela qual o sujeito advém da linguagem permitiu-nos manter afastada a ideia de que a linguagem operaria sobre o sujeito tal como um determinismo, que não deixaria lugar para a singularidade

do sujeito em questão. Do mesmo modo, possibilitou-nos ainda integrar a pulsão na noção da fala como material da clínica, onde a linguagem aparece movida por desejo e, portanto, endereçada. A noção de *objeto a* foi ainda importante para que a dimensão da relação dos sujeitos falantes no âmbito da linguagem fosse abordada não apenas na situação particular da análise, mas também no plano mais amplo da esfera social, na qual o sujeito estabelece vínculos com os outros. Enfim, pareceu-nos que a dimensão pragmática passou a ser mais acentuada na abordagem da linguagem quando a noção de *objeto a* veio assinalar a inconsistência da estrutura, a maneira particular pela qual o sujeito é marcado por ela e o plano do ato através do qual o sujeito estabelece vínculos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIVÉ, Michel. **Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros.** São Paulo: Edusp, 2001.

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer – palavras e ações.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. O Problema do Texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas In **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003a, pp. 307-336.

\_\_\_\_\_. Metodologia das Ciências Humanas In **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003c, pp. 393-410.

\_\_\_\_\_. Apontamentos de 1970-1971 In **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp.336-392.

\_\_\_\_\_. Gêneros do Discurso In **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003b, pp.261-306.

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes In: **Problemas de Linguística Geral.** São Paulo: Ed. Nacional, 1976a.

\_\_\_\_\_. Da subjetividade na linguagem In: **Problemas de Linguística Geral.** São Paulo: Ed. Nacional, 1976a.

\_\_\_\_\_. La forme et le sens dans le langage In: **Problèmes de linguistique générale, v.2.** Paris: Gallimard, 1974.

BROUSSE, Marie-Hélène. A pulsão II In (Orgs.) FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire. **Para ler o Seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CALAZANS, Roberto. **O sentido da subversão do sujeito pela psicanálise.** Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/IP, 2004. Tese. (Doutorado em Teoria Psicanalítica).

CÂMARA JR., J. Mattoso. Roman Jakobson e a linguística In JAKOBSON, Roman. **Linguística, poética, cinema.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

COSTA, Claudio. **Filosofia da Linguagem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DOSSE, François, **História do Estruturalismo.** v. 1, São Paulo: Ensaio, 1993.

FOUCAULT, Michel, Entrevista com Michel Foucault In: COELHO, E. P. (Org). **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugália Editora, s/d.

FREIRE, Ana Beatriz. Considerações sobre a letra: a psicose em questão. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**. [online]. 1999, vol.12, n.3.

FREUD, S. (1900) La interpretación de los sueños. In: **Obras Completas**, t.I, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. (1905) El chiste y su relación con lo inconsciente. In **Obras Completas**, t.I, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. (1905) Tres Ensayos para una Teoría Sexual In **Obras Completas**, t.II, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. (1905) Concepto psicoanalítico de las perturbaciones psicopatógenas de la visión. In **Obras Completas**, t.II, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. (1915) Los instintos y sus destinos In: **Obras Completas**, t.II, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. (1920) Mas allá del principio del placer In **Obras Completas**, t.III, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. (1925) La negación in **Obras Completas**, t.III, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GORI, Roland. *As anafonias de Saussure*. In: **Psicología Clínica**. v.16, n.1., 2004, p. 83-95

HOMER, Sean. **Jacques Lacan**. New York: Routledge, 2005.

JACOB, François. **A lógica da vida**. Lisboa: Dom Quixote, 1985.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, s/d.

\_\_\_\_\_. **Six leçons sur le son et le sens**. Paris: Minuit, 1976.

\_\_\_\_\_. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In **Essais de linguistique générale**. Paris : Minuit, 1963.

JULIEN, P. **Pour lire Jacques Lacan**. Paris: E.P.E.L., 1990.

LACAN, J. (1953a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Em **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1953b) O simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes do Pai**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. (1954) Do símbolo e de sua função religiosa. In: **O mito individual do neurótico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. (1955) Variantes do tratamento-padrão. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1955-1956) **O Seminário, livro 3: As psicoses** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_, (1957a) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_, (1957b) A Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1959) **O Seminário – livro 7 – A ética em psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. (1960) Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1963) Introdução aos Nomes-do-Pai. Em **Nomes do Pai**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp.57-87.

\_\_\_\_\_. (1964a) **O Seminário – livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. (1964b) Posição do Inconsciente. In **Escritos**, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1969-1970) **O Seminário: livro 17 – O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. (1969) A lógica da fantasia. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1970) Radiofonia. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1973) O aturdido. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1974) **Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. (1975) **O Seminário: livro 20 – Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LAURENT, Éric. **Alienação e Separação I** In (Orgs.) FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire. *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997 a.

\_\_\_\_\_. **Alienação e Separação II** In (Orgs.) FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire. *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997 b.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

\_\_\_\_\_. Introdução à obra de Marcel Mauss In: COELHO, E. P. (org). **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugália Editora, s/d.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In **Six leçons sur le son et le sens**. Paris: Minuit, 1976.

LO BIANCO, Anna Carolina. O ato no texto analítico: significação e autorização. **Estilos da Clínica**. [online]. 2006, vol. 11, no. 21.

MACKSEY, Richard e DONATO, Eugenio, O Espaço Intermediário – 1971 In: MACKSEY, Richard e DONATO, Eugenio, **A Controvérsia Estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem**. São Paulo: Cultrix, 1976.

MARCONDES, Danilo. A filosofia da linguagem de Austin. In: AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer – palavras e ações**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- \_\_\_\_\_. **Filosofia, linguagem e comunicação.** São Paulo: Ed. Cortez, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A pragmática na filosofia contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MARTINS, Francisco; COSTA, Arilson; MOURÃO, Mercedes. A função dêitica da linguagem na esquizofrenia. Em **Universa**, Brasília, v.5, nº3, p.371-384, Outubro, 1997.
- MARTINS, Francisco; COSTA, Arílson Corrêa da. Quem são eles? Em **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 1, Apr. 2003.
- MILLER, J.-A. Jacques Lacan et la Voix In: LEW. R., SAUVAGNAT, F. et al. (eds.), **La Voix: Actes du colloque d'Ivry.** Paris: Lysimaque, 1989.
- \_\_\_\_\_. Contextos e Conceitos. In: FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. (Orgs), **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: 1997.
- \_\_\_\_\_. Los seis paradigmas del goce. In: **El language, aparato del goce.** Buenos Aires: Coleccion Diva, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Silet – Os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MORENTE, M.G. **Fundamentos de Filosofia-lições preliminares.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1980.
- NANCY, Jean-Luc; LACOUÉ-LABARTHE, **O título da letra.** São Paulo: Escuta, 1991.
- NICOLAU, INFANTE, J. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 1994.
- PIETROFORTE, Antônio Vicente. A língua como objeto da lingüística In FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à lingüística (I- Objetos teóricos).** São Paulo: Contexto, 2004.
- QUINET, Antonio. **Psicose e Laço Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- RÉCANATI, François, Du positivisme logique à la philosophie du langage ordinaire: naissance de la pragmatique In AUSTIN, J.L. **Quand Dire c'est faire,** Paris: Seuil, 1970.
- RUDGE, Ana Maria. **Pulsão e Linguagem – esboço de uma concepção psicanalítica do ato.** Rio de Janeiro: 1998.
- SALES, L.M. Linguagem no Discurso de Roma: programa de leitura da psicanálise. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.20, nº.1, Brasília, Jan./Apr., 2004.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

SOLER, Colette. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o Outro I. In: FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. (Orgs), **Para ler o seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: 1997.

ULLMO, J. **O pensamento científico moderno**. Coimbra: Editora Coimbra, 1967.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ZIZEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem – O sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. **Violencia en acto**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

ZUPANCIC, Alenka. **Ethics of the real –Kant, Lacan**. London/ New York: Verso, 2000.